

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

VIVIANE BONFIM FERNANDES

**OS CONCEITOS DE *ABSTRATO* E *CONCRETO* NA
CATEGORIA MERCADORIA EM *O CAPITAL* DE MARX**

TOLEDO

2010

VIVIANE BONFIM FERNANDES

**OS CONCEITOS DE *ABSTRATO E CONCRETO* NA
CATEGORIA MERCADORIA EM *O CAPITAL* DE MARX**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do CCHS/UNIOESTE, *Campus* de Toledo, como requisito final à obtenção do título de Mestre em Filosofia, sob a orientação do prof. Dr. Jadir Antunes.

TOLEDO

2010

VIVIANE BONFIM FERNANDES

**OS CONCEITOS DE *ABSTRATO* E *CONCRETO* NA CATEGORIA
MERCADORIA EM *O CAPITAL* DE MARX**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do CCHS/UNIOESTE, *Campus* de Toledo, como requisito final à obtenção do título de Mestre em Filosofia, sob a orientação do prof. Dr. Jadir Antunes.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Jadir Antunes - Orientador
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Rosalvo Schutz - Membro
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Clodomiro Bannwart - Membro
Universidade Estadual de Londrina

Toledo, 12 de março de 2010

DEDICATÓRIA

*A todos aqueles que se empenham e se empenharam na compreensão e melhoria da
sociedade em que vivemos.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar ao colega Ricardo Melo, quem me recebeu sem ressalvas na Unioeste, foi com a sua ajuda que dei os primeiros passos nas leituras bibliográficas necessárias para ter condições teóricas de pensar e escrever sobre o tema da dissertação.

Em segundo lugar agradeço a meu orientador Dr. Jadir Antunes por ter ajudado na gestação do tema, pelas orientações e acima de tudo pela confiança no meu comprometimento em começar e concluir o trabalho.

Preciso agradecer também a todos os que estiveram presentes nesse momento da minha vida, que me motivaram dia a dia com pequenas e grandes ações de extremo significado e importância na manutenção da motivação para a boa realização do trabalho. Aos professores do curso sempre dispostos a ajudar, dando ideias novas, e instigando novas associações. Ao professor Dr. Rosalvo Schutz com suas contribuições intelectuais nas infindáveis conversas sobre o tema da pesquisa. Aos colegas que cruzaram o meu caminho, sempre solidários, companheiros e sempre interessados em ajudar, em contribuir, em somar positivamente. Aos funcionários da universidade que sempre me receberam muito bem, desde o porteiro Renato quando pedi as primeiras orientações sobre como chegar à universidade, até a secretária Natália, sempre disposta a ajudar, motivada e feliz com a nossa chegada. Sou muito grata a todos, pois sozinha nada seria realizado.

E por último agradeço muitíssimo aos meus pais, Alberto Simões Fernandes e Ana Maria Bomfim Fernandes, que me deram todo o incentivo, apoio e suporte para a realização desse trabalho, me cobrando, me incentivando, me motivando, criando uma estrutura favorável para que eu pudesse me dedicar na escrita do trabalho. Na reta final de conclusão quando eu estava longe de todos, no momento de solidão do pesquisador, eles estavam ali, presentes, confiando em mim, foram fundamentais. Assim, o sucesso do trabalho é também resultado do esforço deles.

Viviane Fernandes

Os investimentos em conhecimento geram os melhores dividendos.

Benjamin Franklin

FERNANDES, Viviane B. *Os conceitos de abstrato e concreto na categoria mercadoria em O Capital de Marx*. 2010. 101 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2010.

RESUMO

O presente trabalho procura expor por que existe uma inversão dos conceitos de *abstrato* e *concreto* entre a Economia Política Clássica, especificamente Adam Smith e David Ricardo, e Karl Marx, na explicação sobre a teoria do valor da mercadoria, e por que Marx avança mais que os economistas. Procura esclarecer por que o que os economistas consideram concreto para Marx não passa de mera abstração, demonstrando que isso ocorre devido aos diferentes olhares entre eles. Deste modo, debate sobre o modo de exposição de ambos, ou seja, tanto dos economistas quanto de Marx, sobre a temática do valor da mercadoria. Assim, a diferenciação entre os métodos de expor o pensamento fica clara, onde os economistas utilizam o método empírico e Marx, o dialético. E é justamente essa diferenciação do método que inverte os conceitos. Marx utiliza-se do método proposto por Hegel como forma de expor o pensamento; deste modo, fez-se necessário uma breve exposição sobre o método dialético hegeliano. Ao final do texto, tem-se uma demonstração passo a passo da relação entre a exposição de Marx na categoria mercadoria e o método dialético hegeliano; pode-se então observar as semelhanças e diferenças entre Marx e Hegel, e sobre como Marx segue em sua exposição as orientações de Hegel, no que diz respeito à exteriorização da ideia. Em Hegel e Marx, o movimento do pensamento vai do *abstrato* ao *concreto* e se processa por escalas progressivas de concretização. Entre o mais *abstrato* e o mais *concreto* há uma série de conceitos mais ou menos *abstratos* ligando os dois pontos extremos; são as mediações. O *abstrato* tem como pressuposto o *concreto*, sendo a essência o fundante e a forma, o fundado; isto é, o conteúdo material (*concreto*) possibilita a criação da forma, aparência (*abstrato*) que acaba por negar a própria essência (*concreto*) a partir da percepção que se dá de forma invertida, ou seja, o homem comum acredita que o que percebe, a aparência, é a essência; o conteúdo, a realidade, o *concreto*. Marx procura demonstrar o processo do conhecimento da realidade que caminha do *abstrato* ao *concreto*. A dialética é usada enquanto modo de exposição e significa o retorno sintético do analítico ou a reconstrução concreta do universal. O *abstrato* e o *concreto* não existem em separado; fazem parte de uma totalidade, de uma unidade. O método de abstração permite entender as categorias da realidade de forma mais detalhada e profunda, para depois mentalmente reconstruir o todo complexo. Desta forma, o *concreto* é dado pelo pensamento, é o *concreto pensado*, e o *abstrato* é a percepção empírica e enganosa da sociedade capitalista.

Palavras chaves: Abstrato, concreto, Marx, mercadoria, valor.

FERNANDES, Viviane B. *The concepts of abstract and concrete in the category commodity in The Capital by Marx*. 2010. 101 f. Dissertation (Master's Degree) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2010.

ABSTRACT

This work aims to explain why there is an inversion of the *concrete* and *abstract* concepts between the Classical Political Economy, specifically Adam Smith and David Ricardo, and Karl Marx, in the explanation of the theory of value, and why Marx goes further than the economists. It tries to clarify why, what the economists consider concrete to Marx, is no more than mere abstraction, showing that it is due to their different regards. This work debates on the explanation way of them both – the economists' and Marx's -, on the subject of the value of goods. The differentiation between the two methods of explaining the thoughts gets clear – the economists use the empiric method and Marx, the dialectic. It is this differentiation of the methods that invert the concepts. Marx uses the method proposed by Hegel as a way to expose the thought; as a consequence, it was necessary to a brief explanation on the Hegelian dialectic method. At the end of the text, there is an explanation, step by step, of the relationship between Marx's exposition on the commodity category and the Hegelian dialectic method. It is possible then to observe the similarities and differences between Marx and Hegel, and how Marx follows Hegel's orientations in his exposition, in relation of the exteriorization of the idea. In Hegel and Marx, the thought movement goes from the *abstract* to the *concrete* and is processed by progressive scales of concretization. Between the most *abstract* and the most *concrete*, there is a range of more or less abstract concepts linking the two extreme points; they are the mediations. The *abstract* has the *concrete* as a presupposition; the essence is the founder, and the shape is the founded, which means the material contents (*concrete*) make possible the creation of shape, appearance (*abstract*), which ends up denying its own essence (*concrete*) based on the perception that happens in an inverted way – the common man believes that what he perceives, the appearance, is the essence; the contents are the reality, the *concrete*. Marx tries to demonstrate the process of knowing the reality, that goes from the *abstract* to the *concrete*. Dialectic is used as a means of exposition and means the synthetic return of the analytical or the concrete reconstruction of the universal. *Abstract* and *concrete* do not exist apart; they are part of a totality, of a unity. The abstraction method makes it possible to understand the categories of reality in a more detailed and deeper way, in order to mentally reconstruct the complex whole. In this way, the *concrete* happens due to the thought, it is the *thought concrete*, and the *abstract* is the empiric and deceptive perception of the capitalist society.

Key words: Abstract, concrete, Marx, commodity, value.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 A INVERSÃO DOS CONCEITOS DE ABSTRATO E CONCRETO	12
1.1 NOÇÃO DE “VALOR” PARA OS ECONOMISTAS CLÁSSICOS	12
1.1.1 Adam Smith	13
1.1.2 David Ricardo	34
1.2 A CRÍTICA DE MARX À NOÇÃO DE “VALOR” DOS ECONOMISTAS	47
2 O CONCRETO PENSADO	51
2.1 A QUESTÃO DO MÉTODO	51
2.2 NOÇÕES DE <i>ABSTRATO</i> E <i>CONCRETO</i> EM MARX E HEGEL	53
2.3 MODO DE EXPOSIÇÃO DE MARX DO <i>ABSTRATO</i> AO <i>CONCRETO</i>	67
3 A MERCADORIA COMO CATEGORIA ABSTRATA DA SOCIEDADE	
CAPITALISTA	69
3.1 A MERCADORIA E SEUS DESDOBRAMENTOS	69
3.2 TRABALHO ABSTRATO E CONCRETO EM MARX	79
3.3 COMO É DADO O “VALOR” DA MERCADORIA PARA MARX	84
CONCLUSÃO	96
REFERÊNCIAS	102

INTRODUÇÃO

O problema central da dissertação é identificar por que os conceitos de *abstrato* e *concreto* em Marx são diferentes dos conceitos da Economia Política Clássica, e quais críticas Marx faz aos economistas clássicos de seu tempo. Essas são questões fundamentais para se compreender o pensamento de Marx e sua distinta forma de entendimento da realidade. O trabalho desenvolvido aborda a inversão dos conceitos de *abstrato* e *concreto* presente na obra *O Capital*. Pois, em seu pensamento, os mesmos não correspondem aos da ciência empírica dos economistas clássicos, Marx percebe que a sociedade capitalista não é o que aparece, o que apresenta ser e, em sua obra, ele procura revelar ao homem comum o que está por detrás da mera aparência. Demonstra para o leitor o que é real, de fato, o que é o concreto dessa sociedade, segundo ele, essa é a função da filosofia, desvendar a realidade, descobri-la. E o percurso que Marx faz para isso, ou seja, o modo de exposição de seu pensamento parte de um *concreto* empírico, passa pelo *abstrato* e segue em direção ao *concreto pensado*. Entretanto o que para a Economia Política é o *concreto* para Marx é o *abstrato*, e o que é *abstrato* para a economia política clássica para Marx é o *concreto*. Em virtude dessa inversão de conceitos, muitos não entendem o que Marx quer explicitar. A dissertação versa de três capítulos que procuram esclarecer as diferenças entre os conceitos em Marx e os economistas clássicos, a exposição procura seguir uma ordem lógica de apresentação das ideias partindo dos economistas em direção ao pensamento de Marx.

O primeiro capítulo expõe como os economistas clássicos Adam Smith e David Ricardo constroem a noção de valor da mercadoria. Analisa o caminho percorrido por eles para explicar de forma racional o problema da variação desse valor, onde avançam em relação aos economistas anteriores e onde falham. O ponto principal da discussão aqui proposta é justamente entender por que eles não conseguem chegar a uma explicação que abarque as diversas manifestações do valor.

O capítulo dois tratará do *concreto* pensado, ou seja, do *concreto* como categoria do pensamento. Procura demonstrar o processo do conhecimento da realidade que caminha do *abstrato* ao *concreto*. Primeiro faz uma exposição sobre o método empírico aplicado pelos economistas e depois busca explicar o conceito de *concreto* em Marx, a partir do seu modo de exposição baseado na dialética de Hegel. Aqui o problema dos conceitos fica evidente, cabe uma breve apresentação dos conceitos de *abstrato* e *concreto* em Hegel para melhor entender a inversão feita por Karl Marx e de onde extrai seu método de exposição.

Para Hegel abstrato tem vários sentidos e sempre se refere à ausência de determinações. O abstrato é o simples, ou seja, não é composto de partes e, portanto não é uma coisa complexa. O abstrato é o imediato, é aquilo que vem primeiro à consciência – na *Fenomenologia do Espírito* é a certeza sensível, ou seja, a certeza dos sentidos. O abstrato é aquilo que não é mediato, pois um mediato já é uma segunda coisa diferente. É o primeiro, o mesmo que imediato – imediato se contrapõe a mediato (mediado por alguma segunda coisa); é o falso, exatamente porque é simples e imediato, porque não foi ainda pensado pelo pensamento, mas permaneceu como objeto da sensação, dos sentidos, da imaginação. O abstrato é o aparente – superficial; é o exterior, a aparência exterior de um objeto é o primeiro aspecto percebido pela consciência – objeto, aqui, é todo objeto para a consciência: o mundo, a mercadoria, o dinheiro, o valor etc. Exterior pode ter duplo sentido: exterior no objeto e porque está fora do sujeito, porque é exterior ao sujeito, porque ainda não foi apropriado pelo pensamento.

Exterior se opõe a interior: aquilo que se esconde por trás do exterior que se mostra aos sentidos e à certeza sensível. O interior de um objeto só pode ser acessado pelo pensamento e não pelos sentidos, pois o interior é invisível aos sentidos. É esse interior que se precisa alcançar a partir da elaboração do pensamento, ele é o *concreto* só conhecido pelo pensamento e não pelos sentidos. O *concreto* é o oposto do *abstrato*. Em Hegel e Marx o movimento do pensamento vai do *abstrato* ao *concreto* e se processa por escalas progressivas de concretização. Entre o mais *abstrato* e o mais *concreto* (termo inicial e termo final) há uma série de conceitos mais ou menos abstratos ligando os dois pontos extremos; são as mediações.

A questão para nós é entender o método que permitiu a Marx ter uma visão menos superficial e mais abrangente sobre o tema do valor em relação aos economistas clássicos. Para Marx o *concreto* é o *valor*, que pode ser compreendido como o *devir* em Hegel, em virtude de o *valor* estar sempre em movimento, em constante mutação. Deste modo, tanto o *devir* como o *valor* são uma unidade contraditória, porque o *valor* elimina e conserva a oposição valor de uso e valor de troca, e somente com o pensamento é possível alcançar o real, o *concreto*.

Segundo Benoit (2003, p. 14), em *O Capital*, a dialética é usada enquanto modo de exposição e significa o retorno sintético do analítico ou a reconstrução concreta do universal, ou seja, o concreto reconstituído pelo pensamento (também ROSDOLSKY, 2001, p. 39). Assim, a unidade contraditória do *valor* como *devir* “... é considerar que as categorias lógicas podem transformar-se, negar-se a si próprias, serem postas em *devir* (permanente) e

conservarem um *valor* de verdade” (BENOIT, 2003, p.14). Com esse último capítulo, pretende-se completar o percurso de exposição de *O Capital*, identificando o conceito de *concreto* em Marx com o desvelamento do que é, de fato, real na sociedade capitalista.

O terceiro capítulo versa sobre o caráter dualista da mercadoria, sobre a forma como ela se apresenta aos olhos do homem comum, que não corresponde à realidade concreta. Procura mostrar que o que se vê é apenas uma aparência, uma forma, é o *abstrato* da mercadoria, ou seja, é uma aparência criada pelo trabalho humano. Pois o trabalho humano transforma o valor de uso (*concreto*) em valor (*abstrato*), a matéria em mercadoria, dando à matéria uma forma ideal, uma aparência com determinado valor. Primeiro tem-se a matéria com seu valor de uso, e segundo, após o trabalho humano, tem-se a forma ideal, com seu valor de troca. Nesse processo há uma relação dialética onde a mercadoria é um conteúdo representado, não sendo um conteúdo em si, a sua forma é uma representação do conteúdo em si que está no valor de uso, na matéria.

O valor se apresenta como uma oposição do valor de uso, ou seja, existe uma dualidade entre essência e forma. O *abstrato* tem como pressuposto o *concreto*, sendo a essência o fundante e a forma o fundado, isto é, o conteúdo material (*concreto*) possibilita a criação da forma, aparência (*abstrato*) que acaba por negar a própria essência (*concreto*) a partir da percepção que se dá de forma invertida, ou seja, o homem comum acredita que o que percebe, a aparência, é a essência, o conteúdo, a realidade, o *concreto*. Assim o que é percebido pelo homem comum não passa de mera aparência, conforme afirma Marx no início do primeiro capítulo de *O Capital*: “A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias” (MARX, 1996a, p. 165).

A dissertação tem como objetivo principal demonstrar os conceitos de *abstrato* e *concreto* a partir do modo de exposição dialético de Marx, que caminha das categorias mais *abstratas* às categorias mais *concretas* e complexas da realidade, pois para ele só desta maneira será possível desvendar a aparência, na qual os economistas clássicos permaneceram. Como foi visto acima, todo esse percurso se dará a partir da análise da exposição feita pelos economistas clássicos e por Marx sobre a constituição do valor da mercadoria. Assim, a teoria do valor perpassará todo o trabalho, pois ela é o grande problema a ser resolvido, entendido e desvendado da realidade na sociedade capitalista.

1 A INVERSÃO DOS CONCEITOS DE *ABSTRATO* E *CONCRETO*

Pretende-se, aqui, entender como os conceitos de *abstrato* e *concreto* são empregados pelos economistas e por Marx dentro das explicações que procuram dar ao valor de troca das mercadorias, isto é, dentro da teoria do valor. Deste modo, toda a discussão gira em torno do estudo do valor da mercadoria e do método de exposição das ideias desses teóricos.

O objetivo é compreender os conceitos de *abstrato* e *concreto* na Economia Política Clássica e as críticas feitas por Marx ao método de exposição dos economistas clássicos, esclarecendo assim o problema da inversão dos conceitos entre eles. Inversão essa atribuída ao olhar puramente empírico com o qual os economistas observam a sociedade, o olhar do homem comum. Busca-se entender a diferença entre Marx e os economistas, e o que ele faz para conseguir ir além do olhar empírico, possibilitando desvendar o que está por detrás da aparência. Desta forma, explica e demonstra o problema das ciências empíricas, especificamente a Economia Política Clássica, e em que medida o olhar empírico dificulta o conhecimento do real.

1.1 NOÇÃO DE “VALOR” PARA OS ECONOMISTAS CLÁSSICOS

A explicação acerca de como se constitui o valor de troca de uma mercadoria e as variações do mesmo no mercado era nos séculos XVIII e XIX (e ainda é) uma questão intrigante para os economistas em meio à afirmação do capitalismo como um novo sistema econômico. Faltava compreender as novas regras e leis gerais que regiam as relações econômicas. É sobre essa temática que o texto se debruça, e por esse viés busca esclarecer o problema dos conceitos de *abstrato* e *concreto* entre Marx e os economistas.

O texto que segue tentará demonstrar o modo de exposição dos principais economistas clássicos, que partem do que consideram *concreto* e real, pois o real para eles é o sensível aos sentidos, e “terminam por descobrir relações gerais e abstratas” (MARX, 1996b, p. 39) por serem conhecimentos elaborados pelo pensamento. A questão lançada é até que ponto essas relações gerais e abstratas são, de fato, exatas e servem para explicar a realidade da sociedade capitalista.

Adam Smith e David Ricardo foram os escolhidos para contrapor os conceitos em Marx porque eles fizeram um grande progresso na história do pensamento econômico e é

deles que Marx tira seu ponto de partida, por eles conseguirem ir um pouco mais além que os economistas da sua época na compreensão dos fundamentos da sociedade capitalista.

Para se ter uma amostra do pensamento econômico da época (séculos XVII-XIX) tem-se o exemplo de Condillac citado por Denis (1980, p. 16), que ao tentar explicar a variação dos preços da mercadoria se prendeu a explicações que caem muito bem às sociedades anteriores à sociedade capitalista. Condillac atribui o valor da mercadoria às condições aparentes¹ como a raridade e a utilidade. Esse tipo de explicação não ajuda a entender o valor de troca da mercadoria sendo facilmente desbancado pelos acontecimentos econômicos do mundo capitalista, tempo em que o valor não mais corresponde ao valor de uso. Assim esse tipo de explicação não cabe mais na nova realidade econômica e se torna impreciso e incompleto. O argumento da utilidade é muito frágil na medida que existem coisas que são muito úteis e, no entanto, não são trocadas no mercado, como é o caso da água². Ao mesmo tempo, a raridade ou a abundância de um produto não faz nenhuma diferença caso o mesmo não tenha utilidade. Desta forma, essas ideias acabam não se sustentando na prática, a experiência contradiz a teoria (DENIS, 1980, p. 16). Nesse caso, a própria utilidade está acima da raridade e da abundância e põe por terra todos os argumentos anteriores.

1.1.1 Adam Smith

Adam Smith (1996, p. 65) em seu clássico *A Riqueza das Nações* de 1789 entende que o aprimoramento das forças produtivas do trabalho, responsável pela produção de riquezas, parece ter sido resultado da divisão do trabalho e assim começa sua exposição.

Compreenderemos mais facilmente os efeitos produzidos pela divisão do trabalho na economia geral da sociedade, se considerarmos de que maneira essa divisão do trabalho opera em algumas manufaturas específicas. (SMITH, 1996, p.65)

É pela divisão do trabalho que Smith organiza toda a sua exposição e procura explicar a evolução de uma nação em relação à outra e de um setor em relação ao outro. “A divisão do trabalho, na medida em que pode ser introduzida, gera, em cada ofício, um aumento proporcional das forças produtivas do trabalho” (SMITH, 1996, p. 66). Enxerga a

¹ A palavra aparente nesse trecho se refere a externo, superficial. Considerando que esse aspecto também compõe a realidade, porém ainda é parte dela, sendo assim não permite a visão do todo, não permite uma visão completa.

² Vale notar que a água atualmente já é trocada no mercado como uma mercadoria, e que naquela época não.

possibilidade da divisão do trabalho ter contribuído na diferenciação das ocupações e empregos e que também teve como consequência o aprimoramento das forças produtivas, indicando o estágio de evolução de uma sociedade.

Essa diferenciação [dos empregos e das ocupações], aliás, geralmente atinge o máximo nos países que se caracterizam pelo mais alto grau da evolução, no tocante ao trabalho e aprimoramento; o que, em uma sociedade em estágio primitivo, é o trabalho de uma única pessoa, é o de várias em uma sociedade mais evoluída. Em toda sociedade desenvolvida, o agricultor geralmente é apenas agricultor, e o operário de indústria somente isso. (SMITH, 1996, p. 66).

Nesse trecho Smith começa a indicar a diferença entre a atividade agrícola e a manufaturada, demonstra que a atividade agrícola não comporta tantas subdivisões como ocorre na manufatura. No que segue indica o problema das estações do ano como um impedimento para a divisão do trabalho no campo.

[...] o arador, o gradador, o semeador e o que faz a colheita do trigo muitas vezes são a mesma pessoa. Já que as oportunidades para esses diversos tipos de trabalho só retornam com as diferentes estações do ano, é impossível empregar constantemente um único homem em cada uma delas. (SMITH, 1996, p. 67)

Para Smith, o grande motivo do não desenvolvimento das forças produtivas no campo está aí, no fato de a divisão do trabalho não poder adentrar esse setor assim como ocorre no setor manufatureiro. Neste caso a variável do clima, referente às estações do ano, interfere nesse aspecto no que diz respeito à produção agrícola, não fazendo sentido a divisão do trabalho já que o trabalhador fica em certos momentos ocioso esperando a época adequada, ou seja, o melhor momento para o plantio e para a colheita e isso tem relação com a época do ano. No momento em que não realiza uma atividade acaba desenvolvendo outra, assim o arador, o gradador, o semeador e o que faz a colheita acabam sendo a mesma pessoa conforme afirma Smith. Já na manufatura a variável do tempo não aparece, não interferindo na divisão do trabalho, desta forma, é possível subdividi-lo o quanto for necessário. E essa divisão traz uma série de benefícios para o desenvolvimento da sociedade, pois aumenta a quantidade de trabalho e conseqüentemente à produção de riquezas. Vejamos como Smith explica o advento da divisão do trabalho e seu impacto na produtividade do trabalhador:

Esse grande aumento da quantidade de trabalho que, em consequência da divisão do trabalho, o mesmo número de pessoas é capaz de realizar, é devido a três circunstâncias distintas: em primeiro lugar, devido à maior destreza existente em cada trabalhador; em segundo, à poupança daquele tempo que, geralmente, seria costume perder ao passar de um tipo de trabalho para outro; finalmente, à invenção

de um grande número de máquinas que facilitam e abreviam o trabalho, possibilitando a uma única pessoa fazer o trabalho que, de outra forma, teria que ser feito por muitas. (SMITH, p. 68)

Assim, foi e é possível aprimorar cada vez mais as forças produtivas, ou seja, aumentar a capacidade produtiva, pois pela maior desenvoltura do trabalhador em realizar uma mesma tarefa ele acaba produzindo muito mais em menos tempo. “A rapidez com a qual são executadas algumas das operações dessas manufaturas supera o que uma pessoa que nunca o presenciou acreditaria possível de ser conseguido pelo trabalho manual” (SMITH, 1996, p. 68).

A economia de tempo em não precisar passar de uma atividade a outra é também considerada importante no aumento da produção. “É impossível passar com muita rapidez de um tipo de trabalho para outro, porque este é executado em lugar diferente e com ferramentas muito diversas” (SMITH, 1996, p. 68). E mesmo que a atividade possa ser realizada no mesmo lugar, ainda assim se perde tempo no que diz respeito à concentração do trabalhador na nova tarefa.

Geralmente, uma pessoa se desconcerta um pouco ao passar de um tipo de trabalho para outro. Ao começar o novo trabalho, raramente ela se dedica logo com entusiasmo; sua cabeça “está em outra”, como se diz, e, durante algum tempo ela mais flana do que trabalha seriamente. (SMITH, 1996, p. 69)

Smith atribui a indolência do trabalhador do campo ao fato de ele precisar trocar de atividade constantemente, o que faz sua cabeça passear ociosamente. Mudar de uma atividade para outra implica necessariamente em uma nova postura, em um novo movimento, isso exige o desligamento da atividade anterior para que a nova atividade possa ser realizada, todo esse movimento toma tempo e esforço do trabalhador que necessita se readaptar. “Independentemente, portanto, de sua deficiência no tocante à destreza ou rapidez, essa razão é suficiente para reduzir sempre e consideravelmente a quantidade de trabalho que ele é capaz de levar a cabo” (SMITH, 1996, p. 69).

Para Smith (1996, p. 69-70), o surgimento das máquinas ocorre também devido à divisão do trabalho, que possibilita ao próprio trabalhador pensar em modos mais eficientes de realização da sua atividade repetitiva e simples, com a finalidade de apressar o seu trabalho e ficar livre para se divertir com os colegas.

Grande parte das máquinas utilizadas nas manufaturas em que o trabalho está mais subdividido constituiu originalmente invenções de operários comuns, os quais, com naturalidade, se preocuparam em concentrar sua atenção na procura de métodos para executar sua função com maior facilidade e rapidez, estando cada um deles empregado em alguma operação muito simples. (SMITH, 1996, p. 69)

Mais adiante é que os maquinários passam a ser fruto do trabalho de filósofos e pesquisadores, e a fabricação de máquinas passa a constituir uma profissão específica, vemos aí mais uma subdivisão do trabalho contribuindo para o desenvolvimento das forças produtivas. Esse é o fenômeno chamado por Smith (1996, p.70) de a “grande multiplicação das produções de todos os diversos ofícios” responsável pela produção de uma “riqueza universal”, e que “em uma sociedade bem dirigida [...] se estende até as camadas mais baixas do povo” (SMITH, 1996, p. 70). Os trabalhadores são capazes de produzir além de suas necessidades, portanto podem usar parte de seu tempo produtivo na produção de riquezas e utilizar “uma grande quantidade de seu próprio trabalho” na produção de bens que não necessitam, e mediante a troca com outros trabalhadores comprar os bens que necessitam. Como diz Smith, “assim é que em todas as camadas da sociedade se difunde uma abundância geral de bens” (SMITH, 1996, p. 70).

É interessante notar que Smith, em sua obra, considera uma sociedade composta de camadas, ou classes, e não mais de estamentos, esse fato demonstra que um avanço no entendimento de que uma nova sociedade, a capitalista, está surgindo mediante a feudal. Outro ponto que se pode destacar do trecho acima é o seu olhar perante a divisão dos bens da sociedade. Smith não enxerga que a riqueza universal produzida não é dividida como deveria, entre os produtores de riqueza, os próprios trabalhadores, e que se concentra nas mãos de uma pequena classe privilegiada. O problema aqui é que Smith olha o processo produtivo de produção de riquezas do ponto de vista burguês, de fora da produção, seu olhar não é o do trabalhador, e sim o do dono da produção, e isso certamente interfere na forma como concebe e expõe o novo sistema produtivo.

Porém, Smith tem razão ao apontar “que é impossível de calcular o número de pessoas que contribui com uma parcela — ainda que reduzida — de seu trabalho, para suprir as necessidades” da moradia de um “artesão ou diarista mais comum em um país civilizado e florescente” (SMITH, 1996, p. 70). Basta observar em volta de qualquer pessoa numa sociedade em que a divisão do trabalho adentrou para se perceber o quão necessário é o trabalho do outro no dia a dia de todos, não interessa a classe social, seja ela qual for, é possível perceber a importância da troca dos produtos do trabalho.

Se examinarmos todas essas coisas e considerarmos a grande variedade de trabalhos empregados em cada uma dessas utilidades, perceberemos que sem a ajuda e cooperação de muitos milhares não seria possível prover às necessidades, nem mesmo de uma pessoa de classe mais baixa de um país civilizado, por mais que

imaginemos — erroneamente — é muito pouco e muito simples aquilo de que tais pessoas necessitam. (SMITH, 1996, p. 71)

A divisão do trabalho se estabelece, “[...] de uma certa tendência ou propensão existente na natureza humana que não tem em vista essa utilidade extensa, ou seja: a propensão a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra” (SMITH, 1996, p. 73). O advento da troca é para Smith um grande divisor de águas no que diz respeito à divisão do trabalho e conseqüentemente ao desenvolvimento de uma nação. Sendo a troca entre os homens resultado de sua própria natureza. Entretanto a ajuda e cooperação a qual Smith se refere acima não é um ato de benevolência dos homens uns para com os outros, mas fruto dos próprios interesses, oferece-se alguma coisa em troca de outra.

Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua auto-estima, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles. (SMITH, 1996, p. 74)

Os homens precisam uns dos outros para atender as suas necessidades, diferente dos animais que vivem na natureza e não necessitam dos outros da mesma espécie, os homens não podem sobreviver sem troca e sem a ajuda dos seus. Ao perceber que tem talento em realizar uma tarefa e não o tem para realizar outras, os homens se utilizam dessas habilidades para adquirir aqueles bens produzidos com habilidades que não possui.

Ao contrário [dos animais], entre os homens, os caracteres e as habilidades mais diferentes são úteis uns aos outros; as produções diferentes e dos respectivos talentos e habilidades, em virtude da capacidade e propensão geral ao intercâmbio, ao escambo e à troca, são como que somados em um cabedal comum, no qual cada um pode comprar qualquer parcela da produção dos talentos dos outros, de acordo com suas necessidades. (SMITH, 1996, p. 76)

Se o poder de troca dá origem à divisão do trabalho quanto mais poder de troca tem uma nação, maior a divisão do trabalho e maior a produção de riquezas. Esse poder de troca vem da possibilidade de comércio, das facilidades e dificuldades para realizar as trocas. Assim o mercado é fator fundamental para o desenvolvimento da sociedade, ao passo que a falta dele esteriliza e desmotiva a especialização da produção.

Quando o mercado é muito reduzido, ninguém pode sentir-se estimulado a dedicar-se inteiramente a uma ocupação, porque não poderá permutar toda a parcela excedente de sua produção que ultrapassa seu consumo pessoal pela parcela de produção do trabalho alheio, da qual tem necessidade. (SMITH, 1996, p. 77)

Smith observa que as sociedades antigas mais desenvolvidas se encontravam em áreas favoráveis ao comércio, ou seja, em locais de fácil acesso a outros povos. E nessas sociedades a facilidade das trocas junto a uma densidade populacional maior levou à especialização da produção e à divisão do trabalho. Detectou que o transporte de mercadorias tem custo mais baixo quando feito pela água e não por terra, esse é o motivo, para Smith (1996, p. 79), das antigas nações civilizadas estarem situadas na costa do Mediterrâneo ou em grandes rios navegáveis.

Já que o transporte fluvial ou marítimo abre um mercado mais vasto para qualquer tipo de trabalho do que unicamente o transporte terrestre, é na costa marítima e ao longo dos rios navegáveis que, naturalmente, todo tipo de trabalho ou ocupação começa a subdividir-se e aprimorar-se, e somente depois de muito tempo esses aperfeiçoamentos se estendem ao interior de um país. (SMITH, 1996, p. 78)

No processo da troca no qual se busca atender as próprias necessidades, Smith (1996, p. 81) encontrou um problema: a necessidade de que os trabalhadores se encontrem no mercado possuindo o que não necessitam para o seu próprio consumo, mas possuindo algo que os outros necessitam para o consumo. Porque a troca só se realizará se ambos desejarem o produto um do outro, se apenas uma das partes desejar o produto do outro a troca não acontecerá. Para o trabalhador não correr o risco de não poder efetuar a troca de seu produto pelo que ele deseja, deveria sempre ter consigo um produto que sabe que os outros necessitam.

[...] tivesse consigo, além dos produtos diretos de seu próprio trabalho, uma certa quantidade de alguma(s) outra(s) mercadoria(s) — mercadoria ou mercadorias tais que, em seu entender, poucas pessoas recusariam receber em troca do produto de seus próprios trabalhos. (SMITH, 1996, p. 82)

A partir daí Smith explica as razões que levaram as nações civilizadas a criarem o dinheiro como “[...] instrumento universal de comércio, através do qual são compradas e vendidas — ou trocadas entre si — mercadorias de todos os tipos” (SMITH, 1996, p. 85), justamente para evitar o problema de não ter em mãos a mercadoria desejada pelo outro. O dinheiro, já sabia Smith, é uma mercadoria com permutabilidade universal.

No final do capítulo 4 do Livro I de *A riqueza das Nações*, Smith (1996, p. 85) anuncia que vai examinar as normas que naturalmente são observadas ao trocar mercadorias por dinheiro ou por outras mercadorias. A partir daí procura desvendar a questão clássica de

seu tempo que diz respeito à teoria do valor. Vale ressaltar que só depois de expor sobre a importância da divisão do trabalho é que Smith aborda essa questão.

O interessante é notar seu avanço na explicação do valor da mercadoria em relação aos economistas anteriores. Logo no início podemos observar que Smith vê a duplicidade do valor, percebe que existe algo a mais no valor, demonstra isso logo nas suas primeiras palavras quando diz que as normas da troca são determinadas pelo valor relativo ou valor de troca dos bens. Ao trazer à tona a ideia de valor de troca demonstra que existe algo a mais no valor da mercadoria, que é o seu valor relativo ou seu valor de troca.

Importa observar que a palavra VALOR tem dois significados: às vezes designa a utilidade de um determinado objeto, e outras vezes o poder de compra que o referido objeto possui, em relação a outras mercadorias. O primeiro pode chamar-se “valor de uso”, e o segundo, “valor de troca”. (SMITH, 1996, p. 85)

Esse é um grande passo que Smith dá em direção ao entendimento da variação dos preços no mercado. Ou seja, descobre que o valor possui dois significados, um relacionado à utilidade de um objeto – valor de uso – e o outro relacionado à faculdade que permite a posse do mesmo – valor de troca ou valor relativo. Ao diferenciar “valor de uso” do “valor de troca”, observa que nem tudo que tem utilidade possui valor de troca, e o contrário também, que algo com um grande valor de troca pode não ter nenhuma utilidade. “As coisas que têm o mais alto valor de uso freqüentemente têm pouco ou nenhum valor de troca; vice-versa, os bens que têm o mais alto valor de troca muitas vezes têm pouco ou nenhum valor de uso” (SMITH, 1996, p. 85). Ao comparar a água ao diamante demonstra que existe uma grande contradição na sociedade capitalista, contradição entre valor de uso e valor de troca, Smith acaba por não desenvolver a mesma, a qual mais tarde Marx vai explorar.

Diante dessa primeira contradição apontada por Smith surgem, então, as seguintes questões: Se a produção e a troca de mercadorias têm o fim de atender às necessidades humanas, como algo sem utilidade tem um valor de troca elevado? E, como algo muito útil não tem valor de troca? Estaria a troca mesmo a serviço das necessidades humanas? Certamente nas suas origens já esteve, mas, a sociedade capitalista parece modificar essas relações. A história humana acrescenta, transforma, soma mais variáveis nas relações até então estabelecidas, criando algo novo, mas que não perde sua historicidade. A questão é lançada: qual acréscimo o capitalismo faz nessas relações?

Smith (1996, p. 86), assim como os economistas de sua época, tenta resolver esse enigma e estabelece um método para expor o seu pensamento e esclarecer a questão. Anuncia

que primeiro tentará explicar em que consiste o preço real de todas as mercadorias, segundo procurará mostrar quais as partes que compõem o preço real, e por fim quais os motivos que fazem os preços subirem ou descerem além do natural ou normal, ou seja, o porquê de o preço do mercado não coincidir com o preço real ou natural. Admite a seriedade da questão e sua natureza abstrata³, alertando o leitor sobre a obscuridade do assunto a ser tratado.

Para isso, desafio seriamente tanto a paciência quanto a atenção do leitor: sua paciência, pois examinarei um assunto que talvez possa parecer desnecessariamente tedioso em alguns pontos; sua atenção, para compreender aquilo que, mesmo depois da explicação completa que procurarei dar, talvez possa ainda parecer algo obscuro. Estou sempre disposto a correr um certo risco de ser tedioso, visando à certeza de estar sendo claro; e após fazer tudo o que puder para ser claro, mesmo assim poderá parecer que resta alguma obscuridade sobre um assunto que, aliás, é por sua própria natureza extremamente abstrato. (SMITH, 1996, p. 86)

E é com as palavras acima que Smith encerra o capítulo IV, apontando as dificuldades de esclarecimento da questão, para só, assim, começar no capítulo V sua exposição sobre o valor de troca das mercadorias.

A proposta do capítulo, que se inicia, é explicar o preço real e o preço nominal das mercadorias, ou seja, seu preço em trabalho o qual relaciona com o seu preço real, seu valor, e, seu preço em dinheiro o qual relaciona com seu preço nominal, seu valor de troca. É importante destacar a posição que Smith (1996, p. 87) toma ao iniciar a sua exposição, seu olhar é o olhar do homem que busca realizar seus desejos, e o quanto ele realiza-os ou não determina o grau de riqueza e pobreza do mesmo. Ao mesmo tempo se pode observar também a sua grande descoberta, do trabalho em geral como criador de valor, quando coloca que a riqueza vem da quantidade de trabalho que se pode comprar.

Todavia, uma vez implantada plenamente a divisão do trabalho, são muito poucas as necessidades que o homem consegue atender com o produto de seu próprio trabalho. A maior parte delas deverá ser atendida com o produto do trabalho de outros, e o homem será então rico ou pobre, conforme a quantidade de serviço alheio que está em condições de encomendar ou comprar. (SMITH, 1996, p. 87)

Assim, de acordo com Smith só é possível realizar os próprios desejos comprando o trabalho do outro. Tem-se nesse trecho duas ideias determinantes de seu pensamento,

³ A palavra *abstrato* aparecerá no texto compondo os seus mais diversos sentidos. Para que o leitor compreenda melhor, notas de esclarecimento aparecerão a fim de clarear o sentido usado naquele determinado contexto. Neste caso o conceito de abstrato utilizado por Smith, se refere a algo obscuro, difícil de ser explanado com clareza, o que demonstra a sua dificuldade em abstrair. Abstrair para Marx significa subtrair, separar, isolar a parte, compreendê-la em sua mais simples característica, a mais elementar, em virtude de estar imersa em muitas determinações que dificultam a compreensão.

primeiro a importância do trabalho e do trabalho dos outros homens para que as necessidades do dia a dia possam ser atendidas, o elemento principal aqui é o trabalho. E em segundo, o seu olhar de fora da produção, o olhar de quem compra e não de quem produz. Smith foca na necessidade do trabalho de outros homens, para que as próprias necessidades sejam atendidas. A questão fundamental é de como obter tal trabalho, de como comprar trabalho, e não do que acontece na produção para que seja possível o acréscimo de valor.

Portanto, o valor de qualquer mercadoria, para a pessoa que a possui, mas não tenciona usá-la ou consumi-la ela própria, senão trocá-la por outros bens, é igual à quantidade de trabalho que essa mercadoria lhe dá condições de comprar ou comandar. Conseqüentemente, o trabalho é a medida real do valor de troca de todas as mercadorias. (SMITH, 1996, p. 87)

Smith destaca a importância do trabalho como medida real do valor, como a medida do preço real das mercadorias, a qual compõe o valor de troca das mesmas. Essa é uma grande descoberta, que mais tarde tanto Ricardo quanto Marx vão concordar e acrescentar outras descobertas. E quando Smith diz que o trabalho compõe o valor das mercadorias, quer dizer que o trabalho é uma das partes do valor de troca de uma mercadoria. E quando se refere à quantidade de trabalho contida, está falando da posição daquele que vai ao mercado adquirir algo. Neste caso, o valor da mercadoria que leva ao mercado para ser trocada por outra significa a quantidade de trabalho necessário para comprar outras mercadorias. Assim, a medida do valor é o trabalho, ou melhor, a quantidade de trabalho contida numa mercadoria significa a quantidade de trabalho que ela é capaz de comprar.

O que é comprado com dinheiro ou com bens é adquirido pelo trabalho, tanto quanto aquilo que adquirimos com o nosso próprio trabalho. Aquele dinheiro ou aqueles bens na realidade nos poupam este trabalho. Eles contêm o valor de uma certa quantidade de trabalho que permutamos por aquilo que, na ocasião, supomos conter o valor de uma quantidade igual. (SMITH, 1996, p. 87)

Deste modo, pode-se perceber que o mercado é um espaço para a troca de equivalentes, onde se troca quantidades iguais de trabalhos diferenciados. Smith não fala de equivalentes do mesmo modo que Marx, mas, admite que as trocas ocorrem quando se acredita que as mercadorias possuem uma quantidade igual de trabalho e por isso, conseqüentemente, possuem o mesmo valor de troca. Se no mercado se trocam medidas iguais de trabalho, o trabalho torna-se a medida de todas as mercadorias, o comprador de toda a riqueza do mundo, o criador de riqueza, porque constitui riqueza em si.

O trabalho foi o primeiro preço, o dinheiro de compra original que foi pago por todas as coisas. Não foi por ouro ou por prata, mas pelo trabalho, que foi originalmente comprada toda a riqueza do mundo; e o valor dessa riqueza, para aqueles que a possuem, e desejam trocá-la por novos produtos, é exatamente igual à quantidade de trabalho que essa riqueza lhes dá condições de comprar ou comandar. (SMITH, 1996, p. 87 e 88)

Ou seja, o trabalho foi a primeira medida de valor e a moeda de troca paga a todas as coisas, toda a riqueza do mundo foi comprada pelo trabalho, e essa riqueza é igual à quantidade de trabalho que se pode comprar. Essa forma de enxergar a riqueza em Smith é ponto crucial para entender seu pensamento. A fórmula: riqueza = quantidade de trabalho que se pode comprar, quer dizer que seria a riqueza \neq quantidade de trabalho contida? O que Smith quer dizer quando se refere à quantidade de trabalho que se pode comprar e não à quantidade de trabalho contida em determinada mercadoria?

Riqueza então é poder, poder é poder de compra, e poder de compra é poder de comprar trabalho. “O valor de troca de cada coisa será sempre exatamente igual à extensão desse poder [de comprar trabalho alheio ou produto do trabalho alheio] que essa coisa traz para o seu proprietário” (SMITH, 1996, p. 88). O trabalho é utilizado como medida real do valor de troca das mercadorias. Porém, o problema está em como medir o trabalho. Smith considera não só o tempo de trabalho, mas as diferentes dificuldades empregadas numa determinada tarefa para medir o valor do trabalho e, portanto o valor de troca das mercadorias.

Deve-se levar em conta também os graus diferentes de dificuldade e de engenho empregados nos respectivos trabalhos. Pode haver mais trabalho em uma tarefa dura de uma hora do que em duas horas de trabalho fácil; como pode haver mais trabalho em uma hora de aplicação a uma ocupação que custa dez anos de trabalho para aprender, do que em um trabalho de um mês em uma ocupação comum e de fácil aprendizado. (SMITH, 1996, p. 88)

Smith não só leva em consideração o tempo gasto no trabalho, mas, o tempo despendido para a aquisição da habilidade de poder realizá-lo, habilidade essa que pode levar dez anos para ser apreendida. E esses dez anos de apreensão, de aprendizagem, são considerados por Smith como dez anos de trabalho, que estão contidos no valor da mercadoria produzida pelo mesmo? Ou, esses dez anos de trabalho contidos indicam a capacidade que uma outra mercadoria tem para comprar essa? Não fica claro o que Smith quer dizer, porque ao mesmo tempo em que o valor de troca de uma mercadoria se dá pela capacidade que ela tem de comprar trabalho no mercado, este não existe no mercado na forma apresentada por Smith. Na verdade, o que se encontra para ser comprado no mercado são mercadorias que

contêm trabalho, o trabalho não é encontrado na forma trabalho, mas na forma de mercadoria, a forma trabalho só é encontrada no âmbito da produção, e esse não é o percurso que Smith faz. Tem-se então uma contradição entre trabalho contido e a capacidade de comprar trabalho.

Smith considera que há mais trabalho contido naquele trabalho no qual a aquisição da habilidade para realizá-lo despendeu mais tempo não só no momento da produção. Ou seja, há mais trabalho contido na mercadoria produzida por aquele trabalho que “trabalhou” mais na aquisição de habilidades, ainda que leve menos ou mais tempo de “trabalho” no momento exato da sua produção. O problema é que para se medir a capacidade de comprar trabalho, é preciso medir também a quantidade de trabalho contido nas mercadorias, e Smith não consegue mensurar o trabalho contido nas mercadorias. Pois admite a dificuldade de mensurar trabalhos diferentes, ou seja, de mensurar os trabalhos de natureza diferentes e que contêm mais ou menos tempo de trabalho para a aquisição da capacidade de poder realizá-lo. Tem-se, nesse caso um impasse, de como medir esse tempo de trabalho contido no trabalho de produção, e para tal Smith (1996, p. 88) dá a seguinte explicação:

Efetivamente, ao permutar entre si produtos diferentes de tipos diferentes de trabalho, costuma-se considerar uma certa margem para os dois fatores. Essa, porém, é ajustada não por medição exata, mas pela pechincha ou regateio do mercado, de acordo com aquele tipo de igualdade aproximativa que, embora não exata, é suficiente para a vida diária normal.

Pode-se observar que Smith usa as seguintes expressões, “pechincha ou regateio do mercado” e “igualdade aproximativa”, ou seja, deixa que o mercado resolva a questão do valor do trabalho. Se o valor de troca da mercadoria é dado pela quantidade de trabalho que esta pode comprar, é necessário medir a quantidade de trabalho contido nas mercadorias para estabelecer o seu valor. E Smith não consegue mensurar de forma exata a quantidade de trabalho contida numa mercadoria, pois para ele o valor não é exato, ele é aproximativo, ou seja, ajustado pela pechincha ou pela igualdade aproximativa que seria uma média do valor do trabalho dada pelo mercado. O problema maior de Smith, nesse trecho, é usar o argumento da pechincha por falta de aprofundamento da ideia de igualdade aproximativa. Ficam as seguintes perguntas: Quem determina a pechincha? Seria o mercado, então, regulado pela pechincha? Em seguida demonstra que percebe essa contradição e que no olhar do homem comum não é possível mensurar o trabalho:

Além disso, é mais freqüente trocar uma mercadoria por outras mercadorias — e, portanto, comprá-las — do que por trabalho. Por conseguinte, é mais natural estimar seu valor de troca pela quantidade de alguma outra mercadoria, do que com base no

trabalho que ela pode comprar. Aliás, a maior parte das pessoas tem mais facilidade em entender o que significa uma quantidade de uma mercadoria específica, do que o significado de uma quantidade de trabalho. (SMITH, 1996, p. 88)

O grande problema posto por Smith, nesse trecho, é a dificuldade que existe em enxergar a quantidade de trabalho das mercadorias que se apresentam no mercado. Enquanto que é mais fácil para o homem comum enxergar a quantidade de mercadorias e não de trabalho. E o que Smith quer saber é a quantidade de trabalho das mercadorias e não a quantidade de mercadorias, para assim poder mensurar o valor das mesmas. “Com efeito, a primeira [quantidade de mercadorias] é um objeto plenamente palpável, ao passo que a segunda [quantidade de trabalho] é uma noção abstrata que, embora possamos torná-la suficientemente inteligível, não é basicamente tão natural e tão óbvia” (SMITH, 1996, p. 88).⁴

A dificuldade em mensurar o valor do trabalho permanece ao longo do texto, e Smith recorre às diversas variáveis do mercado como dinheiro, ouro, lucro e renda da terra para explicar a variação do valor do trabalho, porém não chega a nenhuma ideia convincente. Percebendo a contradição entre trabalho comandado e trabalho contido recorre à variável dinheiro para explicar a variação do valor das mercadorias. “Ocorre, portanto, que o valor de troca das mercadorias é mais freqüentemente estimulado pela quantidade de dinheiro do que pela quantidade de trabalho ou pela quantidade de alguma outra mercadoria que se pode adquirir em troca da referida mercadoria” (SMITH, 1996, p. 89).

Com essa afirmação Smith acaba por cair no campo do senso comum e se rende à superficialidade do mercado, em que o valor dado em dinheiro tem mais destaque que o valor natural ou real das mercadorias, ou seja, do que o seu valor em trabalho. Desta forma, identifica-se uma outra contradição em Smith, se a medida do valor das mercadorias é o trabalho, como pode o dinheiro ter mais destaque que o trabalho? Parece essa uma saída encontrada por Smith pelo equívoco do primeiro argumento, de que o valor das mercadorias é dado pela capacidade de comprar trabalho e não pela quantidade de trabalho contido numa mercadoria.

A quantidade de trabalho que uma quantidade específica de ouro e prata pode comprar ou comandar, ou seja, a quantidade de outros bens pela qual pode ser

⁴ Abstrato aparece aqui pela segunda vez em Smith, indicando algo difícil, obscuro e não óbvio, ou seja, indicando a complexidade e dificuldade da natureza do problema do trabalho de investigação a cerca do valor da mercadoria. Quer dizer, é abstrato porque não é claro, porque não consegue tornar claro, porque é complexo. Aqui vemos a inversão dos conceitos entre Smith e Marx onde, em Marx complexo quer dizer cheio de determinações, concreto, e não abstrato. E para desvendar algo cheio de determinações é preciso passar pelo processo de abstração, o que permitiu Marx desvendar o valor da mercadoria. Por retirar a complexidade, as determinações dadas nas relações e procurar primeiro entender a mercadoria em seus aspectos mais simples.

trocada, depende sempre da abundância ou escassez das minas que eventualmente se conhecem, por ocasião das trocas. (SMITH, 1996, p. 89)

Smith insere uma outra variável, a dos metais preciosos, como moeda de troca das mercadorias, se utiliza nesse momento da abordagem dos economistas, que atribuem o valor das mercadorias à abundância ou a escassez do produto. Deste modo, se rende ao olhar superficial do homem comum e parece desistir da análise abstrata⁵ do assunto. A partir daí passa a analisar as variações do valor dos metais preciosos e a explicar a variação do valor de troca das mercadorias baseado nesse argumento.

No século XVI, a descoberta das ricas minas da América reduziu o valor do ouro e da prata na Europa a aproximadamente 1/3 do valor que possuíam antes. Conseqüentemente, como custava menos trabalho trazer esses metais das minas para o mercado, assim, quando eram colocados no mercado, era menor a quantidade de trabalho que permitiam comprar ou comandar. (SMITH, 1996, p. 89)

No trecho acima insere o custo do trabalho contido no transporte dos metais com a quantidade de trabalho que esses metais permitem comprar ou comandar. Se o trabalho contido diminui devido à maior facilidade em se conseguir metais preciosos, menor também será a quantidade de trabalho que os mesmos poderão comprar ou comandar. Sendo assim, os metais preciosos são mercadorias como qualquer outra, porém “... uma mercadoria cujo valor muda constantemente jamais pode ser uma medida exata do valor de outras mercadorias” (SMITH, 1996, p. 89). Resta saber se os metais preciosos servem para medir o valor de troca das mercadorias.

Porém, Smith (1996, p. 89) continua a sua exposição e retoma a discussão acerca do valor do trabalho, dizendo que quantidades iguais de trabalho possuem o mesmo valor para o trabalhador, independente do lugar que ele esteja. Sendo assim, o preço do trabalho é sempre o mesmo e o que varia é a quantidade de trabalho que os bens são capazes de comprar.

O preço que ele [o trabalhador] paga deve ser sempre o mesmo, qualquer que seja a quantidade de bens que receba em troca de seu trabalho. Quanto a esses bens, a quantidade que terá condições de comprar será ora maior, ora menor; mas é o valor desses bens que varia, e não o valor do trabalho que os compra. (SMITH, 1996, p. 89)

O valor do trabalho não varia, o que muda é o valor dos bens os quais o trabalho pode comprar, ou seja, varia a quantidade de bens que o trabalhador recebe em troca do seu

⁵ Com a expressão *análise abstrata* nos referimos à análise das partes e não do todo. Diferente do que Smith faz, em tentar entender o valor da mercadoria na sua totalidade ainda no início de sua exposição. A dificuldade de Smith está em não conseguir fazer o movimento de abstrair, de separar, de retirar as determinações por isso considera o problema do valor obscuro.

trabalho, com os quais podem comprar outros, e que também sofrem modificações em seus preços ora para mais, ora para menos. Mas, se o valor dos bens, isto é, das mercadorias, é dado pela quantidade de trabalho que é capaz de comprar, e essa quantidade de trabalho é representada, ou aparece em forma de mercadoria, volta-se aqui à mesma contradição entre trabalho contido e trabalho comandado já apontado, a qual Smith ainda não resolveu, e parece não resolver. Nesse trecho do texto, ele omite a quantidade de trabalho contida e usa somente a ideia de comprar trabalho para explicar a valoração dos bens do mercado. Retoma mais uma vez ao olhar da economia fazendo a seguinte afirmação: “Sempre e em toda parte valeu este princípio: é caro o que é difícil de se conseguir, ou aquilo que custa muito trabalho para adquirir, e é barato aquilo que pode ser conseguido facilmente ou com muito pouco trabalho” (SMITH, 1996, p. 89 e 90). Recaindo na afirmação vulgar de que o preço de uma mercadoria varia de acordo com a abundância ou raridade da mesma, pela facilidade ou dificuldade de encontrá-la. Assim, retoma a ideia do trabalho como medida do valor pela sua invariabilidade.

Por conseguinte, somente o trabalho, pelo fato de nunca variar em seu valor, constitui o padrão último e real com base no qual se pode sempre e em toda parte estimar e comparar o valor de todas as mercadorias. O trabalho é o preço real das mercadorias; o dinheiro é apenas o preço nominal delas. (SMITH, 1996, p. 90)

Sendo o valor do trabalho estável, fixo, invariável, ele se torna a medida de todos os outros valores, é o padrão último e real, o preço real das mercadorias, o preço natural enquanto que o valor em dinheiro é o preço nominal. Cabe aqui entender a diferença entre preço nominal e real, que também é aplicado ao entendimento do valor do trabalho.

Em tal acepção popular, portanto, pode-se dizer que o trabalho, da mesma forma que as mercadorias, tem um preço real e um preço nominal. Pode-se dizer que seu preço real consiste na quantidade de bens necessários e convenientes que se permuta em troca dele; e que seu preço nominal consiste na quantidade de dinheiro. O trabalhador é rico ou pobre, é bem ou mal remunerado, em proporção ao preço real do seu trabalho, e não em proporção ao respectivo preço nominal. (SMITH, 1996, p. 90)

Smith afirma que o valor real do trabalho se encontra na quantidade de bens necessários e convenientes que se trocam no mercado, as questões, a saber, são: necessários e convenientes a quem? A que o trabalhador permite trocar ou a que o mercado troca? Essa afirmação leva a crer que o valor do trabalho é dado pelo mercado, pela conveniência daqueles que fazem as trocas, nesse caso, ao próprio produtor que está no mercado trocando o produto de seu trabalho. Sendo assim, o trabalhador fica rico ou pobre a depender do que o mercado, ou seja, os outros trabalhadores lhe pagam pelo seu trabalho no ato da troca. Então o

valor real se refere aos bens necessários e convenientes ao trabalhador que os adquire, e o valor nominal se refere ao preço em dinheiro dos bens que adquiriu, o qual, sofre variação referente ao valor dos metais preciosos no mercado. “O mesmo preço real é sempre do mesmo valor; todavia, devido às variações ocorrentes no valor do ouro e da prata, o mesmo preço nominal às vezes tem valores muito diferentes” (SMITH, 1996, p. 90).

É interessante notar qual estágio da sociedade Smith está tratando, até o momento ele se refere a trabalhadores trocando os produtos do próprio trabalho, aonde o trabalhador ainda é dono do produto final de seu trabalho.

A subsistência do trabalhador, ou o preço real do trabalho, como procurarei demonstrar adiante, varia muito de acordo com as ocasiões, sendo mais liberal em uma sociedade que progride na riqueza do que em uma que está parada, e mais liberal em uma sociedade que está parada, do que em uma que está regredindo. Entretanto, qualquer outra mercadoria, em qualquer momento específico, comprará uma quantidade maior ou menor de trabalho, em proporção à quantidade de subsistência que ela pode comprar na referida ocasião. (SMITH, 1996, p. 91 e 92)

Conveniência parece estar relacionada às necessidades de subsistência do trabalhador na ocasião da troca, portanto acaba por depender do estágio de desenvolvimento que a sociedade está vivenciando no momento da troca. A quantidade de trabalho que uma mercadoria pode comprar depende proporcionalmente da quantidade de bens de subsistência que ela pode comprar. Nesse caso, os bens de subsistência seriam a medida do valor do trabalho mais estável, quer dizer, a mercadoria que menos varia de preço, portanto a que poderia ser usada como medida de valor para as outras mercadorias, inclusive para medir o próprio trabalho, questão que Smith está tentando resolver. O bem de subsistência considerado mais estável e que Smith (1996, p. 92) usa para demonstrar essa ideia é o trigo: “O preço do trabalho em dinheiro, [...] não flutua de ano para ano com a flutuação do preço do trigo em dinheiro, mas parece ajustar-se em toda parte; não ao preço temporário ou ocasional do trigo, mas ao seu preço médio ou comum”. Aqui ele percebe que o preço do trabalho em dinheiro é ajustado ao preço médio do trigo e não ao seu preço ocasional, momentâneo. Smith está procurando uma medida para o valor do trabalho e foi buscar isso numa mercadoria estável relacionada à subsistência do trabalhador, uma vez que o valor em dinheiro parece oscilar mais que o valor do trigo, porém como diz logo em seguida o preço do trigo é regulado pelo valor da prata. Como diz ele:

... o preço médio ou comum do trigo — como tentarei igualmente demonstrar mais adiante — é regulado pelo valor da prata, pela abundância ou escassez das minas que fornecem este metal ao mercado, ou pela quantidade de trabalho que é preciso empregar — conseqüentemente pela quantidade de trigo que deverá ser consumida

— para fazer chegar uma determinada quantidade de prata das minas até o mercado. (SMITH, 1996, p. 92)

Temos agora um impasse, o qual Smith leva muito tempo tentando achar uma solução sobre que mercadoria pode ajudar a dar uma medida para o valor do trabalho. Argumenta sobre a desvalorização dos metais e conseqüentemente das moedas, suas oscilações ao longo do tempo e de lugar para lugar, e só detecta a instabilidade da mesma como medida do valor.

Já que raramente acontece que as moedas estejam totalmente de acordo com o padrão, o comerciante ajusta o preço de suas mercadorias da melhor forma que pode, não aos pesos e medidas ideais, mas àquilo que, na média e baseado na experiência, considera serem os preços efetivos. Em conseqüência de tal desajuste da moeda ajusta-se o preço das mercadorias não à quantidade de ouro ou prata puros que a moeda deveria conter, mas àquilo que, na média, e com base na experiência, se considera que ela contém efetivamente. (SMITH, 1996, p. 100)

Como as moedas possuem valores diferentes em locais diferentes, o valor da mercadoria não pode ser ajustado por elas. Assim, o comerciante, que não é mais o trabalhador indo ao mercado trocar o resultado de seu trabalho, agora é aquele que compra produtos em um lugar e leva para outro, é ele quem ajusta o preço das mercadorias de acordo com a média e a experiência do que acha que a mesma vale. Interessante observar que Smith recorre ao preço médio, mais uma vez ele se aproxima da solução, mas não dá o devido tratamento, passa perto, mas não aprofunda no entendimento da questão. E assim, ele termina o capítulo V de sua obra.

No capítulo VI pretende explicar os fatores que compõem o preço das mercadorias e começa situando os estágios de desenvolvimento econômico das sociedades, o antigo e primitivo e o de acúmulo de patrimônio ou capital. Onde no estágio antigo o valor do trabalho parece ser a única medida padrão para se determinar o valor dos objetos trocados entre os homens (SMITH, 1996, p. 101). E retoma a discussão sobre a medida do trabalho dada pelo tempo levado para a sua realização, esforço despendido, o tempo que o trabalhador levou para desenvolver a habilidade de realizá-lo e o talento necessário para tal. Como diz ele:

Se um tipo de trabalho for mais duro que o outro, naturalmente deve-se deixar uma margem para essa maior dureza; nesse caso, o produto de uma hora de trabalho de um tipo freqüentemente pode equivaler ao de duas horas de trabalho de outro. (SMITH, 1996, p. 101)

Assim, qualquer esforço a mais na realização do trabalho é compensado para o trabalhador, na medida em que o resultado final do trabalho é medido pela quantidade de trabalho que ele pode comprar, ou seja, quanto maior a quantidade de trabalho maior a sua capacidade para comprar trabalho. Isso ocorre tanto nas sociedades primitivas, onde a medida do valor dos bens é o trabalho, quanto nas sociedades desenvolvidas, onde a medida do valor da mercadoria é a quantidade de trabalho que ela pode comprar. Porém, nas sociedades avançadas, que pagam salários aos trabalhadores, essa recompensa aparece na forma salário. Outra variável é a habilidade ou destreza na realização de determinado trabalho, isso também é recompensado ao trabalhador.

Ou então, se um tipo de trabalho exige um grau incomum de destreza e engenho, a estima que as pessoas têm por esses talentos naturalmente dará ao respectivo produto um valor superior àquele que seria devido ao tempo nele empregado. (SMITH, 1996, p. 101)

Observa-se que Smith se refere a um aumento do valor do produto, devido ao maior grau de destreza do trabalhador na confecção do mesmo. Em sociedades em que o produto do trabalho pertence ao trabalhador, a quantidade de trabalho é a circunstância reguladora da quantidade de trabalho que aquele produto pode comprar, entretanto, nas sociedades mais desenvolvidas entram em cena outros componentes no preço dos salários, um deles é um salário maior para aqueles que possuem mais habilidade. E assim, Smith avança explicando as razões pelas quais o valor do salário varia entre os trabalhadores, e varia como mercadoria.

No momento em que o patrimônio ou capital se acumulou nas mãos de pessoas particulares, algumas delas naturalmente empregarão esse capital para contratar pessoas laboriosas, fornecendo-lhes matérias-primas e subsistência a fim de auferir lucro com a venda do trabalho dessas pessoas ou com aquilo que este trabalho acrescenta ao valor desses materiais. (SMITH, 1996, p. 102)

Observe a afirmação, “... auferir lucro com a venda do trabalho...” dos outros, aqui nos parece que Smith quer dizer que o lucro se dá em cima do trabalho de outras pessoas, as quais realizam o trabalho em troca de subsistência. Nesse trecho, Smith se aproxima da questão da exploração do trabalhador abordada por Marx, mas mais uma vez não a aprofunda, e parte para outras explicações sobre o lucro ganho em cima do trabalhador, atribuindo o mesmo ao valor do empréstimo do capital investido e não da apropriação do tempo de trabalho dos trabalhadores.

Com efeito, o empresário não poderia ter interesse algum em empenhar esses bens, se não esperasse da venda do trabalho de seus operários algo mais do que seria o suficiente para restituir-lhe o estoque, patrimônio ou capital investido; por outro lado, o empresário não poderia ter interesse algum em empregar um patrimônio maior, em lugar de um menor, caso seus lucros não tivessem alguma proporção com a extensão do patrimônio investido. (SMITH, 1996, p. 102)

Assim, Smith prioriza em sua abordagem o enfoque da extensão do patrimônio investido para explicar os lucros, não usa o trabalho como medida desse valor e sim o capital. Smith desvia sua atenção da quantidade de trabalho, se volta a discutir as determinações do mercado, e se perde em meio às suas intermináveis variáveis. No seu entendimento, ele “é totalmente regulado pelo valor do capital ou patrimônio empregado, sendo o lucro maior ou menor em proporção com a extensão desse patrimônio” (SMITH, 1996, p. 102). Separa os lucros do trabalho, não enxerga o processo produtivo, seu ângulo de visão é o mercado, e de lá ele não consegue ver o que acontece dentro do processo de produção das mercadorias, por isso faz essa cisão entre lucro e trabalho. E afirma que “... no preço das mercadorias, os lucros do patrimônio ou capital empenhado constituem um componente totalmente distinto dos salários pagos pelo trabalho, sendo regulados por princípios bem diferentes” (SMITH, 1996, p. 103).

Já nessa situação, o produto total do trabalho nem sempre pertence ao trabalhador. Na maioria dos casos, este deve reparti-lo com o dono do capital que lhe dá emprego. Também já não se pode dizer que a quantidade de trabalho normalmente empregada para adquirir ou produzir uma mercadoria seja a única circunstância a determinar a quantidade que ele normalmente pode comprar, comandar ou pela qual pode ser trocada. (SMITH, 1996, p. 103)

Para Smith, o trabalhador agora não é mais dono do produto de seu trabalho, ele é apenas um elemento do processo produtivo, a ele só pertence a parte referente à sua subsistência em forma de salário. Precisa repartir o produto de seu trabalho com aquele que lhe deu emprego e lhe proporcionou tal condição, sendo assim, a quantidade de trabalho empregada não é mais a única determinante do valor das mercadorias. “É evidente que uma quantidade adicional é devido aos lucros do capital, pois este adiantou os salários e forneceu os materiais para o trabalho dos operários” (SMITH, 1996, p. 103).

Outro fator que compõe o valor da mercadoria é a renda da terra que se refere ao valor pago ao proprietário pelo uso da mesma. “No momento em que toda a terra de um país se tornou propriedade privada, os donos das terras, como quaisquer outras pessoas, gostam de colher onde nunca semearam, exigindo uma renda, mesmo pelos produtos naturais da terra”

(SMITH, 1996, p. 103). Esse é o terceiro componente do preço que Smith também separa do valor do trabalho, assim como fez com o lucro.

Ele [o trabalhador] passa a ter que pagar pela permissão de apanhar esses bens, e deve dar ao proprietário da terra uma parte daquilo que o seu trabalho colhe ou produz. Essa porção, ou, o que é a mesma coisa, o preço dessa porção, constitui a renda da terra, constituindo, no caso da maior parte das mercadorias, um terceiro componente do preço. (SMITH, 1996, p. 103)

Desta forma, o trabalhador paga pelo uso de uma terra que não é dele, por isso, dá ao proprietário parte da produção. Sendo o valor da terra cobrado do trabalhador, como a renda da terra pode ser acrescida ao valor da mercadoria se ela é subtraída do salário do trabalhador? Se o trabalhador paga pelo uso da terra, por que subtrair o salário e a renda da terra do valor da mercadoria e não só o salário para achar o lucro? Vê-se aqui mais uma contradição em Smith.

Essa situação do pagamento pelo uso da terra ocorre em situações em que a mesma é parte do processo produtivo, porém existem algumas mercadorias que não se enquadram nessa modalidade e que seu valor é constituído apenas pelos salários e lucros. Smith (1996, p. 103) percebe a dificuldade de entendimento, deixa essa questão de lado e retorna à importância da quantidade de trabalho que cada mercadoria pode comprar ou comandar como determinação de seu valor, e continua sua exposição:

Importa observar que o valor real dos diversos componentes do preço é medido pela quantidade de trabalho que cada um deles pode comprar ou comandar. O trabalho mede o valor não somente daquela parte do preço que se desdobra em trabalho efetivo, mas também daquela representada pela renda da terra, e daquela que se desdobra no lucro devido ao empresário.

Assim, o valor real dos componentes do preço é medido pela quantidade de trabalho que cada um desses componentes pode comprar ou comandar, ou seja, o trabalho mede todos os outros componentes do preço, é como se o trabalho fosse o preço final, pois também mede o valor da renda da terra e do lucro. Tudo é transformado na quantidade de trabalho que se pode comprar. Na medida em que a produção manufatureira se desenvolve, as mercadorias vão agregando cada vez mais valor relacionado ao lucro e aos salários e menos relacionado à renda da terra.

Quanto mais determinada mercadoria sofre uma transformação manufatureira, a parte do preço representada pelos salários e pelo lucro se torna maior em comparação com a que consiste na renda da terra. Com o progresso da manufatura, não somente cresce o volume de lucros, mas também cada lucro subsequente é

maior do que o anterior, pois o capital do qual provém o lucro deve ser sempre maior. (SMITH, 1996, p.104)

Conforme visto, essa é a forma encontrada por Smith para explicar por que a renda da terra vai perdendo espaço no valor da mercadoria, à medida que a manufatura avança, admitindo que existem momentos em que ela não aparece na composição do valor.

Nas sociedades mais desenvolvidas, porém, existem sempre algumas mercadorias cujo preço se decompõe em apenas dois fatores: os salários do trabalho e os lucros do patrimônio ou capital; existindo também um número ainda menor de mercadorias, em que o preço total consiste unicamente nos salários do trabalho. (SMITH, 1996, p. 104)

Smith chega a reconhecer que existem mercadorias em que o seu valor é determinado apenas pelo salário do trabalhador, porém ele continua a afirmar que os três componentes do valor da mercadoria são: a renda da terra, os salários e os lucros. Depois de subtraído do valor da mercadoria o preço do trabalho o que sobra é o lucro, observe que nesse trecho Smith afirma que o lucro é somado ao valor da mercadoria, e não retirado do pagamento ao trabalhador. Neste caso, o lucro aparece como um valor a mais, adicionado ao valor do trabalho e ao valor da renda da terra, diferente do que afirmou anteriormente, de que o lucro é pago pelo trabalhador.

Entretanto, o preço total de uma mercadoria ainda deve, em última análise, constar de algum dos três componentes citados, ou dos três conjuntamente, visto que tudo o que restar desse preço total, depois de pagos a renda da terra e o preço de todo o trabalho empregado em obter a matéria-prima, em fabricar a mercadoria e levá-la ao mercado, necessariamente será o lucro de alguém.

[...] Salários, lucro e renda da terra, eis as três fontes originais de toda receita ou renda, e de todo valor de troca. Qualquer outra receita ou renda provém, em última análise, de um ou de outro desses três fatores. (SMITH, 1996, p. 105)

Para Smith, existem, também, três formas de renda: a renda do trabalho, a do patrimônio ou do capital, ou seja, o salário, a renda da fundiária, ou a dos juros. A renda daquele que não emprega diretamente seu capital no processo produtivo, mas que empresta o capital para que outro o faça, essa renda consiste nos juros (SMITH, 1996, p.105), uma outra variável que aparece e que interfere no valor da mercadoria. A partir daí, tenta explicar que o salário do trabalhador sofre variações relacionadas ao empréstimo a juros que o patrão faz ao trabalhador, ao antecipar as ferramentas para o trabalho, e que nesse caso o trabalhador paga por isso. Assim, a questão se complica muito mais, e fica cada vez mais obscuro e mais difícil o cálculo do valor da mercadoria.

Smith fica na observação empírica do mercado, percebe que a sociedade capitalista possui novos elementos como o salário, os lucros e a renda e, se prende ao estudo dessas categorias complexas, tão cheias de determinações que o impedem de ter uma visão mais sistemática das relações capitalistas. Smith não adentra o processo produtivo, procura estudar os resultados dos mesmos e não a sua origem, ou seja, tem um olhar de fora da produção, um olhar do mercado, um olhar do capitalista, de quem compra o trabalho e não de quem o realiza. O problema é que logo no início de sua exposição quer explicar as variáveis: salário, lucro, renda da terra e juros, e por isso se perde em meio a tantas determinações, desta forma não é claro na sua exposição de como é constituído o valor de troca das mercadorias que circulam no mercado.

O valor de Smith está em colocar o foco das atenções no valor do trabalho, além de não ser convincente no todo, ele começa bem e inova em relação aos economistas de seu tempo, avança muito mais que eles, dando várias dicas para os próximos estudiosos da teoria do valor. Smith usa o método empírico de observação, e isso não permite a ele compreender de forma clara os elementos fundamentais da sociedade capitalista, pois o método empírico consiste na observação, catalogação e descrição. Só a observação e o registro dos fatos não são suficientes para o entendimento da sociedade capitalista, porque são muitas as variáveis que se misturam e se confundem. Porém, como diz Marx:

Um enorme progresso se deve a Adam Smith, que rejeitou toda a determinação particular da atividade criadora de riqueza, considerando apenas o trabalho puro e simples, isto é, nem o trabalho industrial, nem o trabalho comercial, nem o trabalho agrícola, mas todas essas formas de trabalho. (MARX, 1996b, p. 42)

Conforme a citação acima, se pode perceber que Marx reconhece o avanço de Smith, por entender o trabalho como uma categoria geral, sem suas particularidades, isso é um grande passo para o processo de abstração mais bem desenvolvido por Marx. O problema de Smith é que ele procura entender a complexidade das variáveis ainda num momento muito inicial de sua exposição, em que questões fundamentais não foram esclarecidas. Como foi visto, ele divide o valor da mercadoria entre trabalho comandado e trabalho contido, essa divisão diz respeito ao seu olhar de fora do mercado, diz respeito ao olhar empírico. O problema de Smith tem como fundamento o fato de manter-se preso às aparências do mercado e não criticar adequadamente este nível empírico da realidade, aceitando-o como verdadeiro em si mesmo. Ou seja, Smith se contentou com as aparências.

De acordo com Marx o nível da aparência, da falsidade, da ilusão, não constitui o concreto, o real, porém contém parte do real. O que Marx faz é partir da aparência, do empírico, passar pelo *abstrato* (puro, simples) e seguir em direção ao *concreto* (pensado) que só pode ser alcançado pelo pensamento, visto que o real não está explícito. O que ocorre é que Smith toma o explícito como real, não fazendo as abstrações necessárias para compreender o movimento da realidade e isso ocorre possivelmente devido ao método empírico utilizado por ele. Smith tem seu mérito, como visto acima, por conseguir ir muito mais além que os economistas em geral, por isso é considerado um economista clássico e respeitado por Marx, pelo fato de ele iniciar o processo de abstração⁶, não o mantém, mas o inicia, e é partindo de suas abstrações que Marx começa a sua exposição.

1.1.2 David Ricardo

A explicação dada por David Ricardo ao valor de troca da mercadoria parece ser um pouco mais clara que a de Smith. Ricardo começa a sua obra, *Princípios de Economia Política e Tributação*, dizendo que o valor de uma mercadoria depende da quantidade de trabalho necessário para a sua produção, e não do maior ou menor valor pago por este trabalho (RICARDO, 1996, p. 23). Ricardo inicia sua exposição partindo das descobertas de Smith e tentando também corrigir as contradições encontradas no mesmo.

Percebe que Smith tem razão ao expor a duplicidade do valor, como valor de uso e valor de troca, e começa citando-o. Concorda quanto à determinação do valor pela escassez e pela quantidade de trabalho necessário para obter o produto. Destaca que as mercadorias que possuem seu valor determinado pela escassez são uma parcela muito pequena das que são trocadas no mercado diariamente, Ricardo refere-se às obras de arte, como quadros famosos, estátuas, livros, moedas raras, vinhos de qualidade entre outros. Esses produtos possuem um valor “... totalmente independente da quantidade de trabalho originalmente necessária para produzi-los, e oscila com a modificação da riqueza e das preferências daqueles que desejam possuí-los” (RICARDO, 1996, p. 24). Portanto, sendo esses bens um caso à parte, não entram na explicação geral que pretende dar.

Ao falar, portanto, das mercadorias, de seu valor de troca e das leis que regulam seus preços relativos, sempre nos referiremos somente àquelas mercadorias cuja

⁶ Processo de abstração significa iniciar o processo de separação das partes simples, sem muitas determinações para que cada parte possa ser estudada em separado, a fim de facilitar a compreensão. E Smith avançou mais que os economistas de seu tempo porque começou a fazer esse movimento, mas acabou por não prosseguir.

quantidade pode ser aumentada pelo exercício da atividade humana, e em cuja produção a concorrência atua sem obstáculos. (RICARDO, 1996, p. 24)

Conforme exposto acima, Ricardo procura estudar e analisar as leis que regulam o valor de troca das mercadorias, leis estas fundadas na quantidade de trabalho humano gasto na produção. Ricardo deixa claro o seu objeto de estudo, delimitando que mercadorias irá estudar e elimina variáveis que possam interferir no valor da mercadoria que não seja o trabalho. Não considera a interferência do Estado na regulação do valor da mercadoria, estuda a mercadoria dentro do fluxo do livre mercado e, assim como Smith, posiciona-se a favor do livre comércio.

Concorda com Smith sobre as etapas primitivas da sociedade, momento em que afirma que o valor depende “quase exclusivamente da quantidade de trabalho empregada a cada uma” (RICARDO, 1996, p. 24), quer dizer, a cada mercadoria. Considera essa “[...] doutrina de extrema importância na Economia Política; pois em nenhuma outra fonte brotam tantos erros nem tanta diferença de opinião [...] quanto das idéias confusas que estão associadas à palavra valor” (RICARDO, 1996, p. 25). Reconhece o avanço de Smith mediante a dificuldade e a obscuridade de entender esse tema tão complexo que deriva tantas argumentações e tantas variáveis, o qual consegue uma explicação muito mais clara, que as anteriores, que é a doutrina do trabalho como regulador do valor da mercadoria.

Se a quantidade de trabalho contida nas mercadorias determina o seu valor de troca, todo acréscimo nessa quantidade de trabalho deve aumentar o valor da mercadoria sobre a qual ela foi aplicada, assim como toda diminuição deve reduzi-lo. (RICARDO, 1996, p. 25)

O que existe para Ricardo é uma relação equivalente entre valor e trabalho, se a quantidade de trabalho contida em uma mercadoria aumenta, seu valor de troca aumenta proporcionalmente e vice-versa. Pois, se “todas as coisas se tornam mais ou menos valiosas na proporção do trabalho empregado para produzi-las” (RICARDO, 1996, p. 25), o valor dessas coisas equivalem à quantidade de trabalho nelas contida. Sendo o mercado um local de troca de mercadorias com valores medidos pela quantidade de trabalho nelas contida, então, as mesmas deveriam ser trocadas por outras, com valores equivalentes. Essa é a conclusão primeira a qual se pode chegar da tese inicial de Smith. Essa lógica de Smith é elogiada por Ricardo, por demonstrar que o trabalho determina “a fonte original do valor de troca” (RICARDO, 1996, p. 25). Com a expressão *fonte original*, Ricardo deixa claro que a teoria de

Smith sobre o trabalho como determinante do valor da mercadoria se limita aos primórdios, à origem do valor, e não ao desdobramento do mesmo nas sociedades mais desenvolvidas.

Ricardo o critica mais à frente, por não determinar o trabalho como medida-padrão sempre, ou seja, em qualquer estágio de desenvolvimento social, e sim por buscar esse padrão em uma outra mercadoria. Para essa medida-padrão, Smith escolhe uma mercadoria que sofra a menor variação de preço possível, faz isso porque não consegue determinar o valor do trabalho, como consequência abandona o trabalho como fonte do valor e parte para o âmbito do mercado para explicar o valor da mercadoria.

Como medida-padrão ele [Smith] se refere algumas vezes ao trigo, outras ao trabalho; não à quantidade de trabalho empregada na produção de cada objeto, mas à quantidade que este pode comprar no mercado, como se ambas fossem expressões equivalentes e como se, em virtude de se haver tornado duas vezes mais eficiente o trabalho de um homem, podendo este produzir, portanto, o dobro da quantidade de uma mercadoria, devesse esse homem receber, em troca, o dobro da quantidade que antes recebia. (RICARDO, 1996, p. 25)

O problema ocorre quando Smith ao usar como referência na determinação do valor, o trabalho, usa em vez do trabalho contido, o trabalho comandado. Nesse caso, refere-se à capacidade de que uma mercadoria tem de comprar trabalho e não à quantidade de trabalho contido na mesma. Ao fazer essa transferência, Smith leva à crença de que os dois são equivalentes. Essa atitude demonstra o olhar que Smith assume em sua exposição, o olhar do mercado, que significa o olhar de fora, exterior, que não busca a essência, que fica na superfície, na aparência. Smith tem um olhar investigativo ao buscar a origem do valor, e isso ele faz muito bem, porém não avança com esse olhar filosófico e acaba por se afastar de uma exposição mais clara e menos contraditória. E é o que acontece a partir desse ponto, Smith só se contradiz, e Ricardo observa e destaca suas contradições. Por que Smith faz isso? Porque considera que se um trabalhador se torna mais eficiente e produz em dobro, este deve receber em dobro também. Assim, Smith deixa de lado a quantidade de trabalho contida na mercadoria como determinante de seu valor, menos trabalho, menor o valor. Desta forma a que levou metade de tempo e esforço para ser produzida, deveria ter o seu valor reduzido à metade, considerando a quantidade menor de trabalho contida na mesma.

O que ocorre, portanto, não é a redução de seu valor e sim o contrário. Smith acredita que a mesma deve poder comprar o mesmo que antes, ou seja, o dobro do que vale. Aqui não existe mais troca de trabalhos equivalentes no mercado, pois uma mercadoria que leva a metade do tempo para ser produzida deve comprar mercadorias que levaram o dobro de tempo para serem produzidas, o que na verdade deveria ser o contrário. Smith tenta explicar

essa contradição a partir da qualificação do trabalho, do esforço feito anteriormente para se chegar a tal habilidade. Mas o engano dele está em olhar o mercado e esquecer a produção.

A transferência do conceito de trabalho contido para trabalho comandado insere outra variável na determinação do valor que é o valor do trabalho pago em salário, sai do valor do trabalho puro e entra no valor de mercado do trabalho, sai do valor puro para a sua forma representada que é a forma salário, sai da interioridade do valor e pula para a sua exterioridade, sai da essência e vai para a aparência. Procurar entender o valor a partir do mercado sem conhecê-lo, de fato, provavelmente não deve ser o melhor método.

Se isso fosse verdadeiro, se a remuneração do trabalhador fosse sempre proporcional ao que ele produz, a quantidade de trabalho empregada numa mercadoria e a quantidade de trabalho que essa mercadoria compraria seriam iguais e qualquer delas poderia medir com precisão a variação de outras coisas. Mas não são iguais. (RICARDO, 1996, p. 25)

Conforme Ricardo, o problema parece estar no fato de a remuneração do trabalhador não ser equivalente ao que ele produz, sendo assim trabalho comandado e trabalho contido não podem equivaler-se. O trabalhador não recebendo pelo que produz perde sua capacidade de compra, ou seja, o que pode comprar com seu salário é inferior a quantidade de trabalho despendida pelo mesmo.

A primeira [quantidade de trabalho] é, sob muitas circunstâncias, um padrão invariável, que mostra corretamente as variações nas demais coisas. A segunda [quantidade de trabalho que uma mercadoria pode comprar] é sujeita a tantas flutuações quanto às mercadorias que a ela sejam comparadas. Adam Smith, após haver mostrado habilmente a insuficiência de um meio variável, como o ouro e a prata, para a determinação do valor variável das outras coisas, acabou escolhendo uma medida não menos variável, ao eleger o trigo ou o trabalho. (RICARDO, 1996, p. 25)

Deste modo, para Ricardo, o trabalho contido é uma medida invariável na determinação do valor de uma mercadoria, já o trabalho comandado não, pois sofre as variações do mercado e das mercadorias que deseja comprar. Portanto, assim como o próprio Smith argumenta, uma medida variável e flutuante não é a melhor para determinar o valor de uma outra que é variável também. Ricardo alerta que o trabalho contido é invariável e o comandado é variável, e quando Smith considera ambos como equivalentes comete um engano, e o que é ainda mais problemático é dar enfoque ao trabalho comandado e não ao contido. Assim, Smith opta em estudar o trabalho pela ótica do mercado e vai buscar uma outra mercadoria de valor menos variável, para, pôr comparação, determinar o valor das

outras mercadorias. Para ele, o trigo, além do trabalho, seria a outra medida menos variável, a qual usa para medir o valor.

Ricardo (1996, p. 26) avança em seu texto usando os argumentos de Smith para depois mostrar a incoerência dos mesmos. Destaca uma série de motivos que levaram Smith a não escolher o ouro e a prata como medidas do valor, como a descoberta de minas novas, o melhoramento nos métodos e na maquinaria, e o esgotamento das minas entre outras questões que alteram a oferta deles no mercado, modificando assim o seu valor. Porém, os fatores apontados por Smith como inviabilizadores do ouro ou da prata como medida do valor também podem ocorrer da mesma forma com o trigo.

Mas de qual dessas fontes de flutuação está isento o trigo? Não varia, também, por um lado, devido ao aperfeiçoamento na agricultura, na maquinaria e nos implementos utilizados no cultivo, assim como em virtude da descoberta de novas extensões de terras férteis que podem ser cultivadas em outros países, e que afetarão o valor do trigo em todo o mercado onde seja livre a importação? (RICARDO, 1996, p. 26)

Assim, Ricardo (1996, p. 26) questiona os argumentos de Smith e ainda lembra a possível influência de fatores fora do mercado que podem interferir no valor do trigo, como o Estado proibindo importações, o aumento da população e da riqueza e da necessidade de aumento da produção, que levem ao cultivo de terras menos férteis, que exigem uma maior quantidade de trabalho. Todos esses fatores contribuiriam de uma forma ou de outra no aumento do valor do trigo, sendo assim, qual a diferença do trigo em relação ao ouro e a prata? O que o torna menos variável que as outras mercadorias?

Os mesmos questionamentos Ricardo (1996, p. 26) faz em relação ao trabalho:

E não será o valor do trabalho igualmente variável, sendo afetado não apenas, como todas as outras coisas, pela proporção entre a oferta e a demanda, que se modifica uniformemente com cada mudança na situação da sociedade, mas também pela alteração no preço dos alimentos e de outros gêneros de primeira necessidade nos quais se gasta o salário?

Assim, para Ricardo, o trabalho sendo uma mercadoria, sofre a influência de variações do mercado como qualquer outra, não estando isento das demandas de oferta e procura, e da influência que a variação dos preços das outras mercadorias exerce sobre ele. Ou seja, se os salários pagos aos trabalhadores devem atender à demanda da subsistência, por exemplo, a variação dos preços dos alimentos e dos artigos de primeira necessidade interfere no valor dos salários.

Além do mais, a quantidade de trabalho requerida para a produção de alimentos e gêneros de primeira necessidade pode variar de país para país e de época para época, desta forma, o que se produzia com uma determinada quantidade de trabalho pode requerer o dobro do mesmo. Neste caso, se a medida do valor da mercadoria se dá pela quantidade de trabalho, isso significa dizer que os produtos necessários à sobrevivência do trabalhador dobram de valor. Mas, como o trabalho pago ao trabalhador normalmente não aumenta, o que ocorre é que o valor do salário em relação aos bens que ele pode comprar (trabalho comandado em Smith) diminui proporcionalmente. Em virtude do aumento da quantidade de trabalho contida nas mercadorias e do não aumento da remuneração do trabalhador, o valor do trabalho pago sob a forma de salário é visto pela ótica da quantidade de trabalho ou pelos bens que ele pode comprar no mercado e também sofre variações, mesmo que não se altere numa relação direta ao valor da mercadoria, quando esta aumenta ou diminui, se altera em relação à quantidade de trabalho que este pode comprar, porque as mercadorias, neste caso, passaram a conter o dobro da quantidade de trabalho.

Nesse caso, os alimentos e outros gêneros de primeira necessidade teriam encarecido 100%, se fossem avaliados pela quantidade de trabalho necessária para sua produção, enquanto o aumento de valor teria sido muito pequeno, se este se medisse pela quantidade de trabalho pela qual poderiam ser trocados. (RICARDO, 1996, p. 26)

Deste modo, Ricardo rebate os argumentos contraditórios de Smith e afirma que os avanços que ocorrem no sistema produtivo com o aumento da produção ou a melhora da qualidade dos produtos, em virtude do desenvolvimento da maquinaria, não significam um acréscimo de riqueza nos rendimentos do trabalhador. Muito pelo contrário, o efeito é oposto, os salários se reduzem proporcionalmente ao aumento da produção.

Se os sapatos e a roupa do trabalhador pudessem ser produzidos, graças ao aperfeiçoamento da maquinaria, com um quarto do trabalho atualmente necessário para sua fabricação, tornar-se-iam provavelmente uns 75% mais baratos; mas é tão improvável que o trabalhador ficasse capacitado a consumir permanentemente quatro casacos ou quatro pares de sapatos em vez de um, que certamente seus salários logo seriam ajustados, pelo efeito da concorrência e pelo estímulo ao crescimento populacional, aos novos valores dos gêneros de primeira necessidade em que são gastos. (RICARDO, 1996, p. 26 e 27)

Conforme o trecho acima, Ricardo considera que o preço das mercadorias cai em virtude do aumento da produção, sendo elas produzidas em menos tempo e com uma quantidade menor de trabalho. Se seu valor é dado pela quantidade de trabalho nela contido

certamente seu valor diminui, e conseqüentemente essa mercadoria passa a ter seu poder de comprar trabalho diminuído. Ou seja, se o valor da mercadoria é dado também pela sua capacidade de comprar trabalho, o aumento da produção diminui o valor da mercadoria. E o salário do trabalhador é pago de forma que ele consiga sobreviver, nada mais além disso, quando os gêneros de primeira necessidade diminuem de preço, os salários caem proporcionalmente à queda dos preços dos gêneros de primeira necessidade. Esse é um efeito em cadeia que reduz o salário do trabalhador. Quanto mais melhorias no sistema produtivo, menos se paga ao trabalhador.

Se aqueles aperfeiçoamentos se estendessem a todos os bens consumidos pelo trabalhador, ao fim de poucos anos o encontraríamos provavelmente gozando de pouca ou nenhuma melhoria, embora o valor de troca daquelas mercadorias comparado com o de outras, em cuja fabricação não se introduziu nenhum aperfeiçoamento, houvesse sofrido considerável redução, e embora aqueles bens fossem o produto de uma quantidade de trabalho consideravelmente reduzida. (RICARDO, 1996, p. 27)

Ricardo critica Smith quando afirma que o valor da mercadoria é medido pela sua capacidade de comprar bens, pois, sendo assim, o trabalho pode comprar ora mais bens, ora menos bens na medida em que esses bens variam de valor no mercado, e deste modo proporcionalmente o valor da mercadoria também se altera. Conclui então que a capacidade de comprar trabalho, ou o trabalho comandado, não é a melhor medida para se achar o valor de uma mercadoria, porque o mesmo se altera em relação à variação dos preços do mercado. Mesmo o trabalho não variando de valor, ele não é a medida mais adequada para determinar o valor da mercadoria porque seu valor se altera quando posto em relação aos bens do mercado. Então a ideia de Smith de que o valor do trabalho pode ser medido pela capacidade que o trabalho tem de comprar trabalho (trabalho comandado) é derrubada por Ricardo, pois nessa abordagem o trabalho não é uma medida invariável, porque é posto em relação com as outras mercadorias.

Não é correto, portanto, dizer, como Adam Smith, que, “como o trabalho muitas vezes poderá comprar maior quantidade e outras vezes menor quantidade de bens, o que varia é o valor deles e não o do trabalho que os adquire”, e que, “portanto, o trabalho, não variando jamais de valor, é o único e definitivo padrão real pelo qual o valor de todas as mercadorias pode ser comparado e estimado em todos os tempos e em todos os lugares”. (RICARDO, 1996, p. 27)

Para Ricardo, o trabalho, neste caso, varia de valor tanto quanto as mercadorias do mercado, não podendo, desta forma, ser considerado uma medida invariável. Ricardo acaba

por refutar o trabalho comandado como medida do valor da mercadoria, por este ser variável demais. Mas não descarta a ideia de Smith de que o mesmo é dado pela proporção entre as quantidades de trabalho que se trocam no mercado, ou seja, pelo trabalho contido em cada mercadoria, e não em relação à quantidade de mercadoria dada ao trabalhador em troca de seu trabalho. Aqui, Ricardo enxuga o excesso de variáveis de Smith, descartando a medida do valor dada pelos salários pagos ao trabalhador, deixando de lado a variável do salário. Assim, “... a quantidade comparativa de mercadorias que o trabalho produzirá é que determina o valor relativo delas, presente ou passado, e não as quantidades comparativas de mercadorias que são entregues ao trabalhador em troca de seu trabalho” (RICARDO, 1996, p. 27). Nesse momento Ricardo procura corrigir Smith, indicando que o valor da mercadoria é medido pelo valor do trabalho, mas não em relação ao que o trabalhador recebe em forma de salário, mas em relação capacidade produtiva do mesmo, ou seja, em relação à quantidade comparativa de mercadorias produzidas pelo trabalhador. Assim, o valor é dado pela quantidade de trabalho necessária para a produção de diferentes mercadorias em diferentes quantidades, as mercadorias variam de valor de acordo com a quantidade de trabalho despendida na sua produção, e se igualam quando as diferentes quantidades trocadas são proporcionais à quantidade de trabalho nelas contida.

Na seção seguinte, Ricardo concorda com Smith sobre a pouca relevância que o pagamento diferenciado para trabalhos diferentes tem no valor final da mercadoria. Destaca a variação nas remunerações devido à qualidade do trabalho, mas que é facilmente absorvida pelo mercado.

Ao referir-me, porém, ao trabalho como fundamento de todo valor e da quantidade relativa de trabalho como determinante quase exclusivo do valor relativo das mercadorias, não se deve supor que negligencio às diferentes qualidades de trabalho nem à dificuldade de comparar uma hora ou um dia de trabalho, numa atividade, com a mesma duração do trabalho em outra. A estimativa do valor de diferentes qualidades de trabalho se ajusta rapidamente no mercado, com suficiente precisão para todos os fins práticos, e depende muito da habilidade comparativa do trabalhador e da intensidade do trabalho realizado. (RICARDO, 1996, p. 29)

Pode-se observar acima que Ricardo usa as expressões *quantidade relativa* de trabalho e *valor relativo* das mercadorias, faz isso por considerar os mesmos na relação com outros, é importante observar isso em Ricardo, porque ele trabalha com relações, não estuda o valor da mercadoria de forma isolada, procura entendê-la dentro das relações que a mesma estabelece no mercado. O valor de uma mercadoria é visto e percebido em relação ao valor das outras mercadorias. O mesmo faz com o trabalho, pois também é comparado aos outros

trabalhos presentes no mercado, e dessa comparação, dessa relação é que é possível determinar o seu valor. Por isso considera as diferentes qualidades de trabalho, pois compara os trabalhos entre si, na verdade, Ricardo percebe que o mercado estabelece relações entre as coisas e destas relações o valor é dado a partir do valor do trabalho nelas contido. Esse trabalho tem o seu valor determinado pela sua quantidade e qualidade. Quando fala em quantidade se refere ao dispêndio de tempo e ao desgaste humano gasto na produção da mercadoria, e em qualidade se refere aos diferentes tipos de trabalho, quer dizer, às diferentes habilidades necessárias para a produção de diferentes mercadorias, e ao tempo anteriormente gasto na aprendizagem e desenvolvimento das mesmas para o bom desempenho do trabalho.

Porém, Ricardo não aprofunda sua pesquisa na qualidade do trabalho, pois, neste caso, estaria estudando o valor absoluto, ou seja, estaria estudando o valor da mercadoria fora do mercado, e se justifica: “Como a pesquisa, para a qual pretendo chamar a atenção do leitor, se refere ao efeito das variações no valor relativo das mercadorias, e não no seu valor absoluto, será pouco relevante examinar o grau comparativo de valoração dos diferentes tipos de trabalho” (RICARDO, 1996, p. 29). Assim, deixa clara sua posição acerca do estudo do valor relativo das mercadorias para entender as variações do preço delas, o quê, como já foi dito anteriormente, é a grande questão a ser desvendada pela Economia Política de sua época.

Um outro fator que interfere no valor da mercadoria e que Ricardo concorda com Smith é “o trabalho gasto em implementos, ferramentas e edifícios que contribuem para sua execução” (RICARDO, 1996, p. 30), ou seja, todos os materiais e instrumentos direta ou indiretamente envolvidos no processo produtivo, que de alguma forma contribuem com o mesmo, têm os seus custos e desgastes incluídos no valor final da mercadoria. Nesse trecho Ricardo refere-se ao trabalho gasto, sendo assim, a ideia do trabalho como medida do valor se reforça.

Para explicar essa relação, do valor da mercadoria com a quantidade de trabalho nela contido, Ricardo dá uma série de exemplos, observe o das meias:

A soma de todas essas várias espécies de trabalho determina a quantidade de outras coisas pelas quais as meias serão trocadas, enquanto a mesma consideração das várias quantidades de trabalho utilizado nesses outros bens determinará igualmente a porção deles que se dará em troca das meias. (RICARDO, 1996, p. 32)

Assim, Ricardo ressalta que as meias serão trocadas no mercado por mercadorias que possuam a mesma quantidade de trabalho delas, trabalho ligado direta e indiretamente à sua produção. Caso aconteça algum progresso produtivo e menos trabalho se gaste na

produção de determinadas mercadorias, elas “terão inevitavelmente menor valor e, portanto, comprarão menor quantidade de outros bens” (RICARDO, 1996, p. 32). Isso ocorre porque na sua produção utilizou-se uma menor quantidade de trabalho. Se os trabalhadores gastam uma menor quantidade de trabalho, a mercadoria acaba tendo seu valor reduzido e, quando no mercado, compram uma menor quantidade de mercadorias que não foram afetadas pela redução do trabalho empregado para produzi-las. “A redução na utilização de trabalho sempre reduz o valor relativo de uma mercadoria, seja tal redução realizada no trabalho necessário para produzir a própria mercadoria, seja no trabalho necessário para a formação do capital que contribui para a sua produção” (RICARDO, 1996, p. 32). Ao citar a formação do capital ligado à produção da mercadoria está justamente se referindo ao trabalho indireto, ou seja, àquele trabalho gasto na produção das ferramentas e edificações necessárias à produção da mercadoria.

No primeiro caso [trabalho direto], toda a economia de trabalho se refletiria nas meias, pois a porção de trabalho poupada destinava-se inteiramente a elas; no segundo [trabalho indireto], somente uma parcela do que se economizou afetaria as meias, correspondendo o benefício restante a todas as demais mercadorias em cuja produção fossem utilizadas as edificações, a maquinaria e os meios de transporte. (RICARDO, 1996, p. 33)

Conforme visto na citação acima, para Ricardo toda e qualquer alteração no trabalho ligado à produção da mercadoria interfere no seu valor, porém, o trabalho indireto tem um impacto menor do que o trabalho ligado diretamente à produção. Nessa altura do texto, Ricardo avança demonstrando também que os lucros do patrão e os salários pagos ao trabalhador não interferem no valor comparativo de uma mercadoria com a outra, porque ele é “[...] inteiramente regulado pela quantidade de trabalho destinada a cada um, independentemente da quantidade produzida, ou dos salários ou lucros altos ou baixos” (RICARDO, 1996, p. 33). Argumenta que se o valor dos salários, ou do lucro aumentar ou diminuir, isso ocorre de forma proporcional no mercado, isto é, o mercado regula os setores produtivos, que também alteram proporcionalmente tanto os salários como o lucro, assim, o valor relativo das mercadorias não se altera já que a mudança acontece em todos os setores produtivos.

Nenhuma alteração nos salários poderia produzir alguma mudança no valor relativo de tais mercadorias. Supondo que eles aumentem, nenhuma quantidade maior de trabalho será necessária em qualquer dessas atividades: apenas o trabalho será pago a um preço mais elevado, e as mesmas razões que levariam o caçador e o pescador a tentar um aumento no valor de sua caça e de seu peixe levariam o proprietário da mina a elevar o valor de seu ouro. (RICARDO, 1996, p. 34)

Ricardo destaca que o aumento dos salários afeta diretamente o lucro do patrão, mas não o valor da mercadoria, e demonstra mais uma vez que o valor da mercadoria é dado pela quantidade de trabalho nela contida, independente do que o trabalhador recebe em troca do seu trabalho. O lucro do patrão é que está diretamente ligado ao valor do salário, ou seja, quanto maior o salário pago aos trabalhadores, menor será o lucro, e quanto menor o salário maior o lucro, o que nada interfere no valor relativo das mercadorias, pois são operações independentes. “Os salários podem aumentar 20% e os lucros, conseqüentemente, diminuir numa proporção maior ou menor, sem ocasionar a menor alteração no valor relativo daquelas mercadorias” (RICARDO, 1996, p. 34).

Ao comparar as mercadorias entre si, Ricardo percebe que a desigualdade entre os seus valores se encontra entre a quantidade de trabalho que cada mercadoria possui, e essa quantidade de trabalho, como já foi dito acima, se refere não somente ao trabalho ligado diretamente ao seu processo produtivo, mas a todo capital anteriormente necessário e investido, para que a sua produção se concretize. Esse capital está dividido em fixo e circulante, onde o fixo se encontra nos bens duráveis, como máquinas, edificações e ferramentas, e o circulante na matéria-prima e nos salários pagos.

Um aumento de salários não elevaria seu valor monetário, nem em relação a quaisquer outras mercadorias cuja produção não exigisse nenhuma quantidade adicional de trabalho, e que utilizassem a mesma proporção de capital fixo — de idêntica durabilidade — e de capital circulante. (RICARDO, 1996, p. 35)

Resta destacar, aqui, que conforme Ricardo, a parte do capital circulante referente ao salário pago ao trabalhador compõe o valor da mercadoria, porém é uma parte muito irrisória deste. Conforme visto acima, o valor do salário e suas variações nada interferem no valor relativo das mercadorias, ou seja, no seu valor em relação às outras mercadorias. Se não houver nenhuma alteração na quantidade de trabalho contida na mercadoria, seu valor relativo não se altera, seja esse trabalho direto ou indireto, mas caso haja alguma alteração na quantidade de trabalho, o seu valor se altera proporcionalmente.

Se fosse necessário mais ou menos trabalho para a produção de outra mercadoria, isso imediatamente ocasionaria, como já dissemos, uma alteração em seu valor relativo, mas essa alteração se deveria à mudança na quantidade de trabalho requerida para produzi-la, e não ao aumento de salários. (RICARDO, 1996, p. 35)

A Seção IV vai explicar como os capitais fixos e duráveis interferem no valor das mercadorias, destacando a diferente durabilidade dos bens como fator relevante na determinação do valor do trabalho e conseqüentemente no valor da mercadoria.

Essa diferença no grau de durabilidade do capital fixo e as variações nas proporções em que se podem combinar os dois tipos de capital introduzem outra causa, além da maior ou menor quantidade de trabalho necessária à produção de mercadorias, das variações do valor relativo das mesmas: esta causa é o aumento ou redução do valor do trabalho. (RICARDO, 1996, p. 35)

Além dos capitais empregados em bens duráveis, Ricardo ressalta os diversos investimentos de capitais necessários à produção de mercadorias. “Os alimentos e as roupas consumidas pelo trabalhador, o edifício em que ele trabalha e os instrumentos com os quais sua atividade é realizada são todos de natureza perecível” (RICARDO, 1996, p. 35). Cabe agora entender como a natureza perecível de todos interfere no valor da mercadoria. “Dependendo da rapidez com que pereça, e a freqüência com que precise ser reproduzido, ou segundo a lentidão com que se consome, o capital é classificado como capital circulante ou fixo” (RICARDO, 1996, p. 36).

Porém, é muito difícil precisar definitivamente o que vem a ser capital fixo e circulante, pois eles variam de produção para produção, o que para um se apresenta como fixo para outro pode ser circulante, depende da natureza da atividade. “Devemos considerar também que o capital circulante pode girar, ou voltar àquele que o aplica, em períodos muito desiguais” (RICARDO, 1996, p. 36). Assim também não é possível usar o critério tempo de retorno do capital para determinar o que é fixo ou circulante. Quanto ao montante de capital investido também há muita variação, “[...] duas atividades podem utilizar o mesmo montante de capital, mas este pode ser dividido de modo muito diferente entre a parte fixa e a circulante” (RICARDO, 1996, p. 36). Deste modo, o que há a fazer é examinar cada caso em particular, não sendo possível estabelecer uma lei geral que possa explicar as interferências dos mesmos no valor da mercadoria. Uma certeza Ricardo tem, a de que o capital investido retorna ao investidor, seja a curto ou longo prazo, e que quanto maior o tempo de retorno, proporcionalmente maior o valor do retorno pelo tempo do empréstimo do capital.

Todas as mercadorias produzidas com maquinaria de grande valor, ou em edificações muito valiosas ou que devam demorar longo tempo até serem lançadas no mercado, diminuirão seu valor relativo, enquanto aumentarão o de todas aquelas produzidas principalmente com o trabalho, ou que possam ser rapidamente lançadas no mercado. (RICARDO, 1996, p. 39)

Segundo Ricardo, o valor relativo de uma mercadoria diminui à medida que na sua produção é empregada uma maior quantidade de capital fixo, ou que demore muito tempo para que a mercadoria produzida seja lançada no mercado, em virtude do capital investido retornar gradativamente ao investidor, ou seja, num período de tempo maior e é diluído nas mercadorias produzidas nesse período. Enquanto que o valor de uma mercadoria aumenta à medida que o retorno ao investidor ocorre em menos tempo, isso se dá na produção em que a maior parte do capital investido é em trabalho, que se consome no momento da produção. Essas mercadorias sofrem interferência direta da variação do valor do trabalho no seu valor.

Ricardo, nesse momento de sua exposição, adiciona outras variáveis à regulação do valor relativo (troca) da mercadoria, a maquinaria e outros capitais fixos e duráveis, e, assim como Smith, se perde ao tentar explicar variáveis muito complexas ainda no início de sua exposição. O grande problema é que tanto Ricardo quanto Smith não conseguem abstrair, separar as categorias para analisá-las, e tentaram explicar a sociedade capitalista como ela é dada, cheia de determinações e complexidades. Deste modo, a exposição fica confusa e incompleta.

Smith admite o caráter abstrato que perpassa a determinação do valor de uma mercadoria e antes da exposição anuncia ao leitor que a mesma pode não ser clara o suficiente. Reconhece a possível obscuridade de seu pensamento, começa muito bem, mas não consegue ir adiante na sua clareza. Ricardo já avança um pouco mais que Smith, pois sua exposição se faz dentro do processo produtivo, escreve de dentro da produção, refere-se não a trabalho comandado como faz Smith e sim de trabalho empregado na produção. Smith tem o olhar daquele que compra trabalho, expõe a capacidade de comprar trabalho, e Ricardo expõe olhando o processo produtivo e acaba sendo mais preciso em relação ao valor de troca da mercadoria. Faz mais abstrações que o Smith quando desconsidera a variável do salário na composição do valor de troca, e com isso ele avança um pouco mais.

Ricardo deixa claro que o valor da mercadoria se dá pela quantidade de trabalho nela contido, que a variação entre os salários pagos não é a causa da variação do valor de mercadoria, e que o valor da mercadoria se dá pelo total dos trabalhos contidos nela. Porém não consegue explicar por que o valor de troca (relativo), na maioria das vezes, não corresponde ao valor real (natural) da mercadoria. O valor de troca da mercadoria, esse sim, para Ricardo, sofre a influência das “variações relativas provocadas por aumentos ou quedas de salários, segundo as diferentes proporções de capital fixo necessárias não só para produzi-la como para produzir as demais mercadorias” (Ricardo, 1996, p. 44), nesse momento de sua exposição, Ricardo considera muitas variáveis na determinação do valor de troca, e não mais

avança com o método de abstração. A partir daí sua exposição se torna confusa e, Ricardo, também admite que não consegue precisar o que determina a variação do valor de troca de uma mercadoria e, Ricardo, continua a sua exposição da seguinte forma:

Poderia estar sujeita, ainda, a variações provocadas pela mesma causa, segundo os diferentes graus de durabilidade do capital utilizado nela e nas demais mercadorias com as quais devesse comparar-se, ou ainda segundo o tempo necessário para colocá-la no mercado fosse mais ou menos longo que o requerido para colocar as outras mercadorias cuja variação tivesse de ser determinada. Todas essas circunstâncias desqualificam qualquer produto como uma medida perfeitamente precisa de valor. (RICARDO, 1996, p. 44)

Dessa forma Ricardo admite que não conseguiu chegar a uma medida precisa da variação do valor de troca da mercadoria. Essa imprecisão se dá por Ricardo usar o mesmo método de Smith, o empírico, que consiste na observação e descrição da realidade, sem fazer abstrações, ou seja, sem estudar os seus elementos em separado. Ricardo avança mais que Smith porque ele faz mais abstrações, ainda não suficientes para desvendar o valor da mercadoria, mas já trazendo elementos novos, que clareiam mais a teoria do valor. Mas, mesmo avançando mais, o problema de Ricardo é o mesmo que o de Smith, o de estudar variáveis complexas e cheias de determinações ainda no início da exposição.

1.2 A CRÍTICA DE MARX À NOÇÃO DE “VALOR” DOS ECONOMISTAS

O que os economistas entendem por realidade, para Marx não passa de mera aparência e mera ilusão, da mesma forma os conceitos de *abstrato* e *concreto* acabam por se inverterem, cabe aqui compreender as razões dessa inversão. É importante observar que Marx critica os economistas por começarem seus estudos por categorias complexas, cheias de determinações como a população, o lucro, considerando-os como algo *concreto*. Porém para Marx essas categorias são abstrações, constituem conceitos vazios, à medida que se omitem os diversos elementos que os compõem (MARX, 1996b, p. 39).

Conforme visto anteriormente, Smith e Ricardo acabam por cair em categorias muito complexas para explicar a composição do valor de troca da mercadoria. Smith tenta explicar a variação do valor pelo salário pago aos trabalhadores e pela renda da terra. Ricardo começa bem, aprofunda um pouco mais a relação entre trabalho e o valor das mercadorias no mercado, mas também parte para variáveis complexas como capitais fixos e duráveis. A partir desse ponto, Ricardo toma outros rumos que não explicam as razões da variação do valor.

Diferente da Economia Política Clássica, Marx em seu modo de exposição parte do que se tem de mais simples, de mais *abstrato* em direção ao mais complexo, ao mais *concreto*, e assim, demonstra através de seu pensamento a realidade da sociedade capitalista. Por isso a filosofia de Marx é tida como uma filosofia da prática, por demonstrar a realidade. Os economistas clássicos, em seu modo de exposição, fazem o caminho inverso, partem do todo complexo, cheio de determinações, do *concreto* e chegam ao conhecimento do *abstrato*, porém de forma ainda muito superficial e incompleta. Segundo Corazca (2003, p. 51), Marx vai além, distingue claramente dois momentos no processo do conhecimento, o primeiro, trilhado pelos economistas clássicos que ficam apenas no conhecimento *abstrato* da realidade, e o segundo momento trilhado pelo próprio Marx que parte das abstrações feitas pelo pensamento e retorna ao todo concreto, agora reconstituído pelo pensamento, esse é o método chamado por Marx de cientificamente exato, é o caminho de volta que vai do *abstrato* à reconstrução do todo.

Antunes faz uma análise da crítica de Marx a Ricardo e percebe que existem vários fatores que fizeram com que não só Ricardo, mas também a Economia Política Clássica errassem nas suas interpretações da realidade. Um desses fatores é o caráter burguês⁷ do pensamento dos economistas, portanto acabam não aprofundando suas análises e interpretações da sociedade, ficando apenas na superfície dos fatos. Essa superficialidade se dá pelo fato de Ricardo não levar “o processo de abstração e análise aos níveis mais profundos exigidos pelo pensamento teórico” (ANTUNES, 2007, p. 2), capaz de perceber o processo contraditório da sociedade capitalista e desvendá-la. Ricardo fica nas “concepções emanadas da concorrência e da superficialidade da vida cotidiana e de sua incapacidade para se elevar às formas superiores e mais abstratas de pensamento” (ANTUNES, 2007, p. 9), ou seja, se prende ao que aparece aos seus olhos, não analisa as formas puras da sociedade capitalista e acaba por enganar-se pelo aspecto externo das coisas da vida não adentrando seu conteúdo interno.

Marx propõe outro ponto de partida para o entendimento da sociedade capitalista e busca fazer isso a partir da dialética como instrumento metodológico, a dialética é usada na reconstrução concreta do universal (ANTUNES, 2007, p. 9). Entre esses dois métodos há uma inversão nos conceitos de *abstrato* e *concreto*. Para a Economia Política Clássica o que é visto como *concreto* para Marx é uma abstração social. Na Economia Política Clássica, “... o

⁷ O caráter burguês do pensamento, segundo Antunes (2007, p. 2), refere-se aos “fenômenos que se mostram na superfície da concorrência” da sociedade capitalista “e do empirismo da vida prática”, e que não avançam na interpretação e análise da realidade.

concreto é a percepção do indivíduo e onde o universal será sempre abstrato. Jamais se chega e jamais se pretende chegar à representação ‘viva da matéria’, como dizia Marx, ou seja, jamais se chega à representação da totalidade concreta em movimento” (ANTUNES, 2007, p. 11).

Marx, na sua exposição em *O Capital*, constrói uma representação do real que acaba por negar a representação da Economia Política, superando os dados dos sentidos e fazendo uma representação lógica e histórica da totalidade, pensando “o tempo cronológico e o histórico no interior de um mesmo gênero” (BENOIT, 2003, p. 11 e 12), negando a representação da Economia Política, a aparência empírico-indutiva do real.

Essa superação dos dados dos sentidos ocorre quando Marx se refere à aparência das coisas e expõe o processo contraditório da realidade. Em que o que aparece não é o real, o *concreto* e sim a mera representação do mesmo. Afirma no capítulo I de *O Capital* que a riqueza das sociedades capitalistas aparece como uma “imensa coleção de mercadorias”. O uso do verbo “aparecer”, de forma proposital, refere-se à aparência, ao que aparece e não à essência.

Os conceitos de *abstrato* e *concreto*, na obra de Marx, vêm atrelados a outros conceitos relacionados tais como: aparência e essência, forma e conteúdo, forma e essência, forma e matéria. Porém, “o *abstrato* e o *concreto* são momentos contrários internos e inseparáveis do mesmo processo do conhecimento” (CORAZCA, 2003, p. 48), ou seja, se misturam na totalidade.

Para Marx, o conhecimento da realidade se dá pelo estudo e entendimento das suas formas puras, abstratas, pois, só a partir desse estudo é possível entender as leis gerais que as regem e reconstruir o *concreto* como forma de pensamento, pois o verdadeiro é invisível aos nossos sentidos. Assim, o entendimento da realidade se dá a partir do pensamento, a elaboração mental é que nos permite ver o *concreto*, o real. Observemos na citação abaixo onde Antunes (2007, p. 15) analisa a crítica de Marx quanto ao erro dos economistas e a importância da abstração para o desvelamento da realidade concreta:

A fraqueza de Smith para ir além das categorias econômicas emanadas da concorrência, categorias como preço, lucro e taxa de lucro, residia, segundo Marx, na sua incapacidade para isolar os fenômenos aparentes surgidos na esfera do mercado dos fundamentos ocultos da sociedade capitalista e visíveis apenas à investigação teórica e ao processo de abstração do pensamento.

Segundo Antunes, é justamente o isolamento dos fenômenos, seu estudo em separado, sua abstração, que permite uma investigação teórica mais profunda da realidade. O

avançar do mais *abstrato* ao mais *concreto* permite a reconstrução mental da realidade concreta. O entendimento do *concreto* não aparece aos olhos do homem comum, só sendo possível como categoria do pensamento.

Marx crítica o método utilizado pelos economistas políticos, porque eles começam “[...] sempre pelo todo vivo: a população, a nação [...], mas terminam sempre por descobrir, por meio da análise, certo número de relações gerais abstratas que são determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor etc.” (MARX, 1996b, p. 39). Esse é o método utilizado pelos economistas e considerado por eles como cientificamente exato, o qual, parte sempre do aparentemente *concreto* em direção ao *abstrato*. Quer dizer, partem da experiência dos sentidos em direção à experiência cognitiva da elaboração do pensamento. Esse caminho trilhado pelas ciências empíricas, em geral, utiliza a experiência dos sentidos, a observação dos fatos para fundamentar suas afirmações.

Conforme Benoit (2003, p. 9), a Economia Política Clássica, filha do empirismo inglês, parte do método empírico-indutivo, do particular para o geral, ou seja, tira conclusões gerais da experiência particular. No seu entendimento parte do “*concreto*” para o “*abstrato*”, acredita que a experiência dos sentidos corresponde ao mundo real, e, sendo o real *concreto*, é somente o que está susceptível de ser apreendido pelos sentidos.

Marx faz, em *O Capital*, o caminho inverso dos economistas, invés de partir do particular, parte do geral para uma filosofia da prática, procura com isso dar vida à matéria, ao particular, ao singular. Parte do mais *abstrato* em direção ao mais *concreto*, esse é o modo de exposição do seu pensamento. Nesse caso, pode-se dizer que o mais *abstrato* corresponde às elaborações mentais, às ilusões provenientes da experiência sensível. E, o mais *concreto* se relaciona com o mundo real, ou seja, tem correspondência com o mesmo. O problema aqui é que, para ele, a experiência dos sentidos não é suficiente para a apreensão do mundo real, pois ela pode ser enganosa, ilusória por ser aparente e superficial, por não adentrar a essência, o interior. Assim, Marx considera a abordagem empírico-indutiva uma perspectiva do olhar do senso comum, ou seja, do olhar do homem comum.

2 O CONCRETO PENSADO

O presente capítulo pretende esclarecer os diferentes métodos de exposição abordados no trabalho, assim, discorrerá um pouco sobre o método empírico utilizado pela economia clássica e criticado por Marx. E, explanará mais detalhadamente sobre o método dialético de Hegel e utilizado por Marx como modo de exposição de seu pensamento, para que ao final fique clara a inversão dos conceitos de *abstrato* e *concreto* que o método dialético faz em relação ao empírico.

Marx distingue entre o método de pesquisa e o método de exposição, assim, antes de escrever *O Capital* se depara com o problema do método de exposição da idéia, e é relendo a obra *Ciência da Lógica* de Hegel que encontra o método mais adequado de expô-las. Depois de Hegel está sendo criticado e considerado um “cachorro morto”, Marx reconhece que bebeu da fonte de Hegel quando no Posfácio da Segunda Edição d’*O Capital* escreve: “Por isso, confessei-me abertamente discípulo daquele grande pensador e, no capítulo sobre o valor, até andei namorando aqui e acolá os seus modos peculiares de expressão” (MARX, 1996a, p. 140).

Marx demonstra claramente em sua exposição que o método dialético hegeliano serve perfeitamente para a construção na mente humana do conhecimento sobre a realidade. “A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede, de modo algum, que ele tenha sido o primeiro a expor as suas formas gerais de movimento, de maneira ampla e consciente” (MARX, 1996a, p. 140). Marx entende as formas gerais da dialética, do movimento da realidade, que pode ser aplicado também ao desenvolvimento do próprio conhecimento, da própria ciência.

2.1 A QUESTÃO DO MÉTODO

Smith viveu a época do Iluminismo e sofreu a influência de seu tempo, momento de exaltação da razão e do conhecimento vindo da experiência e da observação do mundo. O método empírico utilizado pelos economistas vem desse contexto histórico e consiste na observação da realidade. Elaboraões racionais não são tão bem-vindas para aqueles que adotam o método empírico, visto que o empirismo e o racionalismo em suas vertentes mais radicais acabam por se opor, e um negar o outro. Smith e Ricardo ainda se saíram muito bem, visto que utilizaram análises racionais para explicar a realidade, não ficaram apenas na

descrição dos fatos, com isso avançaram em relação aos economistas posteriores que se ativeram à mera observação da realidade, deixando de lado as considerações racionais.

Os conflitos lógicos no desenvolvimento da economia política poderiam ser incompreensíveis se nós não estabelecêssemos conexões reais entre ela e a filosofia de seu tempo. As categorias nas quais economistas ingleses conscientemente compreendem os fatos empíricos tiveram origem no sistema filosófico do momento corrente deles. (ILYENKOV, cap. 3)

Assim, para se entender a economia política é preciso conhecer a filosofia de seu tempo, e a filosofia predominante era a empírica, foi ela que criou as bases da ciência. Dentro desse contexto, é John Locke que, na Inglaterra, representa o empirismo e o estuda dentro da economia. E o interessante é que Locke usa o método empírico para estudar a economia, e assim ela acaba por absorver o seu método.

A visão de Locke demonstra ser a intermediação entre a filosofia empiricista Inglesa (com todas as fraquezas deste último) e a emergente teoria do valor. Por causa de Locke, a economia política assimilou a base metodológica principal do empirismo, em particular e especialmente o lado analítico e intuitivo do método, do ponto de vista da redução do complexo fenômeno e de seus elementos constituintes. (ILYENKOV, cap. 3)

A ciência empírica criticada por Marx deixa de lado aspectos importantes do conhecimento, esquecem o fato de a realidade e de os sentidos terem a capacidade de imprimir ilusões que os homens tomam como verdadeiras em suas mentes. O olhar burguês desses homens não permitia que eles enxergassem além da aparência. “O método empírico dedutivo de Locke não permitiria ir fundo dentro do interior da ‘psicologia’ da propriedade privada burguesa” (ILYENKOV, cap. 3).

Para que os homens conheçam a realidade, o concreto, é preciso imprimir a razão perante a experiência, é preciso questionar, inquirir, buscar respostas às perguntas não respondidas, fazer abstrações, e pelo visto, anteriormente, Smith e Ricardo não a fizeram de modo a resolver as questões lançadas.

Smith mesmo, não nota o curso da contradição entre os dois modos de reflexão da realidade em abstrações. É fácil reconhecer aqui um cientista que pinta o processo de cognição de uma forma meramente Lockeana. A epistemologia de Locke que ignorou a distinção entre abstração teórica (conceito) e a abstração empírica simples, simples expressão dentro de um discurso de semelhanças e diferenças sensualmente posto. David Ricardo, como é bem sabido, deu um decisivo passo para frente, igualmente comparado a Adam Smith. O significado da história-filosófica deste passo consistiu primeiramente e mais ainda em que ele foi o primeiro a distinguir consistente e conscientemente, entre a tarefa considerada propriamente teórica (a tarefa de expressar estes dados em conceitos) e a tarefa de simples descrição e

catalogação do fenômeno na forma, na qual eles são imediatamente dados na contemplação e na idéia. (ILYENKOV, cap. 3)

Ricardo avança porque trabalha por conceitos, faz abstrações, e insiste rigorosamente nisso, assim ele acaba progredindo mais em relação a Smith, e assim ele aproxima a história da filosofia. Não se atém meramente à observação, à catalogação e à descrição dos fatos na forma como eles são dados, mas procura pensar de forma teórica, buscando conceituar os fenômenos.

Ricardo entendeu muito bem aquela ciência (pensando em conceitos) dividiu os fatos empíricos mesmos com a simples contemplação e idéia. Em ciência, seja como for, estes fatos são considerados de um ponto de vista superior – o de sua conexão interna. Este requerimento não foi consistente e rigorosamente satisfeito em Smith, enquanto Ricardo insistiu rigorosamente nele. (ILYENKOV, cap. 3)

Assim, Marx avança em relação a Ricardo, e procura fazer mais abstrações, parte em busca de uma outra forma para abordar o conhecimento da realidade, de outro método para expor seu conhecimento. A filosofia parece ser o caminho mais assertivo, e nela o método dialético. Marx não deixa de lado a abordagem filosófica, acredita ser o melhor caminho para se atingir a verdade e detecta que o método empírico nada mais é que o olhar do homem comum perante o mundo, um olhar superficial que aceita como verdade aquilo que aparece aos olhos. Entende que o conhecimento real não está tão aparente, e se apropria da filosofia para conhecer o mundo.

2.2 NOÇÕES DE *ABSTRATO* E *CONCRETO* EM MARX E HEGEL

Marx, ao criticar a economia política clássica, demonstra os limites da concepção de valor até então alcançada pelos mesmos. A questão principal aqui é entender o método que permitiu a Marx ter uma visão mais abrangente e menos superficial. E para entender melhor o seu método, faz-se necessário conhecer as fontes empregadas por ele. Marx, em *O Capital*, utiliza-se do método dialético proposto por Hegel, que parte do *abstrato* em direção ao *concreto*. Esse é o método de exposição do seu pensamento, e para melhor entendê-lo é necessário a compreensão dos conceitos de *abstrato* e *concreto*.

É da filosofia de Hegel que Marx extrai o seu método, a lógica dialética que permeia todo seu pensamento e seu modo de exposição. Para Marx, o pensamento de Hegel é uma síntese conceitual global que repousa na significação filosófica essencial que Hegel reconhece na história (ARON, 2005, p. 95 e 96). Antes de escrever *O Capital*, Marx relê A

Ciência da Lógica de Hegel e então decide a forma de expor suas ideias. Assim, Marx utiliza a dialética exposta por Hegel para apresentar o seu pensamento, e resolve iniciar sua exposição das categorias mais simples e puras, e aos poucos se aproximando das categorias mais determinadas, até chegar às mais complexas. Tentaremos entender de forma simples os conceitos de *abstrato* e *concreto* em Hegel para, assim, estabelecer as devidas relações ou não com os conceitos em Marx.

Em *A Ciência da Lógica*, Hegel inicia discutindo por onde deve começar a ciência, se pelo mediato ou pelo imediato, a questão lançada por ele visa descobrir o princípio do pensamento e de tudo que existe no mundo. “O começo da filosofia deve ser *mediato* ou *imediato*, e é fácil demonstrar que não pode ser nem um nem outro; de modo que ambas as maneiras de começar se encontram sujeitas à refutação” (HEGEL, 1956, p. 87). Para Hegel não há como separar o mediato do imediato, “... *nada existe* no céu, na natureza, no espírito ou onde seja, que não contenha ao mesmo tempo a imediação e a mediação, assim que estas duas determinações se apresentam como *unidas e inseparáveis...*” (HEGEL, 1956, p. 88). Desde o início de seu texto, expõe o processo do movimento, do devir, e da não fixidade das coisas, quando coloca que a mediação e a imediação estão presentes em tudo que existe, e que se apresentam unidas e inseparáveis. Pode-se observar o seu olhar dialético sobre as coisas do mundo, onde os opostos se identificam.

No trecho abaixo, Hegel indica por onde caminha o seu pensamento, apresenta a relação abstrata entre um saber subjetivo e objetivo como necessária para o progresso da filosofia. Quer dizer, não considera somente o lado objetivo, o material e mediato das coisas e sim, também, o seu aspecto subjetivo, o formal e imediato, para que se possa chegar a um conhecimento mais claro da realidade. Podemos observar também que critica a ciência materialista por considerar somente os aspectos materiais, determinados e objetivos do mundo.

No entanto, para o verdadeiro progresso da filosofia era necessário que o interesse do pensamento fosse orientado a considerar o lado formal, ou seja, do eu, da consciência como tal, quer dizer, considerar a relação abstrata entre um saber subjetivo e um objetivo; era necessário que fosse assim introduzido o conhecimento da forma infinita, ou seja, do conceito. Mas, para poder alcançar este conhecimento, teria que abandonar aquela determinação finita, em que a forma está como eu, como consciência. (HEGEL, 1956, p. 82)

Hegel destaca a importância do *eu*, da *consciência* na construção do conhecimento na sua forma abstrata e não finita, e é justamente a relação abstrata que possibilita se chegar à forma infinita, que para Hegel significa a forma conceitual. Aqui temos dois aspectos

importantes de seu pensamento, o conceito associado à forma infinita, assim, a compreensão desses aspectos é necessária para que possamos entender melhor como o método dialético vai do abstrato ao concreto.

Esse lado formal do *eu* e da *consciência* colocado por Hegel, no trecho acima, diz respeito à lógica que abstrai o conteúdo, a lógica tradicional, quer dizer, à estrutura do pensamento, sem conteúdo determinado. Quando a ciência admite a lógica como a ciência do pensamento demonstra que entende a forma pura do conhecimento, ou seja, a constituição do pensamento, onde se pode inserir qualquer conteúdo, seja ele subjetivo ou objetivo, imediato ou mediato. Porém, para ela, o aspecto finito do *eu* e da *consciência* refere-se ao seu lado objetivo, material, desta forma, despreza o aspecto infinito e subjetivo do ser, nesse momento Hegel deixa claro em que aspectos ele discorda da ciência. Para Hegel a lógica não abstrai o conteúdo.

Aceitar que a lógica seja a ciência do pensamento em geral é entender que com ela este pensamento constitui a forma pura de um conhecimento, que a lógica abstrai qualquer conteúdo e que o que se chamada de segundo elemento, pertence a um conhecimento, ou seja, a matéria, e deve ser trazido de fora. (HEGEL, 1956, p. 58)

Então, abstrair quer dizer separar, assim o pensamento lógico é aquele que abstrai qualquer conteúdo, qualquer determinação, qualquer mediação, seria o mesmo que dizer que o pensamento puro é livre de mediações, de determinações, ou seja, é a forma do pensamento, a estrutura do pensar de forma lógica sem conteúdo determinado. O conteúdo, a determinação, a mediação devem ser trazidos de fora da estrutura do pensar. Devemos observar, porém, que Hegel critica essa concepção de lógica, como uma ciência pura do pensamento onde o conteúdo é trazido arbitrariamente de fora. Para Hegel, a lógica é uma lógica do Ser, por isso pode ser concebida como uma ontologia, onde o conteúdo lógico do pensamento é o próprio Ser e suas determinações.

Vejamos agora o que é o ser para Hegel:

Aqui o ser é o que começa, apresentado como surgido da mediação e justamente de uma mediação que é ao mesmo tempo a superação de si mesmo; e se apresenta como a pressuposição do saber puro concebido como resultado do saber finito, isto é, da consciência. Porém, não se deve ter nenhuma pressuposição, e sim o começo mesmo tem de ser tomado como imediato, então se determina só enquanto deve ser o começo da lógica, do pensamento por si. Não existe já então, senão a decisão, que

também pode conceituar-se como arbitrária, de considerar *o pensamento como tal*. (HEGEL, 1956, p. 90)

O *ser* para Hegel está no começo, e todo começo é imediato que se determina à medida que é o começo da lógica, do pensamento por ele mesmo. Porém ele surge de uma mediação, passando do saber puro a um saber finito, definido, mediato. O *ser* se autodetermina, se transforma, essa autodeterminação de si mesmo é a mediação da qual ele surge. Mas, como o começo não deve ter determinação, como o ser, que é determinado, de alguma forma pode está no começo? Sua determinação é apenas a possibilidade de autodeterminar-se, a única determinação do *ser* é de ser o começo da lógica, o começo do pensamento como tal.

De modo que o começo tem de ser absoluto, o que aqui significa o mesmo que um começo abstrato; não deve pressupor nada, não deve ser mediado por nada, nem ter um fundamento, mas deve ser ele mesmo o fundamento de toda ciência. Por conseguinte, tem que ser algo absolutamente imediato, ou melhor, o imediato mesmo. (HEGEL, 1956, 90 e 91)

No trecho acima, Hegel começa a expor o conceito de abstrato, como começo absoluto, imediato, sem determinações, sem fundamento, mas, ao mesmo tempo, sendo o fundamento de tudo. E é assim que Marx utiliza o conceito de abstrato, por isso começa sua exposição pela categoria mais abstrata, mais simples, mais imediata da sociedade capitalista, a mercadoria. Para Marx esse é o começo, desta forma o primeiro capítulo de *O Capital* é o mais abstrato de todos, porque é o começo absoluto, pois, a partir da categoria mercadoria desdobram-se as determinações da sociedade capitalista. A mercadoria é tomada sem determinações, sem relações, que estão pressupostas e não postas no início da exposição, assim, ao longo da exposição ela vai ganhando determinações e relações, ou seja, vai se complexificando.

Assim como não pode haver uma determinação frente a algum outro, tampouco pode conter uma determinação em si, não pode anexar em si nenhum conteúdo, porque este mesmo seria uma diferença e uma relação de um diferente com outro, e, portanto, uma mediação. O começo é, por conseguinte, o ser puro. (HEGEL, 1956, p. 91)

Deste modo o ser puro não pode conter determinação, e ao anexar a si conteúdo automaticamente passa a se diferenciar de outro. A diferença é um tipo de determinação, é um tipo de relação, pois algo só pode ser diferente na relação com um outro. E o começo é justamente a ausência de determinação e de diferenciação, no começo tem-se então o ser puro,

livre de determinação e, portanto sem relação com um outro diferente, sem mediações, e é justamente nesse começo puro e livre de determinações que Marx certamente se inspira para começar sua exposição.

Hegel continua sua exposição sobre o ser puro do começo da lógica, e reafirma que este não contém em si nenhuma determinação e nenhuma relação com um outro diferente.

Mas, como não pode ter uma determinação frente a algum outro, tampouco pode ter uma determinação em si, não poder ter em si nenhum conteúdo, porque o mesmo seria uma diferença e uma relação de um diferente com outro, e por isso, uma mediação. O começo é, por conseguinte, o ser puro. (HEGEL, 1956, p. 91)

E essa exposição de Hegel sobre o começo da Filosofia, sobre o começo lógico da ciência e do conhecimento, ajuda Marx a definir o método de exposição de seu pensamento, de suas análises acerca da realidade capitalista. Hegel procura descrever como se dá o processo de exteriorização da ideia, e Marx chega à conclusão de que o concreto é resultado do pensamento, sendo assim o método de Hegel parece ser adequado à exposição da ideia de Marx, que acaba concordando com Hegel e começa sua exposição pelo simples, pelo elemento mais abstrato da sociedade capitalista, que, segundo ele, consiste na mercadoria. Assim, o começo lógico é o mais simples de tudo, e Hegel continua:

A esta simples exposição que pertence primeiramente ao mais simples de tudo, isto é, o começo lógico, pode ser adicionadas outras reflexões; no entanto, esta não tem que servir como esclarecimento ou confirmação daquela exposição que é completa por si mesma, senão que são causadas unicamente por representações e reflexões, que podem apresentar-se previamente neste caminho; no entanto, como todos os prejuízos precedentes, devem encontrar sua solução na ciência mesma, e para isto haveria que armar-se realmente de paciência. (HEGEL, 1956, p. 91)

Hegel procura deixar claro que outras reflexões acerca do começo lógico podem ser acrescentadas, porém não servem de esclarecimento para o entendimento do ser puro do começo, muito pelo contrário, outras reflexões que possam se adicionadas trarão consigo prejuízos, os quais para resolver e compreender a ciência teria que se munir de muita paciência. Esse alerta que Hegel faz em se tentar encontrar e se explicar determinações e diferenciações ainda no começo, no ser puro, faz lembrar três questões colocadas anteriormente como o problema dos economistas clássicos: o método da ciência empírica que utilizam; a própria crítica que Marx faz à exposição deles de tentar compreender muitas determinações desde o início da exposição; e o problema, o qual eles mesmos apontam, da dificuldade e obscuridade do tema ao qual estão tratando. (Ver capítulo 1).

Mas o que importa para Hegel é entender a natureza do filosofar, do conhecimento, o processo de exposição de ideias que, segundo ele, tem uma natureza especulativa. O começo filosófico, quer dizer, o começo do conhecimento possui uma natureza especulativa, por mais que a *verdade absoluta* seja um resultado, ela passa pelo começo especulativo.

A opinião de que a verdade absoluta seja necessariamente um resultado, e inversamente que um resultado pressuponha uma primeira verdade (que entretanto, por ser o primeiro, não tem necessariamente o caráter do ponto de vista objetivo, e não é reconhecido do ponto de vista subjetivo), levou, recentemente, a pensar que a filosofia pode começar só com uma verdade hipotética e problemática, e por conseguinte que o filosofar não pode ser em primeiro lugar mais que uma pesquisa; opinião esta sobre a qual Reinhold, nos últimos tempos de sua filosofia, tinha insistido muitas vezes, e tem que se fazer justiça, pois tem como base uma verdadeira dívida referente à natureza especulativa do começo filosófico. (HEGEL, 1956, p. 91)

A partir desse ponto, Hegel indica que vai começar a descrever o procedimento lógico em geral, ou seja, o procedimento de como se dá o processo do filosofar desde o início, e com isso inevitavelmente acaba por indicar o caminho a ser percorrido no processo do conhecimento. Para ele, o ato de filosofar é um retroceder ao começo, para que os fundamentos possam ser postos. Observe:

A análise desta opinião oferece ao mesmo tempo uma oportunidade para introduzir uma explicação preliminar sobre o sentido do procedimento lógico em geral; com efeito, essa opinião contém imediatamente em si mesma a consideração do caminho a seguir. E, de fato, se apresenta de maneira tal que o avançar na filosofia seja bem mais um retroceder e um por de fundamentos, por meio do qual só resultaria naquilo com que se começou, não é algo aceito por pura arbitrariedade, mas representa de fato, por um lado, a verdade, e por outro, primeira verdade. (HEGEL, 1956, p. 91 e 92)

O pôr fundamentos seria voltar ao começo, nesse percurso de volta, os fundamentos seriam expostos, pois estariam pressupostos no começo. Para se apreender o fundamento das coisas seria necessário o caminho de volta ao começo, nesse caminho se identificaria o que fundamenta o resultado, pois o que fundamenta o resultado é o que está no começo, porém este não aparece, pode não estar exposto no final. O começo não é aceito por não aparecer no final, mas seria ele o próprio fundamento? Segundo Hegel, o começo representa a verdade e a primeira verdade. Ou seja, a verdade seria encontrada no começo. Sendo assim, o avançar no processo do conhecimento é o retroceder ao fundamento:

É necessário concordar que esta é uma consideração essencial – como resultará com mais detalhes na lógica mesma – ou seja, que o avançar é um retroceder ao fundamento, ao originário e verdadeiro, do qual depende o princípio com que se começou e pelo qual a realidade é produzida. (HEGEL, 1956, p. 92)

Hegel continua sua exposição sobre o fundamento e lança uma ideia, a qual Marx certamente discorda, que diz respeito à natureza do começo como espírito absoluto que, segundo ele, é a verdade mais concreta que se desprende na forma de um *ser* imediato. Porém, nesse mesmo trecho ele explica o processo da dialética, parte mais importante para o entendimento do método aplicado por Marx, o qual nos importa agora discutir. No trecho abaixo Hegel (1956, p. 92) explica o movimento dialético em que o Primeiro se torna o Último e o Último o Primeiro:

Este Último, o fundamento, constitui, pois também aquilo de onde surge o Primeiro, que primitivamente se apresenta como imediato. Assim, o espírito absoluto, que se apresenta como a verdade mais concreta, última e mais elevada de todo ser, se torna ainda mais reconhecida como a qual ao final do desenvolvimento é descartado livremente e se desprende em forma de um ser imediato: ou seja, que se determina na criação de um mundo que contém toda a compreensão do desenvolvimento que precedeu o resultado, e que, por esta posição invertida, com respeito a seu começo se transforma em algo que depende do resultado, e que, por esta posição invertida, com respeito a seu começo se transforma em algo que depende do resultado, como de seu princípio. Para a ciência, o essencial não é tanto que o começo seja um imediato puro, mas que seu conjunto seja uma rota circular em si mesma, em que o Primeiro torne-se também o Último, e o Último volte também a ser o Primeiro.

O que interessa nesse estudo são os pontos em comum entre Hegel e Marx, deixaremos para uma outra oportunidade aprofundar as discordâncias, cabe agora estabelecer as relações entre a mercadoria e a dialética. É interessante notar que, no trecho acima, Hegel diz que aquilo que surge primeiro e se apresenta como imediato se determina na criação de um mundo que contém em si o seu próprio desenvolvimento, ou seja, o resultado tem em si o começo, e o começo tem em si o resultado, para Hegel é esse movimento circular que interessa para a ciência mais que o princípio imediato. A ideia de que o resultado está subentendido no princípio, e o princípio no resultado, é a mais importante para o desenvolvimento da ciência. Marx parece ter entendido muito bem esse aspecto da dialética, pois começa sua exposição pelo elemento mais simples da sociedade capitalista, que ao mesmo tempo contém em si toda a complexidade da mesma. A mercadoria aparece como o elemento mais abstrato, como o imediato, o princípio, o começo lógico, a qual possui em si também o resultado, o resultado da história da humanidade. Ela é o princípio que contém o resultado, o primeiro e o último elemento, é o começo da sociedade capitalista e o elemento

mais avançado de todos os tempos, ou seja, ela representa o resultado do desenvolvimento das forças produtivas da humanidade.

E, assim, Marx começa sua exposição, pelo elemento mais simples, a mercadoria, e segue em direção aos elementos mais complexos, que são os desdobramentos da mesma. O que significa dizer que a mercadoria para Marx é o fundamento de tudo o que segue, e está sempre presente nos elementos mais complexos. Veja como Hegel explica o método dialético do avançar de um começo imanente, e o porquê desse começo ser o fundamento de tudo o que segue:

Além disso, o avançar desde o que constitui o começo deve ser considerado somente como uma determinação subsequente do mesmo começo, de modo que aquilo com que se começa continua como fundamento de tudo o que segue, e do qual não desaparece. (HEGEL, 1956, p. 92 e 93)

Aqui temos o início da exposição do método dialético usado por Marx que avança de um começo lógico, simples, abstrato em direção às determinações mais complexas e, portanto, concretas da sociedade capitalista. E é no começo que se encontra o fundamento de todas as determinações posteriores, e mais uma vez Hegel reafirma sua posição, observe:

Assim, o começo da filosofia é o fundamento presente e duradouro em todos os desenvolvimentos subsequentes; o que permanece imanente de modo absoluto em suas determinações posteriores. (HEGEL, 1956, p. 93)

O fundamento é aquilo que se encontra no começo e está presente em todos os outros momentos posteriores, mesmo que não esteja exposto no decorrer da exposição, ele está pressuposto em todo o resto. Essa ideia de fundamento está presente em Marx, pode aparecer em seus mais diversos momentos, exposto no começo; ou como pressuposto, não mais exposto. Para se compreender esse movimento do fundamento é preciso se entender a dialética hegeliana, que basicamente é compreender que não existe cisão entre as coisas, o que ocorre é uma mudança na relação, na posição, mas que tudo está presente mesmo não estando exposto num determinado momento, mesmo não aparecendo. Entender isso é compreender o movimento circular de que as coisas voltam ao ponto inicial nunca igual ao momento anterior, nunca igual em conceitos e determinações, porém numa mesma estrutura que permite o recomeçar, permite o fim e um novo começo.

Cabe agora avançar em Hegel e entender como ele explica esse movimento circular, dialético da ciência:

Com efeito, mediante o avanço, o começo perde o que tem de unilateral, ou seja, a qualidade de ser em geral um imediato e um abstrato; converte-se em um mediato, e a linha do movimento progressivo científico toma, conseqüentemente, a forma de um círculo. Ao mesmo tempo em que resulta no que constitui o começo, porém não está desenvolvido e necessita de conteúdo, ainda não resulta, no começo mesmo, conhecido de verdade; somente a ciência, e precisamente em seu pleno desenvolvimento, leva ao seu completo conhecimento, rico em conteúdo, e verdadeiramente fundado. (HEGEL, 1956, p. 93)

O avanço faz com que o começo perca a qualidade de imediato e de abstrato e passe a ter determinações, conteúdo, ou seja, se transforme em um mediato, esse é o movimento progressivo da ciência, o avançar do abstrato ao concreto, do imediato para o mediato, do sem determinação para a determinação. O avançar significa o movimento, o desenvolvimento, e no que diz respeito ao conhecimento, à ciência, é o ganhar conteúdo, significa o ganhar características, significa o desenvolvimento do conceito, a definição, a determinação, a diferenciação do outro. E o determinado contém em si o indeterminado, não perde o começo, porque o começo está sempre presente, pressuposto, todo fim tem em si um começo pressuposto, e assim o movimento progressivo da ciência toma a forma de um círculo. O fim resulta no que constitui o começo, não é o mesmo começo, mas um novo começo, um novo fundamento.

Pode-se falar agora do que pode ter sido a falha dos economistas, sobre o que faltou neles, o fato de não considerarem a possibilidade de um começo abstrato sem muitas determinações, como já foi observado em diversas passagens, o fato de procurarem explicar a teoria do valor da mercadoria no seu momento mais avançado, e não desde o começo puro, abstrato, e simples. Os economistas em suas exposições não começaram do começo, começaram das determinações, e talvez seja esse um dos motivos da dificuldade de entenderem o fundamento, de não conseguirem encontrar o pressuposto no exposto. Eles não encontraram o fundamento do valor da mercadoria, ainda no começo eles tentaram explicar muitas determinações e não buscaram conhecer o começo abstrato, simples, puro e indeterminado.

O começo, o saber puro, oferece apenas a determinação negativa de não possuir determinação, considerando o começo abstrato como o começo da filosofia, sendo esse começo aquele momento em que a coisa mesma não existe ainda, da mesma forma o começo da filosofia é algo que ainda não é. Sobre isso Hegel continua:

Posto o fato do começo ser o começo da filosofia, não pode, na realidade, deduzir-se dele nenhuma determinação mais exata, ou um conteúdo positivo para ele mesmo. Pois neste caso, o começo, em que a coisa mesma não existe ainda, a filosofia é uma palavra vã ou qualquer representação que se admite, mas, ainda não justificada. O

saber puro oferece somente esta determinação negativa que deve ser o começo abstrato. Quando o ser puro é tomado como conteúdo do saber puro, este tem que se retirar de seu conteúdo, deixá-lo atuar por si mesmo e não o determinar mais. (HEGEL, 1956, p. 94)

Conforme Hegel, no começo a filosofia é algo vazio, vã, abstrato, que ainda não possui justificção, que não possui conteúdo ou determinação, sendo qualquer representação que se admite. Desta forma, o começo é sempre abstrato, é o ser puro, e este como conteúdo do saber puro determina a não determinação, entretanto, ao mesmo tempo, acaba por se retirar de seu conteúdo de não determinação, deixando o saber puro atuar por si mesmo, e não mais o determinando como algo sem determinação. A partir daí, o processo de autodeterminação do saber puro entra em cena. Observe:

Embora tenhamos observado esse procedimento, não teríamos nenhum objeto particular, porque o começo, como começo do pensar, deve ser totalmente abstrato, universal, pura forma sem nenhum conteúdo; não teríamos assim nada mais que a representação de um simples começo como tal. Portanto somente se trata de ver o que encontramos nesta representação. (HEGEL, 1956, p. 95)

Hegel, nesse trecho, discute o que vem a ser esse começo sem determinação, sem conteúdo, mas que ao mesmo tempo é uma representação de algo que ainda não é, mas que será. A questão paradoxal que surge é: como algo pode representar a não representação? A resposta talvez seja dada no trecho que segue:

Todavia não é nada, e ainda tem que se tornar algo. O começo não é o nada puro, mas um nada do qual tem que surgir algo; desta forma, o ser já está contido no começo. O começo contém, portanto, ambos: o ser e o nada; é a unidade do ser e do nada, ou seja, é um não-ser que ao mesmo tempo é ser, e um ser que ao mesmo tempo é não-ser. (HEGEL, 1956, p.95)

O começo, o abstrato, o simples, o puro, o sem determinação, em Hegel, dão origem a algo, à determinação. O *ser* e o *nada* formam assim uma unidade inseparável, isso é a dialética, a inseparabilidade de coisas que parecem opostas, mas que se complementam, uma dando origem à outra. No *ser* há não-ser e no não-ser há *ser*. Por isso, para Marx, é possível se chegar à realidade concreta, pensada por meio da aparência, da ilusão que aparece aos olhos do homem comum, essa ilusão, essa falsidade contém parte do real, contém o ser em si, nos dá pistas sobre o real. E esse é o percurso que Marx segue, parte de uma realidade aparente, falsa, parte do *nada* em direção ao *ser*, ao real, ao verdadeiro:

Também: o ser e o nada existem no começo como diferentes; pois o começo assinala algo distinto; é um não-ser, que se refere ao ser, como a um outro; o que começa, todavia ainda não existe; só vai em direção ao ser. O começo, portanto, contém o ser como algo que se afasta do não-ser ou o elimina, ou seja, como um, contrário do não-ser. (HEGEL, 1956, p. 95)

O começo significa o não-ser se transformando em *ser*, deixando de ser não-ser para se tornar *ser*, desta forma o *ser* e o *nada* estão presentes no começo, o *nada* deixando de ser e o *ser* se tornando *ser*. Sendo assim, no *nada* está pressuposto o *ser*, e no *ser* está pressuposto o *nada*, porque o *nada* dá origem ao *ser* e o *ser* vem do *nada*, essa é a primeira relação, e pode-se pensar mais adiante que quando o *ser* desaparece dá origem ao *nada*, isso significa dizer que o *nada* também está presente no *ser*, porque dele veio e a ele voltará. Esse é o movimento circular que Hegel identificou nas coisas, na filosofia, na ciência, no conhecimento, no mundo. Identificou o movimento das coisas e do próprio pensamento. E é justamente esse o método que Marx se apropria de Hegel, o método dialético da ciência, da lógica, do conhecimento, do pensamento, do movimento do mundo. Marx usa-o para expor seu pensamento, sua filosofia, seu conhecimento sobre a sociedade capitalista.

O *ser* e o *nada* parecem contrários, pois um representa o oposto do outro, porém formam uma unidade por um está pressuposto no outro. Observe como Hegel continua sua exposição e afirma que o começo é a unidade dos contrários:

Porém, por outro lado, o que começa já existe, porém ao mesmo tempo ainda não existe. Os contrários, ser e não-ser estão, portanto no começo em uma união imediata; quer dizer que o começo é sua unidade indiferenciada. (HEGEL, 1956, p. 95)

O começo é a unidade indiferenciada dos contrários, ou seja, no começo o *ser* e o não-ser não se diferenciam, estão unidos:

A análise do começo seria, assim, o conceito da unidade do ser e do não-ser – ou, por reflexo, o conceito da unidade do ser distinto e do ser indistinto – ou a identidade da identidade como a não-identidade. Este conceito poderia ser uma primeira definição, a mais pura, isto é a mais abstrata, do absoluto; como em efeito seria se se tratasse aqui principalmente da forma das definições e dos nomes do absoluto. (HEGEL, 1956, p. 95 e 96)

O *ser* e o não-ser, o ser distinto e o ser indistinto estão presentes no começo, juntos, unidos, formando o conceito de unidade, e a análise do começo é a análise dessa junção. Entender o absoluto é entender essa unidade. O absoluto é colocado por Hegel aqui como o começo que contém em si o *ser* e o não-ser.

O começo absoluto deve ser algo conhecido, sendo algo conhecido possui determinações, mas sendo o começo é dado como imediato. Observe o que Hegel diz sobre essa aparente contradição:

Mas, o que constitui o começo absoluto deve ser igualmente algo conhecido; contudo, se se trata de um concreto, e, portanto com varias determinações em si, então esta relação, que é o começo em si, se pressupõe como algo conhecido; e por ele está dado como um imediato; entretanto não o é, pois é relação unicamente na medida em que [está posta] entre coisas diferentes, e consequentemente contém a mediação em si mesma. (HEGEL, 1956, p. 96)

Se o começo for um concreto, ele é dado como imediato, mesmo não o sendo, só é imediato na relação que é posto, a relação primeira do começo. Hegel, aqui, admite um começo concreto, porém colocado numa relação de imediato. Mas como colocar algo concreto numa relação de imediato? Interessante notar que Marx começa sua exposição, em *O Capital*, pela categoria vista por ele como a mais simples da sociedade capitalista, a mercadoria, que é algo concreto com determinações, porém, na sua exposição partiu dela como um elemento puro, simples, abstrato e avançou ao longo dos capítulos imprimindo determinações. Partiu do simples ao complexo, do abstrato ao concreto:

Além disso, o concreto apresenta o acidental e a arbitrariedade das análises e das diferentes determinações. As determinações, que resultam, dependem do que cada qual encontra em suas representações imediatas e acidentais. (HEGEL, 1956, p. 97)

O concreto possui determinações que vêm das suas representações imediatas, ou seja, as determinações resultam do imediato. O mediato surge do imediato. O resultado é fruto do que há no início. As determinações que aparecem no movimento já estavam presentes desde o começo, mesmo não sendo notadas, nem estando visíveis:

A relação contida num concreto, em uma unidade sintética, é necessária somente enquanto não é encontrada, mas produzida pelo próprio movimento dos momentos que fazem esta unidade, um movimento que é o contrário do procedimento analítico, isto é, de uma atividade extrínseca à coisa mesma, e que incide sobre o sujeito. (HEGEL, 1956, p. 97)

O concreto é uma unidade sintética de elementos que se determinam. A relação contida na unidade sintética é necessária enquanto não é percebida, pois quando passa a ser vista, deixa de ser unidade sintética, deixa de ser sem determinação e passa a ter determinação, se transforma em um concreto. O concreto ao mesmo tempo é produzido pelo movimento dos momentos que fazem a unidade, mas não é a unidade. O movimento sintético

é contrário ao movimento analítico, o movimento da unidade é um movimento sintético, de união, de agregação. O movimento analítico é exterior ao sujeito e incide sobre ele, já o movimento da unidade sintética está no próprio sujeito. Hegel aqui parece querer demarcar que o movimento sintético é intrínseco ao sujeito, ao ser.

Hegel nega a possibilidade de um concreto no começo, porque no começo não deve haver relação, ou mediação:

Nisto está compreendido também, mais particularmente, que o que constitui o começo não pode ser um concreto, não pode ser algo que contenha uma relação dentro de si mesmo. Porque isso pressupõe em seu interior uma mediação e uma transferência de um primeiro a um outro, cujo resultado seria o concreto convertido em simples. Mas, o começo não deve ser o mesmo que um primeiro e um outro; o que em si mesmo é um primeiro e um outro contém já um processo de progressão. O que constitui o começo, o começo mesmo, tem, deste modo, que ser tomado como algo que não pode ser analisado; deve ser tomado em sua simples imediação não preenchida de conteúdo, ou seja, como ser, como o vazio absoluto. (HEGEL, 1956, p. 97)

No começo não deve ter um primeiro e um outro, porque no começo não há relação, uma relação é uma mediação entre elementos, sendo o começo uma unidade não há como existir elementos em relação. Se o começo pudesse ser um concreto, este seria um concreto convertido em simples, e parece ter sido isso que Marx fez com a mercadoria, transformou-a em concreto convertido em simples, para que pudesse ser conhecido mais profundamente. Partiu de um concreto, começou com a mercadoria convertida em simples. Se para Hegel o começo é algo que não pode ser analisado, pois deve ser considerado como simples, imediato, desprovido de conteúdo, de determinações, ou seja, é algo que não pode ser conhecido, o conhecido possui determinações, conteúdo. Assim, Marx parte de um concreto, ou seja, de algo que pode ser conhecido, mas que para ser conhecido em profundidade é preciso ser considerado desde sua imediatividade, desde sua origem, desde o seu momento mais simples:

Talvez, por impaciência ante a consideração do começo abstrato, poderia dizer que não se deve iniciar pelo começo, mas diretamente com a coisa; porém também essa coisa não é mais que aquele vazio; pois o que é esta coisa resultará precisamente do curso da própria ciência, e não se pode pressupor como conhecida antes dela. (HEGEL, 1956, p. 97)

Hegel admite a dificuldade de se começar pelo começo, visto que o começo é abstrato. Em vez de se começar pelo abstrato, pensa na possibilidade de se começar pela coisa, entretanto, a coisa também é o vazio do começo, nela também está contido o *nada*. A

coisa resulta do curso da própria ciência, ou seja, é resultado do movimento, porém só pode ser conhecida no movimento, e não antes dele.

Diante do exposto acima, se pode perceber que definir *abstrato* e *concreto* dentro do método dialético não é tão simples, pois os conceitos se misturam, interagem, se relacionam, não só se diferenciam e se opõem. É preciso entender as nuances presentes em cada momento do movimento da ciência e do conhecimento, para se entender em que medida tem-se um *abstrato* e em que medida tem-se um *concreto*.

Segundo Inwood (1997, p.41) o *abstrato* em Hegel “... designa um conceito, produzido pelo chamado método da abstração, que consiste em extrair da realidade perceptível – como representação mental – uma parte ou aspecto específico. É nesse sentido que Marx utiliza o termo...”, considerando o *abstrato* como um produto do pensamento, uma representação mental de um elemento isolado da realidade empírica. O *abstrato* nesse caso tanto em Hegel como em Marx são as formas puras, simples, imediatas, sem determinações. Significa então separar, isolar, e é isso que Marx procura fazer em sua exposição, separar as categorias mais simples, mais puras para estudá-las, examiná-las.

O *concreto* em Marx, assim como em Hegel, corresponde “a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso”, sendo o resultado e não o ponto de partida, “ainda que seja o ponto de partida efetivo” (MARX, 1999, p.39 e 40). Marx acredita que o erro de Hegel foi justamente conceber o real como resultado do pensamento, enquanto que o método de elevar-se do *abstrato* ao *concreto* “não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do *concreto*, para reproduzi-lo como *concreto* pensado” (MARX, 1999, p.40). O que Hegel faz, segundo Marx (1999, p.40), é confundir a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do *concreto* com a gênese do mesmo. Porém, para Hegel, o *concreto* é o mediato, o que vem depois, o determinado, o mais complexo, não é o primeiro, e é com esse sentido que os conceitos de *concreto* em Hegel se aproxima do conceito em Marx.

Marx concebe o *concreto* como categoria do pensamento, ou seja, uma maneira pela qual o pensamento reproduz o real como ele é, Hegel também considera o *concreto* como categoria do pensamento, porém é divergente de Marx no sentido que o real para Hegel está no plano das ideias, sendo o empírico apenas aparência ou fenômeno. Para Marx o empírico é real também, porém na sociedade capitalista ocorre uma ofuscação da realidade, por isso, para se conhecer o real é preciso não se enganar com a aparência que mostra apenas parte da realidade.

Para Marx as ideias constituem o reflexo do mundo material na mente humana, o que implica em dizer que o mundo material existe independente da consciência, as abstrações

são concebidas “como produtos da elaboração intelectual, com base na prática material” (GERMER, 2003, p.78). Hegel afirma o contrário, diz que o mundo material é mera criação de uma divindade, da ideia absoluta. É nesse sentido que se dá a inversão dos conceitos, na filosofia de Hegel o mundo é interpretado “como uma gradual realização da Ideia no plano material” (GERMER, 2003, p.78). No *Posfácio da Segunda Edição de O Capital*, Marx explica a diferença entre o seu método e o de Hegel:

[...] meu método dialético não só difere do hegeliano, mas é também a sua antítese direta. Para Hegel, o processo do pensamento, que ele, sob o nome de idéia, transforma num sujeito autônomo, é o demiurgo do real, real que constitui apenas a sua manifestação externa. Para mim, pelo contrário, o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem. (MARX, 1996a, p.140)

Para Marx a ideia transposta na cabeça do homem vem do mundo real e não o contrário conforme Hegel. Porém, no parágrafo seguinte, Marx reconhece o mérito de Hegel e explica como o utilizou na exposição d’*O Capital*.

A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede, de modo algum, que ele tenha sido o primeiro a expor as suas formas gerais de movimento, de maneira ampla e consciente. É necessário invertê-la, para descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico. (MARX, 1996a, p. 140)

Inverter ou virar ao avesso é uma questão polêmica dentro das análises e estudos que existem acerca da relação Marx e Hegel. Esse inverter é entendido por muitos como a troca da ideia pela matéria, essa é uma forma simplificada para começar uma explicação sobre o que muda em Marx e em que ele avança. A autora não tem a pretensão de resolver neste trabalho essa polêmica, mas pretende iniciar uma nova discussão partindo dos conceitos de *abstrato* e *concreto*, pois acredita que por esse viés a questão do método pode se tornar mais clara.

2.3 MODO DE EXPOSIÇÃO DE MARX DO ABSTRATO AO CONCRETO

Marx procura demonstrar, assim como Hegel o faz na *Ciência da Lógica*, que o processo do conhecimento da realidade caminha do *abstrato* ao *concreto*. O conceito de *concreto* em Marx deve ser entendido a partir do seu modo de exposição baseado na dialética de Hegel. Para Marx o *concreto* é o *valor* que pode ser entendido como o *devir* em Hegel. Tanto o *valor* quanto o *devir* são uma unidade contraditória, pois o *valor* elimina e conserva a oposição valor de uso e valor de troca. A dialética é usada enquanto modo de exposição e significa o retorno sintético do analítico ou a reconstrução concreta do universal. A unidade

contraditória do *valor* como *devenir* é considerar que as categorias lógicas podem transformar-se, negar-se a si próprias, serem postas em *devenir* (permanente). O *abstrato* e o *concreto* não existem em separado, fazem parte de uma totalidade, de uma unidade. O método de abstração permite entender as categorias da realidade de forma mais detalhada e profunda, para depois mentalmente reconstruir o todo complexo. Desta forma, o *concreto* é dado pelo pensamento, é o *concreto pensado* e o *abstrato* é a percepção empírica e enganosa da sociedade capitalista.

Para Marx o conhecimento da realidade da sociedade capitalista só é possível pelo estudo e entendimento das suas formas puras, abstratas. Só a partir desse estudo é possível entender as leis gerais que a regem e reconstruir o concreto como forma de pensamento, pois o verdadeiro é invisível aos nossos sentidos. Assim, o entendimento da realidade se dá a partir do pensamento, a elaboração mental é que nos permite ver o concreto, o real.

É justamente o isolamento dos fenômenos, seu estudo em separado, sua abstração, que permite uma investigação teórica mais profunda da realidade. O avançar do *abstrato* ao *concreto* permite a reconstrução mental da realidade concreta, o entendimento do concreto não aparece aos olhos do homem comum, pois só é possível como categoria do pensamento.

Deste modo, Marx parte do estudo da categoria mercadoria em sua forma pura, parte do elemento mais simples da sociedade capitalista e avança em direção aos mais complexos. Ao compreender a mercadoria e sua complexidade entende as leis gerais que regem a sociedade capitalista.

Mesmo sendo a forma mais *abstrata*, a mercadoria compõe a realidade *concreta*, pois possui uma dualidade, ou seja, ela é composta tanto pelo *abstrato* como pelo *concreto* quando a entendemos em sua totalidade. O seu conteúdo material está no seu valor de uso, isso é o que se tem de *concreto*, porém, o seu *valor* constitui a sua forma, sua aparência, que é o que se tem de *abstrato*.

Marx expõe, em *O Capital*, o caráter dualista da mercadoria acerca da forma como ela se apresenta aos olhos do homem comum, e que não corresponde à realidade concreta. Demonstra que o que se vê é apenas uma aparência, uma forma exterior, é o *abstrato* da mercadoria, ou seja, é uma aparência criada pelo trabalho humano. Pois o trabalho humano transforma o valor de uso (*concreto*) em valor (*abstrato*), a matéria em mercadoria, dando à matéria uma forma ideal, uma aparência com determinado valor. Primeiro tem-se a matéria com seu valor de uso e segundo, após o trabalho humano, tem-se a forma ideal com seu valor de troca.

3 A MERCADORIA COMO CATEGORIA ABSTRATA DA SOCIEDADE CAPITALISTA

O presente capítulo procurará demonstrar o método de exposição de Marx que parte do mais *abstrato* ao mais *concreto*, no intuito de se chegar ao conhecimento concreto da sociedade capitalista. O estudo, aqui, desenvolvido se aterá ao primeiro capítulo da obra *O Capital* de Marx, em virtude de ser o capítulo mais abstrato e, portanto o mais difícil.

Vencer o primeiro capítulo dessa obra de Marx significa entender seu método de exposição e garante boa parte da compreensão do restante da mesma. Abordará diversas etapas do conhecimento da mercadoria, começando por suas relações mais simples até às suas relações mais complexas. O primeiro capítulo de *O Capital* é uma amostra do que é partir das categorias mais simples em direção às mais complexas, por esse motivo o trabalho contemplará a análise apenas desse capítulo da obra de Marx.

Marx, em sua pesquisa, distingue entre o método de investigação e o método de exposição do pensamento. No momento da investigação Marx parte do real, do *concreto*, dos fatos, procura colher o máximo de informações, fontes e fatos. Depois de analisá-los e tirar suas conclusões a grande questão passa a ser o melhor método para expor suas conclusões, e é nesse momento que bebe da fonte hegeliana, se volta para a filosofia, à procura de uma forma ideal para expor suas ideias, busca a reprodução ideal da vida da matéria, nesse momento inaugura um método inovador.

Avança em relação a Hegel, ou seja, utiliza seu método, porém faz alguns ajustes, enquanto Hegel se preocupa com a exteriorização da ideia, Marx se preocupa com a exteriorização do pensamento, utiliza o método dialético de Hegel que procura explicar o movimento da ideia para explicar o movimento do mundo, da matéria. Marx dá um tratamento lógico à matéria, procura estudar as articulações sistemáticas entre as categorias abstratas presentes nos fatos reais. Esse tratamento lógico busca alcançar a essência dos fatos que acabam por revelar as leis do movimento da realidade objetiva (GORENDER, 1996, p. 21 a 26).

3.1 A MERCADORIA E SEUS DESDOBRAMENTOS

A mercadoria é colocada na exposição de Marx em seu nível mais simples, puro e abstrato, além de ser uma coisa material, real, ela é estudada dentro da lógica dialética hegeliana, onde Marx procura encontrar suas leis gerais de funcionamento a partir de suas

articulações internas. Busca sua essência, acreditando que ela também é a essência da sociedade capitalista. Marx começa a sua exposição da seguinte forma:

A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma “imensa coleção de mercadorias” e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, portanto, com a análise da mercadoria. (MARX, 1996a, p. 165)

Identifica que a mercadoria aparece como a forma elementar da sociedade capitalista, assim demonstra que procurou o elemento primeiro, mais simples, mais elementar para começar o processo de exposição do seu pensamento, o que em Hegel significa o processo de exteriorização da ideia. Não só a questão do método está presente nesse primeiro parágrafo, mas também já se pode identificar uma referência ao conceito de *abstrato*, quando usa o verbo “aparecer” para se referir à riqueza da sociedade capitalista que aparece como uma imensa coleção de mercadorias. “Aparecer”, aqui, significa o que o homem comum pode ver com seus olhos, que para Marx ainda não é o *concreto* da sociedade capitalista, mesmo admitindo que a mercadoria é uma coisa objetiva, real, material, veja como continua sua exposição no segundo parágrafo:

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa. Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção. (MARX, 1996a, p. 165)

Sendo a mercadoria algo *concreto*, real, cabe agora entender as suas especificidades, suas articulações internas, e buscar seus aspectos *abstratos*, simples, puro. Deste modo prossegue analisando a sua função em relação ao homem. Identifica que serve para atender às necessidades humanas, sejam elas do estômago ou da fantasia, e independente de ser um meio de subsistência ou de produção. Marx em vez de considerar essas variáveis procura eliminá-las, desconsiderá-las nesse primeiro momento da exposição, ele demonstra que pretende compreender primeiro os aspectos mais simples da mesma.

No terceiro parágrafo destaca o duplo aspecto da mercadoria, a utilidade e a quantidade, pretende, com isso, avançar primeiro no aspecto da utilidade. Admitindo que a mercadoria é uma coisa que tem utilidade e diz:

Cada uma dessas coisas é um todo de muitas propriedades e pode, portanto, ser útil, sob diversos aspectos. Descobrir esses diversos aspectos e, portanto, os múltiplos

modos de usar as coisas é um ato histórico. Assim como também o é a descoberta de medidas sociais para a quantidade das coisas úteis. (MARX, 1996a, p. 165).

Assim reconhece os estudos que já existem sobre esse aspecto da mercadoria, a qualidade de ser útil e seu aspecto social que diz respeito à quantidade das coisas úteis. Tudo isso para começar a desvendar o mistério do *valor* da mercadoria. Seu primeiro e inegável *valor* é o seu valor de uso, a utilidade que ela tem para os homens, e diz respeito às suas características materiais, físicas, ou seja, ao corpo da mesma.

A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Essa utilidade, porém, não paira no ar. Determinada pelas propriedades do corpo da mercadoria, ela não existe sem o mesmo. O corpo da mercadoria mesmo, como ferro, trigo, diamante etc. é, portanto, um valor de uso ou bem. Esse seu caráter não depende de se a apropriação de suas propriedades úteis custa ao homem muito ou pouco trabalho. (MARX, 1996a, p. 166)

Agora Marx entra na discussão sobre o valor de uso da mercadoria, o que seria o seu primeiro *valor*, o valor referente à sua utilidade, às propriedades de seu corpo, sem valor de uso a mercadoria não é mercadoria, essa é a sua primeira determinação. Esse caráter de utilidade que vem primeiro não depende da quantidade trabalho humano utilizado na sua confecção. A questão referente à quantidade de trabalho contida na mercadoria como determinação de seu *valor* não foi posta ainda por Marx.

Porém, surge um aspecto referente à quantidade, os valores de uso pressupõem uma determinação que é quantitativa também, que se refere a seu aspecto material, observe: “O exame dos valores de uso pressupõe sempre sua determinação quantitativa, como dúzia de relógios, vara de linho, tonelada de ferro etc. Os valores de uso das mercadorias fornecem o material de uma disciplina própria, a merceologia” (MARX, 1996a, p. 166). Essa disciplina diz respeito ao conhecimento enciclopédico que os comerciantes têm da mercadoria, conhecimento que permite saber sobre as suas qualidades que são úteis ao homem, sobre em que medida ela atende às necessidades humanas. Dois aspectos do valor de uso foram abordados, o quantitativo e o qualitativo, e os dois se referem ao caráter material da mercadoria.

O valor de uso realiza-se somente no uso ou no consumo. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade a ser por nós examinada, eles constituem, ao mesmo tempo, os portadores materiais do — valor de troca. (MARX, 1996a, p. 166)

Marx avança em sua exposição dos valores de uso como representantes da forma social de riqueza, porque representam o conteúdo material dessa riqueza, e que por sua vez, são também os portadores materiais do valor de troca. Agora se tem uma outra determinação do *valor*. O valor da mercadoria na condição de valor de uso e na condição de valor de troca.

Então, o valor de uso seria a primeira determinação do *valor* da mercadoria, e o valor de troca uma segunda determinação, um segundo momento. “O valor de troca aparece, de início, como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço”. (MARX, 1996a, p. 166). Ou seja, o valor de troca aparece em sua manifestação primeira na relação quantitativa entre as mercadorias, relação entre quantidade e *valor* que muda no tempo e no espaço a depender das variáveis existentes. Observe que Marx ao falar de valor de troca ressalta a sua primeira manifestação, com isso, pode-se observar o quanto ele procura seguir o método dialético na sua exposição, buscando as características primeiras dos elementos que aparecem.

“O valor de troca parece, portanto, algo casual e puramente relativo” (MARX, 1996a, p. 166), esse caráter relativo do valor de troca expressa mais claramente a questão do método utilizado por ele, observe que Marx usa o verbo “parecer”, o valor de troca aparece como relativo e puramente casual. Relativo porque é visto na relação com outras mercadorias, e puramente casual porque a princípio não se percebe nenhuma causa direta do que o gera, é como se fosse algo intuitivo, dado ao acaso.

O valor de troca da mercadoria é relativo porque ela se encontra no mercado numa relação de troca, desta forma, seu valor de troca varia conforme a mercadoria que esteja se relacionando. Uma determinada quantidade de mercadoria pode ser trocada por outras quantidades de outras mercadorias, contanto que o *valor* da última seja proporcional ao dela. Mercadorias com valores de uso diferentes podem ser trocadas entre si em quantidades diferentes, contanto que seus valores de troca estejam equiparados. Portanto uma mercadoria pode ter vários valores de troca, relativos às mercadorias com as quais se relaciona. “Por conseguinte, primeiro: os valores de troca vigentes da mesma mercadoria expressam algo igual. Segundo, porém: o valor de troca só pode ser o modo de expressão, a “forma de manifestação” de um conteúdo dele distinguível” (MARX, 1996a, p. 166). Marx, no trecho acima, demonstra que o valor de troca é uma aparência, uma representação de algo diferente dele. O que seria esse algo?

No mercado, as mercadorias se igualam por ser um espaço onde os valores de troca se equiparam, mas como valores de uso são diferentes devido às suas diferentes

propriedades corpóreas. “Suas propriedades corpóreas só entram em consideração à medida que elas lhes conferem utilidade, isto é, tornam-nas valor de uso. Por outro lado, porém, é precisamente a abstração de seus valores de uso que caracteriza evidentemente a relação de troca das mercadorias” (MARX, 1996a, p. 167). Assim, o valor de troca de uma mercadoria é dado, e só pode ser identificado devido à abstração do seu valor de uso. É preciso subtrair o valor de uso para que o valor de troca se manifeste.

“Como valores de uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de diferente qualidade, como valores de troca só podem ser de quantidade diferente, não contendo, portanto, nenhum átomo de valor de uso” (MARX, 1996a, p. 167). Se a mercadoria for vista pelo seu valor de uso, o que fica em destaque são as diferentes qualidades entre as mercadorias, agora, se for vista pelo seu valor de troca as suas qualidades são abstraídas e a quantidade é que passa a diferenciar as mercadorias entre si, para que o valor de troca entre elas possa ser igualado. O importante aqui é perceber que o valor de troca esconde o valor primeiro da mercadoria, esconde o seu valor de uso, esconde a primeira razão pela qual a mercadoria é mercadoria.

Deixando de lado então o valor de uso dos corpos das mercadorias, resta a elas apenas uma propriedade, que é a de serem produtos do trabalho. Entretanto, o produto do trabalho também já se transformou em nossas mãos. Se abstrairmos o seu valor de uso, abstraímos também os componentes e formas corpóreas que fazem dele valor de uso. (MARX, 1996a, p. 167)

Marx afirma que as mercadorias são produtos do trabalho humano, é ele que confere a elas suas características corpóreas, que transforma a coisa em algo útil ao homem, ou seja, é o trabalho humano que confere o valor de uso das mercadorias. Se esse valor de uso é abstraído, o trabalho em alguma medida também passa pelo processo de abstração. Até aqui Marx concorda com os economistas, principalmente Smith que admitiu o caráter duplo da mercadoria, ou seja, o fato de a mercadoria possuir dois valores, o de uso e o de troca. Porém, aqui Marx enxerga algo que os economistas parecem não ter percebido com clareza, por não terem feito o processo de abstração, primeiro: por não entenderem que o valor de troca esconde o valor de uso, e segundo: como consequência disso, o trabalho humano também passa pelo mesmo processo. Quando o valor de uso é abstraído, o trabalho que transformou a mercadoria em valor de uso é abstraído. “Também já não é o produto do trabalho do marceneiro ou do pedreiro ou do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado” (MARX, 1996a, p. 167 e 168). O conceito de trabalho produtivo aparece, então

surgem as seguintes questões: existe algum trabalho que não seja produtivo? Sofre o trabalho algum desdobramento assim como o valor da mercadoria?

Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato. (MARX, 1996a, p. 168)

Assim como a mercadoria se desdobra em valor de uso e valor de troca, o trabalho por influência também passa a ser visto de forma diferente nesse desdobramento. É trabalho útil, concreto enquanto a mercadoria é vista como valor de uso, e é trabalho abstrato, reduzido a uma totalidade quando a mercadoria é vista como valor de troca. Marx insere os conceitos de *abstrato* e *concreto* na esfera do trabalho. Considera *trabalho concreto* aquele trabalho diferenciado, determinado, útil, o do marceneiro, ou do fiandeiro, ou do pedreiro por exemplo. Enquanto *trabalho abstrato* é o trabalho não diferenciado, ou seja, reduzidos em suas características, igualado, é o que todos os trabalhos diferenciados têm em comum. O *trabalho abstrato* é o trabalho subtraído de suas características específicas, sendo relevante apenas à característica que os iguala, não a que os diferencia.

Considera o *trabalho abstrato* como resíduo dos produtos do trabalho, como uma gelatina de trabalho humano indiferenciado, gelatina porque pode tomar qualquer forma, onde a maneira de como a força de trabalho humano foi gasta não é levada em consideração.

Não restou deles a não ser a mesma objetividade fantasmagórica, uma simples gelatina de trabalho humano indiferenciado, isto é, do dispêndio de força de trabalho humano, sem consideração pela forma como foi despendida. O que essas coisas ainda representam é apenas que em sua produção foi despendida força de trabalho humano, foi acumulado trabalho humano. Como cristalizações dessa substância social comum a todas elas, são elas valores — valores mercantis.” (MARX, 1996a, p. 168)

Refere-se ao *trabalho abstrato* como uma objetividade fantasmagórica, em que o resíduo do trabalho aparece como real e esconde o trabalho de fato. O *trabalho abstrato* esconde o *trabalho concreto*. O trabalho aparece apenas como *trabalho abstrato*, por isso Marx se refere a uma objetividade fantasmagórica, a uma objetividade que não é real, não há objetividade no *trabalho abstrato*. O *trabalho abstrato* representa a força de trabalho humano em geral, subtraída de suas especificidades. E os valores mercantis, ou seja, os valores de troca, são dados pela cristalização da substância social comum a todas as mercadorias, que é o trabalho acumulado em cada uma delas.

Na própria relação de troca das mercadorias seu valor de troca apareceu-nos como algo totalmente independente de seu valor de uso. Abstraindo-se agora, realmente, o valor de uso dos produtos do trabalho obtém-se seu valor total como há pouco ele foi definido. O que há de comum, que se revela na relação de troca ou valor de troca da mercadoria, é, portanto, seu valor. (MARX, 1996a, p. 168)

Pode-se perceber que o valor de troca é o que prevalece nas relações mercantis, e não o valor de uso. O valor de troca esconde o valor de uso. Tem-se aí mais uma aparência da sociedade capitalista, essa aparência esconde o real, ao contrário dos economistas que entendem essa aparência como o real, Marx demonstra o aspecto ilusório e abstrato que aparece como concreto. Aqui se pode perceber a inversão de conceitos entre Marx e os economistas, o que é visto pelos economistas como real para Marx não passa de mera aparência. O valor total da mercadoria diz respeito ao que há em comum entre elas, e que só é visto na relação de troca, o valor total da mercadoria é o trabalho abstrato contido nela. Ou seja, o *valor* da mercadoria é dado pela quantidade de trabalho total, geral ou social, contido nela.

Como dito desde o primeiro capítulo, a grande questão a ser desvendada é o *valor* da mercadoria, de como é dado esse *valor*. Entender o *valor* da mercadoria é entender a forma como ela se manifesta, a sua forma mercantil, o seu valor de troca. “O prosseguimento da investigação nos trará de volta ao valor de troca, como a maneira necessária de expressão ou forma de manifestação do valor, o qual deve ser, por agora, considerado independentemente dessa forma” (MARX, 1996a, p. 168). Sendo assim, para se compreender o *valor* é preciso primeiro abstrair-lo, subtrair-lo de sua forma aparente, e estudá-lo em separado. Somente o entendimento do valor de troca da mercadoria leva ao entendimento do *valor* dela, esse é mais um ponto que os economistas não avançaram, eles perceberam que havia uma confusão no *valor* da mercadoria em relação ao seu valor de troca, mas não estudaram esses valores em separado, como fez Marx.

Portanto, um valor de uso ou bem possui valor, apenas, porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato. Como medir então a grandeza de seu valor? Por meio do *quantum* nele contido da “substância constituidora do valor”, o trabalho. A própria quantidade de trabalho é medida pelo seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, sua unidade de medida nas determinadas frações do tempo, como hora, dia etc. (MARX, 1996a, p. 168).

Um outro problema também enfrentado por Smith e Ricardo, uma vez que já haviam detectado que o valor da mercadoria é dado pela quantidade de trabalho humano que ela carrega, foi saber como mensurar essa quantidade de trabalho. E essa é uma pergunta que

Marx se faz e tenta responder. Marx propõe contabilizar a quantidade de trabalho contida numa mercadoria a partir do tempo de duração do trabalho. Marx, diferente dos economistas que se perderam em tentar estabelecer o *valor* da mercadoria pelo salário pago ao trabalhador, abstrai o salário, abstrai a condição do trabalho como mercadoria e procura se concentrar no que poderia ser o mais essencial, a medida do tempo de trabalho.

Sendo o valor da mercadoria medido pelo tempo que o trabalhador gasta para confeccioná-la, então o trabalhador inábil teria uma mercadoria mais cara? Sim, o *valor* da mercadoria corresponde ao tempo de trabalho necessário para a sua produção. “Se o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho despendido durante a sua produção, poderia parecer que quanto mais preguiçoso ou inábil seja um homem, tanto maior o valor de sua mercadoria, pois mais tempo ele necessita para terminá-la” (MARX, 1996a, p. 168). Neste caso o trabalhador inábil seria beneficiado? Marx procura resolver esse impasse logo em seguida:

O trabalho, entretanto, o qual constitui a substância dos valores, é trabalho humano igual, dispêndio da mesma força de trabalho do homem. A força conjunta de trabalho da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como uma única e a mesma força de trabalho do homem, não obstante ela ser composta de inúmeras forças de trabalho individuais. (MARX, 1996a, p. 168)

Observe que o valor de troca da mercadoria é dado pela quantidade de *trabalho abstrato*, quer dizer, trabalho total, trabalho social, não individual. Sendo assim, um trabalhador inábil aumenta a média social do tempo gasto para a produção de determinada mercadoria, interfere na média social, mas não determina sozinho o valor de troca da mercadoria. Esse valor só é definido a partir da soma de todos os tempos gastos para aquela mercadoria chegar ao mercado, a mercadoria chega ao mercado com um *valor*, mas logo se ajusta ao preço médio do mercado. E o que os economistas tentavam entender era justamente por que a mercadoria variava o seu valor quando era posta no mercado.

Cada uma dessas forças de trabalho individuais é a mesma força de trabalho do homem como a outra, à medida que possui o caráter de uma força média de trabalho social, e opera como tal força de trabalho socialmente média, contanto que na produção de uma mercadoria não consuma mais que o trabalho em média necessário ou tempo de trabalho socialmente necessário. (MARX, 1996a, p. 168 – 169)

Se a produção de uma mercadoria levar mais tempo para ser produzida que o tempo social gasto na sua produção, certamente os custos de produção dela não serão pagos se ela for vendida pelo preço médio do mercado, e se ela não se ajustar ao preço médio ela

certamente não será vendida e não adentrará à esfera do consumo. “Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho” (MARX, 1996a, p. 169). Veja, Marx utiliza o parâmetro social para todas as suas afirmações, tempo socialmente necessário para a produção, grau social médio de habilidade e intensidade de trabalho. Quando a mercadoria chega ao mercado ela deixa de ser valor de uso e passa ser valor de troca, perde as características do *trabalho concreto* e ganha as características do trabalho social, abstrato. “É, portanto, apenas o *quantum* de trabalho socialmente necessário, ou o tempo de trabalho socialmente necessário para produção de um valor de uso o que determina a grandeza de seu *valor*. A mercadoria individual vale aqui apenas como exemplar médio de sua espécie” (MARX, 1996a, p. 169). A quantidade de trabalho social só pode ser medida se o trabalho for visto como geral, como dispêndio de força humana, somente dessa forma é possível igualar os diferentes trabalhos para mensurá-los. Essa foi uma outra dificuldade dos economistas: como mensurar trabalhos diferentes, com habilidades diferentes, com ferramentas diferentes? Marx resolve esse impasse com o conceito de *trabalho abstrato*, social.

Mercadorias que contêm as mesmas quantidades de trabalho ou que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho têm, portanto, a mesma grandeza de valor. O valor de uma mercadoria está para o valor de cada uma das outras mercadorias assim como o tempo de trabalho necessário para a produção de uma está para o tempo de trabalho necessário para a produção de outra. (MARX, 1996a, p. 169).

O valor do trabalho é mensurado pelo tempo, e o *valor* da mercadoria pelo tempo de trabalho. Assim, mercadorias que possuem corpos e utilidade diferentes entre si podem se igualar no mercado pela quantidade de tempo de trabalho nelas contido. Se elas possuem o mesmo *quantum* de trabalho, possuem igual valor. “A grandeza de valor de uma mercadoria permaneceria, portanto, constante, caso permanecesse também constante o tempo de trabalho necessário para sua produção. Este muda, porém, com cada mudança na força produtiva do trabalho” (MARX, 1996a, p. 169). Agora, Marx acrescenta uma outra variável, se as forças produtivas sofrerem alguma alteração o *valor* da mercadoria também sofre, porque se o tempo de produção da mercadoria mudar, conseqüentemente seu *valor* muda também, e são muitas as causas que podem alterar o ritmo da produção.

A força produtiva do trabalho é determinada por meio de circunstâncias diversas, entre outras, pelo grau médio de habilidade dos trabalhadores, o nível de desenvolvimento da ciência e sua aplicabilidade tecnológica, a combinação social do

processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais. (MARX, 1996a, p. 170)

O *valor* da mercadoria varia conforme as condições de sua produção, quanto maior a força produtiva, menor o tempo necessário para a sua produção, menor a quantidade de trabalho contida na mercadoria e conseqüentemente menor o seu *valor*. No entanto, quanto menos desenvolvida as forças produtivas, maior o tempo de produção e maior o *valor* da mercadoria. A relação entre as forças produtivas e o *valor* de mercadoria é inversamente proporcional, quando maior uma menor a outra.

Genericamente, quanto maior a força produtiva do trabalho, tanto menor o tempo de trabalho exigido para a produção de um artigo, tanto menor a massa de trabalho nele cristalizada, tanto menor o seu valor. Inversamente, quanto menor a força produtiva do trabalho, tanto maior o tempo de trabalho necessário para a produção de um artigo, tanto maior o seu valor. A grandeza do valor de uma mercadoria muda na razão direta do *quantum*, e na razão inversa da força produtiva do trabalho que nela se realiza. (MARX, 1996a, p. 170)

Enquanto valor de uso, apenas, uma coisa não é mercadoria, só é mercadoria na relação com o mercado. A utilidade é fundamental para que seja considerada mercadoria, sem valor de uso uma coisa não pode ser mercadoria, mas nem todas as coisas úteis são mercadorias. Mesmo um produto do trabalho humano pode não ser mercadoria por não estar na relação do mercado, mas toda mercadoria possui um *quantum* de trabalho humano.

Uma coisa pode ser valor de uso, sem ser valor. É esse o caso, quando a sua utilidade para o homem não é mediada por trabalho. Assim, o ar, o solo virgem, os gramados naturais, as matas não cultivadas etc. Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano, sem ser mercadoria. Quem com seu produto satisfaz sua própria necessidade cria valor de uso, mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele não precisa produzir apenas valor de uso, mas valor de uso para outros, valor de uso social. (MARX, 1996a, p. 170)

E para que algo se torne valor de uso para o outro e não para o produtor é necessário que esse algo passe pela esfera da troca. Engels acrescentou ao texto de Marx a seguinte informação, para que ficasse mais claro esse aspecto: “Para tornar-se mercadoria, é preciso que o produto seja transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca” (MARX, 1996a, p. 170). Engels ressalta a necessidade do produto passar pelo mercado para que ele se torne mercadoria.

Quanto à questão da utilidade, Marx (1996a, p. 171) acrescenta: “Sendo inútil, do mesmo modo é inútil o trabalho nela contido, não conta como trabalho e não constitui nenhum valor”. Ou seja, mesmo contendo trabalho humano uma coisa pode não ser útil, não

tendo utilidade acaba por não possuir valor, pois sem valor de uso não consegue ser trocada no mercado, sendo assim, não pode ser uma mercadoria.

3.2 TRABALHO ABSTRATO E CONCRETO EM MARX

O valor de uso de uma mercadoria representa o *trabalho concreto* nela contido, esse trabalho também pode ser chamado de trabalho útil, é o trabalho real, com suas determinações e características. Assim como os valores de uso das mercadorias se distinguem entre si, os trabalhos que criaram esses valores de uso também se distinguem, existe uma relação direta entre trabalho e *valor*. “O trabalho cuja utilidade representa-se, assim, no valor de uso de seu produto ou no fato de que seu produto é um valor de uso chamamos, em resumo, trabalho útil. Sob esse ponto de vista é considerado sempre em relação a seu efeito útil” (MARX, 1996a, 171).

Falar em valor de uso significa se referir ao corpo da mercadoria, ao seu aspecto material útil, vários tipos de valores de uso juntos formam segundo Marx uma totalidade igualmente diversificada, ou seja, são diferentes entre si. É um conjunto de iguais no sentido de serem valores de uso, e diversificada porque são diferentes entre si, observe:

Na totalidade dos vários tipos de valores de uso ou corpos de mercadorias aparece uma totalidade igualmente diversificada, de acordo com gênero, espécie, família, subespécie, variedade, de diferentes trabalhos úteis — uma divisão social do trabalho. Ela é condição de existência para a produção de mercadorias, embora, inversamente, a produção de mercadorias não seja a condição de existência para a divisão social do trabalho. (MARX, 1996a, 171)

A possibilidade da reunião de vários tipos de valores de uso no mercado formando uma totalidade igualmente diversificada é dada pela divisão social do trabalho. A produção de mercadorias só é possível em sociedades onde há a divisão social do trabalho, porém o mesmo não acontece na relação inversa, a divisão social do trabalho pode ocorrer em sociedades que não produzam mercadorias. Smith também fala da divisão social do trabalho como necessária para o desenvolvimento mercantil das cidades localizadas em pontos estratégicos de comércio. Na verdade Smith começa sua exposição com a divisão social do trabalho, enquanto Marx aborda esse assunto depois de já ter exposto a duplicidade do *valor* da mercadoria e do trabalho.

Interessante notar que o mercado procura igualar as mercadorias, o que não é dizer que no mercado se trocam produtos iguais. Produtos de um mesmo trabalho são

produtos iguais, e como iguais não podem ser trocados entre si, não se troca casaco por casaco. No mercado são trocados produtos de trabalhos privados qualitativamente diferentes, portanto mercadorias com valores de usos diferentes entre si. Existe entre as mercadorias uma diferença qualitativa dos trabalhos úteis. “Apenas produtos de trabalhos privados autônomos e independentes entre si confrontam-se como mercadorias” (MARX, 1996a, 171).

Valores de uso não podem defrontar-se como mercadoria, caso eles não contenham trabalhos úteis qualitativamente diferentes. Numa sociedade cujos produtos assumem, genericamente, a forma de mercadoria, isto é, numa sociedade de produtores de mercadorias, desenvolve-se essa diferença qualitativa dos trabalhos úteis, executados independentemente uns dos outros, como negócios privados de produtores autônomos, num sistema complexo, numa divisão social do trabalho. (MARX, 1996a, 172)

Marx entende trabalho como trabalho útil, como criador de valor de uso. Sendo o trabalho o criador da possibilidade de existência do homem ao longo do tempo. Não importando em qual tipo de sociedade o homem viva, ele utiliza-se do trabalho para sobreviver. É através do trabalho, que o homem se relaciona com a natureza de forma a poder atender suas necessidades. Assim, o trabalho é o grande responsável pela possibilidade da vida humana. “Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (MARX, 1996a, 172).

A natureza e o trabalho humano resumem a condição da existência humana. Se todo o trabalho for retirado sobra um resíduo material que vem da natureza. Todos os objetos que o homem foi capaz de criar é parte da natureza, significa a natureza transformada. Sem a natureza a produção de coisas úteis e de mercadorias não seria possível. É a natureza que dá condições ao trabalho humano de criar valores de uso, assim como existem valores de uso que ela mesma produz e nos dá, como já foi visto anteriormente, por exemplo, é o caso do ar e da água.

Subtraindo-se a soma total de todos os trabalhos úteis contidos no casaco, linho etc., resta sempre um substrato material que existe sem ação adicional do homem, fornecido pela natureza. Ao produzir, o homem só pode proceder como a própria natureza, isto é, apenas mudando as formas das matérias. Mais ainda. Nesse trabalho de formação ele é constantemente amparado por forças naturais. Portanto, o trabalho não é a única fonte dos valores de uso que produz, da riqueza material. Dela o trabalho é o pai, como diz William Petty, e a terra a mãe. (MARX, 1996a, 172)

A natureza pode produzir valor de uso para o homem independente de seu trabalho, mas o homem não pode produzir valor de uso sem a natureza. Por esse motivo numa analogia a natureza é a mãe e o trabalho é o pai da produção de valores de uso.

Voltando à questão do trabalho, apesar de se diferenciarem, o que os diferentes trabalhos têm em comum é o dispêndio de energia humana, é nesse sentido que trabalhos diferentes se unem numa totalidade. Como já foi dito, esse trabalho total, geral, é considerado por Marx como *trabalho abstrato*. Porém, a diferenciação do trabalho de forma a que o *trabalho abstrato* pudesse ser percebido só ocorreu devido ao desenvolvimento das forças produtivas.

Alfaiataria e tecelagem, apesar de serem atividades produtivas qualitativamente diferentes, são ambas dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos etc. humanos, e nesse sentido são ambas trabalho humano. São apenas duas formas diferentes de despender força humana de trabalho. Contudo, para poder ser despendido dessa ou daquela forma, precisa a força humana de trabalho estar mais ou menos desenvolvida. Mas o valor da mercadoria representa simplesmente trabalho humano, dispêndio de trabalho humano, sobretudo. (MARX, 1996a, 173)

Portanto, o *valor* da mercadoria é dado pelo dispêndio da força humana de trabalho, não pelo substrato material fornecido pela natureza gratuitamente, mas pelo trabalho do homem para disponibilizar o que a natureza fornece de modo útil ao mesmo. A questão que surge para desvendar o *valor* da mercadoria é como diferenciar o dispêndio de trabalhos com intensidades diferentes, Marx resolve essa questão facilmente:

Embora o próprio trabalho médio simples mude seu caráter, em diferentes países ou épocas culturais, ele é, porém, dado em uma sociedade particular. Trabalho mais complexo vale apenas como trabalho simples potenciado ou, antes, multiplicado, de maneira que um pequeno *quantum* de trabalho complexo é igual a um grande *quantum* de trabalho simples. (MARX, 1996a, 173)

Trabalhos, mais complexos, que requerem um nível de conhecimento ou qualificação maiores são trabalhos simples do mesmo modo, porém potencializados, multiplicados. Assim, uma vez estabelecido o valor do tempo médio de trabalho, basta multiplicá-lo. “As diferentes proporções, nas quais as diferentes espécies de trabalho são reduzidas a trabalho simples como unidade de medida, são fixadas por meio de um processo social por trás das costas dos produtores e lhes parecem, portanto, ser dadas pela tradição” (MARX, 1996a, 174). Marx ressalta mais uma vez que o processo do *valor* é social, se o *valor* é dado pela quantidade de trabalho, o valor do trabalho medido em tempo se dá na média social dos tempos de trabalho, assim um trabalho mais complexo, mesmo durando menos

tempo, significa mais tempo de trabalho simples. Porém, ao olhar do produtor essa diferença entre os trabalhos é dada pela tradição, e não que os trabalhos complexos signifiquem mais tempo de trabalho.

Sendo o valor do trabalho uma média social, e as mercadorias representam o *quantum* de trabalho nelas contido. Ou seja, as mercadorias se apresentam no mercado como quantidades de trabalhos proporcionalmente iguais, para que possam se trocar entre si. Quantidades diferentes de mercadorias, com qualidades diferentes de trabalho útil, são trocadas por mercadorias com quantidades proporcionalmente iguais de trabalho, ou seja, mercadorias diferentes são igualadas no mercado pelo *quantum* de trabalho. “Como a grandeza do valor de uma mercadoria representa apenas o *quantum* de trabalho nela contido, mercadorias devem, em determinadas proporções, ser sempre valores da mesma grandeza” (MARX, 1996a, 174).

Pode-se aumentar a produção de valor de uso, e naturalmente se aumentará a riqueza material da sociedade que a produz, porém, esse fato pode significar uma diminuição da grandeza do *valor*. Como já foi visto anteriormente, o *valor* da mercadoria se dá pela quantidade de trabalho, se o aumento da riqueza material de uma dada sociedade se dá pelo desenvolvimento das forças produtivas, onde se produz mais em menos tempo, com menos dispêndio de trabalho humano, o *valor* da mercadoria cai. Ou seja, o aumento da riqueza material pela produção não significa o aumento do valor do tempo de trabalho, ele pode permanecer o mesmo. Mas o que acontece é que o tempo gasto para se produzir uma dada mercadoria diminui e na mesma proporção o seu *valor* também diminui. O que se tem é o aumento da riqueza material, mas não o aumento da riqueza dada pelo trabalho, porque o *quantum* de trabalho pode continuar sendo o mesmo. Para que haja o aumento da riqueza dada pelo trabalho é necessário potencializar esse trabalho, ou seja, torná-lo mais complexo.

Um *quantum* maior de valor de uso representa, em si e para si, maior riqueza material, dois casacos é mais que um. Com dois casacos podem-se vestir duas pessoas, com um casaco, somente uma pessoa etc. Entretanto, à crescente massa de riqueza material pode corresponder um decréscimo simultâneo da grandeza de valor. Esse movimento contraditório origina-se do duplo caráter do trabalho. (MARX, 1996a, 175)

Para entender melhor essa diferença na produção de riqueza, Marx acha necessário entender, também, o duplo caráter do trabalho. Para ele o trabalho pode ser trabalho útil e trabalho geral. O trabalho útil concreto está diretamente ligado à força produtiva, determinando o grau de eficácia da força produtiva.

Força produtiva é sempre, naturalmente, força produtiva de trabalho útil concreto, e determina, de fato, apenas o grau de eficácia de uma atividade produtiva adequada a um fim, num espaço de tempo dado. O trabalho útil torna-se, portanto, uma fonte mais rica ou mais pobre de produtos, em proporção direta ao aumento ou à queda de sua força produtiva. (MARX, 1996a, 175)

Nessa relação direta entre trabalho e força produtiva, o desenvolvimento das forças produtivas implica em maior produtividade do trabalho útil, mas se as forças produtivas caem, naturalmente o resultado do trabalho útil cai também, pois o trabalhador passa a produzir menos. Mas para entender melhor essa relação faz-se necessário abstrair o *trabalho concreto*. Quando muitas variáveis dificultam o entendimento, Marx usa o método dialético de começar pelo mais simples, abstraindo as determinações. Neste caso, *trabalho concreto* é trabalho determinado, assim, Marx o procura abstrair, buscando elementos mais imediatos, e acha o *trabalho abstrato*, o elemento que existe em todos os trabalhos independente de suas determinações.

Como a força produtiva pertence à forma concreta útil do trabalho, já não pode esta, naturalmente, afetar o trabalho, tão logo se faça abstração da sua forma concreta útil. O mesmo trabalho proporciona, portanto, nos mesmos espaços de tempo, sempre a mesma grandeza de valor, qualquer que seja a mudança da força produtiva. Mas ele fornece, no mesmo espaço de tempo, quantidades diferentes de valores de uso; mais, quando a força produtiva sobe, e menos, quando ela cai. (MARX, 1996a, 175)

O conceito de trabalho abstrato permite entender melhor, porque as quantidades de valores de uso podem se alterar enquanto a riqueza dada pelo trabalho não. O *valor* da mercadoria se altera de acordo com a quantidade que ela representa de trabalho abstrato, porém, a maior produção de mercadorias, ou seja, de valores de uso, não necessariamente representa maior valor do trabalho, o valor do trabalho permanece o mesmo. Sendo assim, o *valor* da mercadoria cai por conter menos tempo de trabalho.

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera o valor da mercadoria. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil produz valores de uso. (MARX, 1996a, 175)

Assim, o trabalho abstrato gera o *valor* da mercadoria, enquanto o trabalho concreto gera coisas úteis, valores de uso, e não necessariamente valor de troca. Desta forma, Marx demonstra que para compreender o valor de troca da mercadoria é necessário abstrair

as determinações do trabalho concreto, é preciso pensar os seus aspectos abstratos, gerais e imediatos.

3.3 COMO É DADO O “VALOR” DA MERCADORIA PARA MARX

Marx consegue enxergar uma objetividade no *valor* da mercadoria, à medida que buscou uma média social do trabalho humano, diferente dos economistas, Marx deu importância ao mercado no momento mais adequado. Marx percebe que o mercado abstrai as determinações da mercadoria e conseqüentemente estende isso ao trabalho. O problema é que os economistas, devido ao método empírico, não se permitiram abstrair o aspecto concreto da mercadoria e do trabalho, preferiram ficar com as determinações e se perderam. Enquanto Marx, ao utilizar o método dialético, entende que começar pelo simples, imediato, abstrato, pelo livre de determinações pode levar a um conhecimento mais claro, mais completo.

A objetividade do *valor* da mercadoria é uma expressão de uma mesma unidade social, que é a média dos trabalhos abstratos. Parece paradoxal, a objetividade é dada pelo trabalho abstrato, ou seja, é no social, no geral, na união dos particulares dos individuais que se tem uma objetividade. Marx procura sair do particular, do específico, do determinado e vai em direção ao geral, busca o elemento que une, busca o fundamento, o elemento primordial.

Recordemo-nos, entretanto, que as mercadorias apenas possuem objetividade de valor na medida em que elas sejam expressões da mesma unidade social de trabalho humano, pois sua objetividade de valor é puramente social e, então, é evidente que ela pode aparecer apenas numa relação social de mercadoria para mercadoria. (MARX, 1996a, p. 176)

Assim, o valor de troca de uma mercadoria só aparece na relação de troca com outra mercadoria, a condição do mercado, do espaço social, é fundamental para a compreensão do valor de troca. E Marx continua avançando, observe: “Toda pessoa sabe, ainda que não saiba mais do que isso, que as mercadorias possuem uma forma comum de *valor*, que contrastam de maneira muito marcante com a heterogeneidade das formas naturais que apresentam seus valores de uso — a forma dinheiro” (MARX, 1996a, p. 176). Agora, depois de posto o mercado em questão, Marx resolve desvendar a forma dinheiro, como expressão da objetividade do valor de troca da mercadoria.

Aqui cabe, no entanto, realizar o que não foi jamais tentado pela economia burguesa, isto é, comprovar a gênese dessa forma dinheiro, ou seja, acompanhar o desenvolvimento da expressão do valor contida na relação de valor das mercadorias,

de sua forma mais simples e sem brilho até a ofuscante forma dinheiro. Com isso desaparece o enigma do dinheiro. (MARX, 1996a, p. 176 e 177)

Marx expõe seu método como jamais tentado pela economia burguesa, explicar a origem da forma dinheiro, usando o método dialética, que vai da forma mais simples a mais complexa. Que permite acompanhar o desenvolvimento do valor das mercadorias desde sua expressão mais simples e sem brilho até a sua expressão mais complexa e ofuscante, que para Marx é a forma dinheiro. Assim, deixa claro que a forma dinheiro é uma forma determinada, portanto mais complexa, por isso, ela só pode ser desvendada depois que os aspectos mais simples, puros e abstratos já estão revelados.

A partir de agora, Marx examina o *valor* da mercadoria sobre as determinações do mercado, primeiro em sua determinação mais simples, na relação de troca entre duas mercadorias. Essa é a forma simples, singular ou acidental do *valor*, em que uma dada quantidade de uma certa mercadoria é trocada por outra quantidade de uma outra mercadoria. Observe a equação posta por Marx (1996a, p. 177):

x mercadoria $A = y$ mercadoria B , ou: x mercadoria A vale y mercadoria B .
(20 varas de linho = 1 casaco, ou: 20 varas de linho valem 1 casaco.)

Nessa equação, Marx expõe os dois pólos da expressão do *valor*, a forma equivalente e a forma relativa. Aqui procura começar sua exposição também a partir da forma mais simples de relação entre duas mercadorias, prefere começar pela relação de troca de uma mercadoria com outra mercadoria, e não da relação de troca de uma mercadoria por uma certa quantia de dinheiro. Mais uma vez Marx busca os elementos mais simples, porém fundamentais.

Analisando a equação acima, pode-se perceber que as mercadorias representam papéis diferentes a depender da posição que ocupam na equação:

A primeira mercadoria representa um papel ativo, a segunda um papel passivo. O valor da primeira mercadoria é apresentado como valor relativo ou ela encontra-se sob forma relativa de valor. A segunda mercadoria funciona como equivalente ou encontra-se em forma equivalente. (MARX, 1996a, p. 177)

Tem-se, assim, numa relação de troca, duas formas de *valor*, o valor relativo e o valor equivalente. O papel ativo que cabe à primeira mercadoria da equação é apresentado

como valor relativo, pois depende da mercadoria com a qual ela vai se relacionar; e à segunda mercadoria cabe o papel passivo e, portanto equivalente ao da primeira.

O *valor* de uma mercadoria só pode ser expresso na relação com uma mercadoria diferente, a mesma mercadoria não serve de parâmetro para representar o *valor* dela mesma, é preciso de uma outra diferente, para que se possa estabelecer um parâmetro de *valor*. Assim, ela não pode ocupar os dois pólos da equação. O seu *valor* é expresso a partir de uma outra mercadoria e essa expressão de valor é relativa, à medida que as mercadorias as quais ela pode ser trocada podem ser as mais diversas. “Por outro lado, essa outra mercadoria, que figura como equivalente, não pode ao mesmo tempo encontrar-se em forma relativa de valor. Não é ela que expressa seu valor. Ela fornece apenas o material à expressão do valor de outra mercadoria” (MARX, 1996a, p. 177). Assim como uma mercadoria em sua forma relativa não pode ter como equivalente a ela mesma, a forma equivalente não pode ter como forma relativa ela mesma.

Forma relativa de valor e forma equivalente pertencem uma à outra, se determinam reciprocamente, são momentos inseparáveis, porém, ao mesmo tempo, são extremos que se excluem mutuamente ou se opõem, isto é, pólos da mesma expressão de valor; elas se repartem sempre entre as diversas mercadorias relacionadas entre si pela expressão de valor. (MARX, 1996a, p. 177)

A forma relativa e equivalente encontram-se na equação em posições opostas, entretanto pertencem uma à outra, pois se relacionam como iguais, são momentos inseparáveis, porque não é possível entender o valor de troca de uma mercadoria fora dessa relação, não existe valor de troca isolado, ele existe dentro da relação social do mercado. São pólos da mesma expressão de *valor*, ou seja, expressam uma igualdade, expressam o mesmo *valor*.

Se uma mercadoria encontra-se sob a forma relativa de valor ou sob a forma oposta, a forma equivalente, depende exclusivamente da posição que essa mercadoria ocupe na expressão de valor, em cada momento, ou seja, se é a mercadoria cujo valor é expresso ou aquela na qual é expresso o valor. (MARX, 1996a, p. 178)

Ao mesmo tempo, as mercadorias da equação podem mudar de posição, ora podem estar como forma equivalente da outra, ora como forma relativa, como representam uma igualdade podem mudar de posição. Importante notar que, nesse trecho, tem-se um paradoxo entre diferentes e iguais, a forma relativa representa valores iguais entre mercadorias diferentes.

Digamos: como valores, as mercadorias são meras gelatinas de trabalho humano, então a nossa análise reduz as mesmas à abstração de valor, sem dar-lhes, porém, qualquer forma de valor diferente de suas formas naturais. A coisa é diferente na relação de valor de uma mercadoria à outra. Seu caráter de valor revela-se aqui por meio de sua própria relação à outra mercadoria. (MARX, 1996a, p. 179)

Na condição de iguais são meras gelatinas de trabalho humano no seu aspecto abstrato, é aí que se encontra, o *valor* da mercadoria, abstraindo-a de seu valor de uso, ou seja, desconsiderando sua natureza material, e colocando-a na relação com outra no mercado. O *valor* da mercadoria não pode ser encontrado no estudo isolado da mesma e sim na sua relação com outra, ou seja, na sua relação social. “Somente a expressão de equivalência de diferentes espécies de mercadoria revela o caráter específico do trabalho gerador de valor, ao reduzir, de fato, os diversos trabalhos contidos nas mercadorias diferentes a algo comum neles, ao trabalho humano em geral” (MARX, 1996a, p. 179).

Neste ponto, Marx concorda que o *valor* da mercadoria é dado pela quantidade de trabalho abstrato nela contido, veja que não está falando de valor de troca, e sim de *valor*. Uma vez que o valor de troca já foi entendido também como a quantidade de trabalho abstrato contido na mesma, qual a diferença entre *valor* e valor de troca? Não estaria Marx se referindo à mesma coisa? Essas são questões que serão respondidas até o final do seu primeiro capítulo.

A força de trabalho do homem em estado líquido ou trabalho humano cria valor, porém não é valor. Ele torna-se valor em estado cristalizado, em forma concreta. Para expressar o valor do linho como gelatina de trabalho humano, ele deve ser expresso como uma “objetividade” concretamente diferente do linho mesmo e simultaneamente comum ao linho e a outra mercadoria. A tarefa já está resolvida. (MARX, 1996a, p. 179)

Ao ressaltar que o trabalho humano abstrato cria *valor*, no entanto não é *valor*, Marx quer dizer que o trabalho humano líquido ou abstrato cria valor de uso, cria o valor em sua forma concreta, cristalizada. Tem-se aí outro paradoxo, trabalho líquido cria valor cristalizado, ou seja, o valor de uso aqui é gerado pelo trabalho abstrato. Esse paradoxo deixa claro mais uma vez o método de exposição de Marx que, e de acordo com Hegel, entende que não há como separar o simples do múltiplo, ambos estão sempre em relação um para com o outro. Valor em estado cristalizado é o oposto ao valor em seu estado líquido ou gelatinoso que é dado pelo *quantum* de trabalho abstrato.

O valor relativo de uma mercadoria pode mudar, apesar de seu valor permanecer constante. Seu valor relativo pode permanecer constante, apesar de mudar seu valor e, finalmente, não necessitam, de nenhuma forma, coincidir as mudanças

simultâneas em sua grandeza de valor e na expressão relativa dessa grandeza. (MARX, 1996a, p. 182 e 183)

Observe que o valor relativo de uma mercadoria não necessariamente varia se o seu *valor* mudar, e pode variar mesmo que o seu *valor* não varie. Veja que há uma distinção entre valor relativo e *valor*, pode-se entender aqui que esse valor relativo está mais para o valor de troca do que para o *valor*, pois, relativo é relativo a alguma coisa, precisa de um outro elemento que é dado no mercado.

Uma mercadoria é equivalente à outra à medida que ela pode ser trocada pela qual representa o seu *valor*. A mercadoria na forma equivalente ocupa o papel passivo da equação, sua função é representar um determinado *quantum* de alguma coisa, sendo assim, expressa o *valor* de uma mercadoria em seu valor de uso, pois nessa relação precisam ter diferentes características, portanto valores de uso diferentes. “A forma equivalente de uma mercadoria é conseqüentemente a forma de sua permutabilidade direta com outra mercadoria” (MARX, 1996a, p. 183). É a sua forma permutável direta.

A forma equivalente representa muito mais uma coisa que uma grandeza de *valor*. Na relação de troca entre mercadorias, a forma equivalente se relaciona mais diretamente como o valor de uso, enquanto que a forma relativa com o *valor*, “a forma equivalente de uma mercadoria não contém nenhuma determinação quantitativa de valor” (MARX, 1996, p. 184). Tem-se aqui uma oposição, elementos opostos se relacionam nessa equação, valor de uso e *valor*, ou seja, “o valor de uso torna-se forma de manifestação de seu contrário, do valor” (MARX, 1996a, p. 184).

O *valor* da mercadoria é dado na sua relação com uma outra diferente de si mesma, seu *valor* não pode ser dado por ela mesma. Sendo assim, a mesma mercadoria não pode ocupar os dois lugares da equação, precisa se relacionar com uma outra. Daí a importância do caráter concreto e determinado da mercadoria que ocupa a posição da forma equivalente.

Como nenhuma mercadoria pode figurar como equivalente de si mesma, portanto tão pouco podendo fazer de sua própria pele natural expressão de seu próprio valor, ela tem de relacionar-se como equivalente a outra mercadoria, ou fazer da pele natural de outra mercadoria sua própria forma de valor. (MARX, 1996a, p. 184)

Porém, é importante ressaltar que as propriedades de uma mercadoria não têm origem na relação de troca, só atuam nessa relação. Suas propriedades estão ligadas ao valor de uso, e têm origem no trabalho humano. Deste modo, na relação de troca, as propriedades

da mercadoria atuam na forma equivalente, como propriedades diferentes da mercadoria que precisa ser trocada. A forma equivalente da mercadoria não aparece facilmente ao olhar burguês, o que aparece é seu enigma, a sua forma pronta, a forma dinheiro.

Como, porém, as propriedades de uma coisa não se originam de sua relação com outras coisas, antes apenas atuam em tal relação, parece também que o casaco possui, por natureza, sua forma equivalente, sua propriedade de ser diretamente trocável, tanto quanto sua propriedade de ser pesado ou de manter alguém aquecido. Daí o enigmático da forma equivalente, que de início fere o olhar burguês rústico de economista político, tão logo esta se apresenta a ele, já pronta, sob a forma dinheiro. (MARX, 1996a, p. 185)

O caminho trilhado por Marx para desvendar a forma dinheiro foi diferente do da economia política clássica, veja que ele não começa pelo fim, como fizeram os economistas, que ao tentar desvendar a forma dinheiro, começam pelo dinheiro. Marx, ao contrário, como já se sabe, procura começar pelo início, busca os princípios e os fundamentos da relação de troca, a razão pela qual o dinheiro existe, e, assim, segue seu percurso, avançando gradativamente.

Marx, ao longo da exposição, refere-se sempre aos conceitos de *abstrato* e *concreto*, sem a compreensão desses conceitos fica difícil avançar no entendimento de seu pensamento. A relação entre *abstrato* e *concreto* é de extrema importância no que concerne ao método de exposição da ideia e de construção do conhecimento sobre a realidade. E Marx enxerga essa relação em tudo que vê.

Os conceitos de trabalho *abstrato* e *concreto* são fundamentais aqui, por exemplo, o corpo da mercadoria tem a ver com suas características materiais, com o valor de uso e, portanto com o trabalho útil ou *concreto*. Já o *valor* da mercadoria tem a ver com o *quantum* de trabalho nela contido, com o trabalho *abstrato*. “O corpo da mercadoria que serve de equivalente figura sempre como corporificação do trabalho humano abstrato e é sempre o produto de determinado trabalho concreto, útil. Esse trabalho concreto torna-se, portanto, expressão de trabalho humano abstrato” (MARX, 1996a, p. 185). Observe que um transforma-se no outro, além de serem aspectos distintos de uma mesma relação são inseparáveis, só é possível entender esse princípio a partir da lógica dialética de Hegel, Marx entende o seu pensamento e consegue trilhar esse caminho lógico em sua exposição na construção do que vem a ser o *concreto*, porém um *concreto* que só pode ser dado pelo pensamento.

Voltando à forma equivalente, e aos conceitos de *abstrato* e *concreto*, Marx expõe mais duas peculiaridades dessa forma, a primeira, já vista, diz respeito às suas propriedades

úteis, relacionadas ao trabalho humano concreto, a segunda quando esse trabalho concreto serve de expressão do trabalho abstrato nela contido: “É portanto uma segunda peculiaridade da forma equivalente que trabalho concreto se converta na forma de manifestação de seu contrário, trabalho humano abstrato” (MARX, 1996a, p. 186). E a terceira peculiaridade diz respeito à conversão do trabalho privado em trabalho social, ou seja, do trabalho concreto em trabalho abstrato: “É, portanto, uma terceira peculiaridade da forma equivalente que trabalho privado se converta na forma de seu contrário, trabalho em forma diretamente social” (MARX, 1996a, p. 186). Ou seja, essas peculiaridades expressam as relações entre os aspectos *abstratos e concretos* das relações de troca.

Uma vez exposta, a relação entre os aspectos mediatas e imediatas presentes no processo de troca, Marx avança para a forma dinheiro, e parte dos estudos já feitos anteriormente. “De início declara Aristóteles claramente que a forma dinheiro da mercadoria é apenas a figura mais desenvolvida da forma simples de valor, isto é, da expressão do valor de uma mercadoria em outra mercadoria qualquer” (MARX, 1996a, p. 186). Aqui Marx concorda com Aristóteles, de que a forma dinheiro é representação do *valor* da mercadoria, e que essa forma também se converte em mercadoria. E esse é o grande problema dos economistas clássicos, eles também compreenderam isso, mas não conseguiram abstrair as determinações do dinheiro para entender o *valor* da mercadoria, muito pelo contrário, queriam desvendá-la partindo dela mesma, começando pelo fim.

Numa relação de troca, qualquer mercadoria pode ser trocada por outra, desde que haja uma relação de equivalência ou igualdade, sendo mercadoria possua trabalho abstrato, e a igualdade do *quantum* de trabalho abstrato permite que coisas diferentes possam ser trocadas entre si “sem tal igualdade de essências, não poderiam ser relacionadas entre si, como grandezas comensuráveis” (MARX, 1996a, p. 187).

Portanto Aristóteles não entende esse aspecto do trabalho humano abstrato, em virtude de se encontrar em uma sociedade escravista, onde há desigualdade entre os homens e, portanto entre o fruto de seus trabalhos.

Que na forma dos valores de mercadorias todos os trabalhos são expressos como trabalho humano igual, e, portanto, como equivalentes, não podia Aristóteles deduzir da própria forma de valor, porque a sociedade grega baseava-se no trabalho escravo e tinha, portanto, por base natural a desigualdade entre os homens e suas forças de trabalho. (MARX, 1996a, p. 187)

O grande segredo foi desvendado por Marx, o de que o *valor* das mercadorias se dá numa equação de igualdade e equivalência dos trabalhos nelas contidos. Assim, o conceito

de trabalho abstrato, trabalho humano em geral, é imprescindível para desvendar esse enigma da sociedade capitalista.

O segredo da expansão de valor, a igualdade e a equivalência de todos os trabalhos, porque e na medida em que são trabalho humano em geral, somente pode ser decifrado quando o conceito da igualdade humana já possui a consciência de um preconceito popular. Mas isso só é possível numa sociedade na qual a forma mercadoria é a forma geral do produto de trabalho, por conseguinte também a relação das pessoas umas com as outras enquanto possuidoras de mercadorias é a relação social dominante. (MARX, 1996a, p. 187)

Os economistas clássicos além de começarem pelo fim, estudando o *valor* das mercadorias com todas as suas determinações, se perderam diante de tantas variáveis, como foi demonstrado no primeiro capítulo deste texto, e não deram importância à variável social, à média social dos trabalhos na determinação do *valor*. Passo a passo, Marx avança, pouco a pouco vai acrescentando novas variáveis na sua exposição, assim, consegue com mais clareza desvendar os enigmas do *valor* da mercadoria.

Mas ainda não foi desvendada a questão posta acerca do *valor* e valor de troca, a qual Marx procurará desvendar a partir de agora.

Em outras palavras: o valor de uma mercadoria tem expressão autônoma por meio de sua representação como “valor de troca”. Quando no início deste capítulo, para seguir a maneira ordinária de falar, havíamos dito: A mercadoria é valor de uso e valor de troca, isso era, a rigor, falso. A mercadoria é valor de uso ou objeto de uso e “valor”. (MARX, 1996a, p. 188)

Essa diferenciação é uma outra determinação que Marx só traz à tona depois de expor a forma simples da relação de troca. O que foi dito anteriormente como valor de troca pode ser entendido como *valor*, agora resta desvendar o que vem a ser o valor de troca e como ele se origina.

Ela apresenta-se como esse duplo, que ela é, tão logo seu valor possua uma forma rápida de manifestação, diferente da sua forma natural, a do valor de troca, e ela jamais possui essa forma quando considerada isoladamente, porém sempre apenas na relação de valor ou de troca com uma segunda mercadoria de tipo diferente. No entanto, uma vez conhecido isso, aquela maneira de falar não causa prejuízo, mas serve como abreviação. (MARX, 1996a, p. 188)

A forma rápida de manifestação do *valor* é o valor de troca, não pode ser encontrada se a mercadoria for estudada de forma isolada, essa forma do *valor* só pode ser vista dentro da relação de troca com outra mercadoria diferente. Marx ressalta que o valor dado na relação de troca é valor de troca. Então, qual é exatamente a diferença entre *valor* e

valor de troca? “Nossa análise provou que a forma de *valor* ou a expressão de *valor da mercadoria* origina-se da natureza do *valor* das mercadorias, e não, ao contrário, que *valor* e grandeza de valor tenham origem em sua expressão como valor de troca” (MARX, 1996a, p. 188). A origem do *valor* está no valor de troca, mas o valor de troca ainda não é o *valor*.

Os mercantilistas dão a maior importância ao lado qualitativo da expressão de valor, portanto, na forma equivalente da mercadoria, que possui no dinheiro sua forma completa — os modernos mascates do livre-cambismo, que necessitam desembaraçar-se de suas mercadorias a qualquer preço ressaltam, ao contrário, exclusivamente o lado quantitativo da forma relativa de valor. Para eles não existem, em consequência, nem valor nem grandeza de valor da mercadoria, exceto na expressão por meio da relação de troca, portanto, apenas no boletim diário dos preços. (MARX, 1996a, p. 188)

Muitos se perdem na análise do *valor* da mercadoria, porque não percebem que realmente há uma sutileza que atrapalha o entendimento claro da realidade, mas, Marx insiste em olhar cada vez mais dentro do processo, buscando as suas articulações internas, para que a mesma possa revelar mais elementos fundamentais do processo. Uns dão mais importância à qualidade da expressão do *valor*, ou seja, ficam na forma equivalente final, a forma dinheiro, outros dão mais importância à quantidade, ou seja, à forma relativa, no aspecto que diz respeito apenas ao preço. Em ambos os casos ficam apenas na superfície, apenas no que aparece facilmente aos seus olhos.

O exame mais pormenorizado da expressão de valor da mercadoria A, contida na relação de valor com a mercadoria B, demonstrou que dentro da mesma a forma natural da mercadoria A funciona apenas como figuração de valor de uso, a forma natural da mercadoria B apenas como forma valor ou figuração de valor. (MARX, 1996a, p. 188 e 189)

A equação da relação de troca entre duas mercadorias demonstra que elas são expressão do valor de uso e do *valor*, onde uma se encontra em oposição à outra, mas numa relação de equivalência, de igualdade; ao mesmo tempo em que são contrárias e são iguais. Essa relação de oposição e igualdade diz respeito ao método dialético hegeliano em que o *ser* e o *nada* se opõem e se fundem.

A antítese interna entre valor de uso e valor, oculta na mercadoria, é, portanto, representada por meio de uma antítese externa, isto é, por meio da relação de duas mercadorias, na qual uma delas, cujo valor deve ser expresso, funciona diretamente apenas como valor de uso; a outra, ao contrário, na qual o valor é expresso vale diretamente apenas como valor de troca. (MARX, 1996a, p. 189)

A forma relativa de valor pode ser desdobrada em outras mercadorias, quer dizer, a mercadoria que ocupa a primeira posição na equação pode ser trocada por outras tantas mercadorias de corpos diferentes, mas com grandeza de valor igual. Para entender essa forma desdobrada da forma relativa é preciso compreender bem o conceito de trabalho abstrato.

O valor de uma mercadoria, do linho, por exemplo, é agora expresso em inumeráveis outros elementos do mundo das mercadorias. Qualquer outro corpo de mercadorias torna-se espelho do valor do linho. Assim, aparece esse valor mesmo pela primeira vez verdadeiramente como gelatina de trabalho humano indiferenciado. Pois o trabalho que o gera é agora expressamente representado como trabalho equiparado a qualquer outro trabalho humano, seja qual for a forma natural que ele possua e se, portanto, se objetiva em casaco ou trigo ou ferro ou ouro etc. (MARX, 1996a, p. 190)

Os trabalhos úteis são equiparados, tem-se assim a forma abstrata do trabalho, ou seja, o trabalho como gelatina, que pode tomar qualquer forma. A forma em si não interessa, a depender de cada situação esse trabalho humano geral ou indiferenciado ganha a forma mais adequada ligada à mercadoria em questão, que pode ser qualquer uma, então, é gelatina porque tem a capacidade de tomar qualquer forma para si.

Por meio de sua forma valor, o linho se encontra, portanto, agora também em relação social não mais apenas com outra espécie individual de mercadoria, mas sim com o mundo das mercadorias. Como mercadoria, ele é cidadão deste mundo. Ao mesmo tempo, depreende-se da interminável série de suas expressões que é indiferente ao valor mercantil à forma específica do valor de uso na qual ele se manifesta. (MARX, 1996a, p. 190)

A forma relativa desdobrada coloca a mercadoria dentro da relação de troca com o mercado, não mais com uma mercadoria apenas, mas com todo o leque de mercadorias que fazem parte do mercado. Na primeira equação, a qual duas mercadorias se relacionam no mercado, o que aparece é uma relação quantitativa onde uma determinada quantidade da mercadoria *A* é trocado por uma outra quantidade da mercadoria *B*. O que acontece na segunda equação é que *A* pode ser trocada não só pela mercadoria *B*, mas pela *C*, *D*, e tantas mais que se apresentarem no mercado.

Na primeira forma: 20 varas de linho = 1 casaco; pode ser casual que essas duas mercadorias sejam permutáveis em determinada relação quantitativa. Na segunda forma, ao contrário, transparece imediatamente um fundamento essencialmente diferente da manifestação casual e que a determina. O valor do linho permanece de igual tamanho, seja ele representado em casaco, ou café, ou ferro etc., em inumeráveis mercadorias que pertencem aos mais diferentes proprietários. (MARX, 1996a, p. 190)

A segunda equação permite enxergar um outro fundamento do *valor*, “que não é a troca que regula a grandeza de *valor*, mas, ao contrário, é a grandeza de *valor* da mercadoria que regula suas relações de troca” (MARX, 1996a, p. 190). Porém, Marx demonstra mais adiante que as formas relativa e equivalente do *valor* ainda não são suficientes para desvendar o mistério do valor de troca.

Se finalmente, como deve ocorrer, o valor relativo de cada mercadoria for expresso nessa forma desdobrada, então a forma relativa de valor de cada mercadoria é uma série infinita de expressões de valor, diferente da forma relativa de valor de qualquer outra mercadoria. As insuficiências da forma relativa de valor desdobrada refletem-se na sua forma equivalente correspondente. (MARX, 1996a, p. 191)

Ambas as formas, simples ou desdobrada são insuficientes para revelar o valor de troca, porque ambas resultam na mesma operação de igualdade. As duas formas apresentadas “chegaram ambas a expressar apenas o valor de uma mercadoria como algo distinto de seu próprio valor de uso ou de seu corpo de mercadoria” (MARX, 1996a, p. 192). Porém, as formas estudadas até aqui permitem que a forma *valor* apareça, assim, Marx vai se aproximando do valor de troca da mercadoria.

A forma valor geral, que representa os produtos de trabalho como meras gelatinas de trabalho humano indiferenciado, mostra por meio de sua própria estrutura que é a expressão social do mundo das mercadorias. Assim, ela evidencia que no interior desse mundo o caráter humano geral do trabalho constitui seu caráter especificamente social. (MARX, 1996a, p. 194)

Assim, a forma geral do *valor* que expõe o trabalho como abstrato ou indiferenciado, como uma gelatina a ser moldada, deixa claro o caráter social do mundo das mercadorias, e é aí que Marx encontra a fórmula para desvendar o valor de troca, no caráter socialmente específico do trabalho e portando do valor de troca, onde o *quantum* de trabalho necessário para a produção de uma mercadoria e que determina o seu *valor* é dado numa média social. O valor de troca da mercadoria é dado pela média geral dos trabalhos em geral. É o caráter socialmente específico que determina o valor de troca, enquanto o *valor* real da mercadoria é dado pelo *quantum* de trabalho abstrato que ela carrega, o valor de troca é dado pelo *quantum* médio de trabalho abstrato, é dado pela média social dos trabalhos e não de forma individual, é justamente nesse ponto que os economistas se perdem, não entendem o aspecto social do mercado e sua influência tanto no trabalho como no *valor* da mercadoria.

A forma equivalente geral permite o aparecimento da forma *valor*, que passa a ser representado na forma dinheiro. Ter um equivalente geral significa dizer que uma mercadoria

simboliza a possibilidade de troca por qualquer outra mercadoria disponível no mercado. “A forma equivalente geral é uma forma do valor em si. Ela pode ser recebida, portanto, por qualquer mercadoria” (MARX, 1996a, p. 195). Assim Marx consegue expor a forma dinheiro.

Então, o gênero específico de mercadoria, com cuja forma natural a forma equivalente se funde socialmente, torna-se mercadoria dinheiro ou funciona como dinheiro. Torna-se sua função especificamente social e, portanto, seu monopólio social, desempenhar o papel de equivalente geral dentro do mundo das mercadorias. (MARX, 1996a, p. 196)

A forma equivalente geral se transforma ao longo do tempo na forma dinheiro, veja:

O ouro só se confronta com outras mercadorias como dinheiro por já antes se ter contraposto a elas como mercadoria. Igual a todas as outras mercadorias funcionou também como equivalente, seja como equivalente individual em atos isolados de troca, seja como equivalente particular ao lado de outros equivalentes mercantis. Pouco a pouco, passou a funcionar, em círculos mais estreitos ou mais extensos, como equivalente geral. (MARX, 1996a, p. 196)

Assim, como qualquer outra mercadoria, o ouro, que ao longo do tempo adquire a forma dinheiro, se confronta no mercado com outras mercadorias por antes já ter se confrontado com elas como mercadoria. Assim, o ouro passa a atuar como o equivalente geral, ou seja, entra como equivalente no lugar das outras mercadorias. O problema é que o homem comum não vê o ouro, ou o dinheiro como uma mercadoria, o processo de inversão se dá também no nível da realidade, onde o ouro e o dinheiro aparecem como a finalidade última, e não como o meio para se atender às necessidades humanas.

O processo de inversão dos conceitos de *abstrato* e *concreto* interfere diretamente na forma como entende a realidade, ele é intrínseco à sociedade capitalista, por isso Marx ressalta a importância do olhar filosófico para decifrá-la.

Aqui se encerra a demonstração do modo de exposição de Marx na categoria mercadoria como proposto no início do trabalho, espera-se ter esclarecido as questões referentes ao avanço de Marx em relação aos economistas.

CONCLUSÃO

O presente trabalho procurou demonstrar como o modo de exposição de Marx contribuiu para o esclarecimento do valor da mercadoria, o qual, diferente dos economistas conseguiu explicar de onde vem o valor da mercadoria. Método que parte do mais abstrato em direção ao concreto. Para se entender o conceito de valor em Marx, foi preciso passar pelos elementos mais fundamentais e primordiais internos ao próprio valor como os conceitos de *valor de uso* e *valor de troca*, pois, para Marx, é justamente no *valor de troca* que encontramos o valor da mercadoria, ou seja, para termos o conceito de valor é preciso compreender o *valor de troca*, entendendo-o em suas relações.

Porém, para entender o *valor de troca*, Marx fez o processo de abstração do próprio *valor de troca* e encontrou o valor de uso. Percebeu que no *valor de troca* está embutido o valor de uso da coisa em si, que diz respeito à sua utilidade para os homens, ou seja, a coisa possui propriedades que satisfazem às necessidades humanas, o *valor de uso* vem da utilidade das coisas, para que serve sobre os seus mais diversos aspectos.

O que compõe a mercadoria, o que agrega valor a ela, é justamente o trabalho humano, daí sai-se da condição de coisa em si, para a de mercadoria. O valor é dado, então, pelo *quantum* de trabalho humano que aquela mercadoria representa, ou seja, a quantidade de trabalho humano que ela possui, o quanto ela, para chegar àquele estágio despreendeu de energia, suor, neurônios, esforço do homem, que transformou um *valor de uso* em um *valor de troca*. Esse trabalho humano agrega valor à coisa em si, transformando-a em mercadoria, mas ainda não é o *valor de troca*.

Para se ter o *valor de troca* de uma dada mercadoria é preciso abstrair o seu *valor de uso*, nesse caso o *valor de uso* é como um outro qualquer de mesma proporção. Não existe nenhuma distinção entre as coisas de *valor de troca* igual, mesmo que tenham *valores de uso* diferentes, ou seja, temos qualidade e quantidades diferentes em um mesmo *valor de troca*, o que torna o valor uma categoria genérica.

A determinação fundamental do *valor de troca* é quantitativa, ou seja, a proporção de quantidade iguala o valor das mercadorias. Já no *valor de uso*, isso não acontece, o que determina o seu valor é a qualidade da coisa em si. A mercadoria possui essas duas facetas, ao mesmo tempo em que é mercadoria com um dado valor, que é constituído nas suas relações de troca, ou seja, a partir do seu *valor de troca*, ela também possui *valor de uso*, se fosse inútil não seria mercadoria. A mercadoria tem embutida em si tanto o *valor de uso*, no sentido de

ela ter uma utilidade para quem a adquire, quanto *valor de troca* que é dado socialmente nas relações de troca.

Assim, o valor é uma categoria genérica, pois não importa a qualidade da mercadoria em si, todas as mercadorias podem se igualar pelo valor, ou seja, podem possuir um mesmo valor determinado pela quantidade de trabalho humano nelas despendido. As mercadorias podem possuir forma e conteúdo diferentes, porém o mesmo *valor de troca* que é determinado pelo *quantum* de trabalho que ela possui, dessa forma a determinação do valor é puramente quantitativa.

Quanto mais tempo uma mercadoria demora a ser feita, maior o seu valor, nesse caso a relação é direta, mais tempo, maior valor, porém quanto menor a força produtiva mais tempo se leva e maior será o valor, e quanto maior a força produtiva em menos tempo se produz, menor será então o seu valor.

Mercadorias de diferentes qualidades se igualam a partir da quantidade. O *valor de troca* aparece como relação quantitativa, ou seja, “na proporção na qual os valores de uso” (MARX, 1996a, p. 166) das coisas se trocam. É a teoria dos equivalentes, onde a quantidade e a qualidade são diferentes, mas o *valor de troca* é o mesmo.

O trabalho humano, ou trabalho médio simples é definido por Marx como dispêndio de uma força de trabalho simples, que em média qualquer pessoa tem capacidade de executar. Existe também o trabalho mais complexo que, segundo Marx, é o trabalho simples potencializado, multiplicado, desta forma, “um pequeno *quantum* de trabalho complexo é igual a um grande *quantum* de trabalho simples” (MARX, 1996a, p. 173), assim, em relação ao trabalho simples, o trabalho complexo em menos tempo produz muito mais.

O trabalho humano transforma o *valor de uso (concreto)* em valor (*abstrato*), a matéria em mercadoria, dando à matéria uma forma ideal, uma aparência com determinado valor. Primeiro tem-se a matéria com seu *valor de uso* e segundo, após o trabalho humano, tem-se a forma, ideal, com seu *valor de troca*.

O trabalho abstrato, para Marx (1996a, p.179), é como uma gelatina ou um cristal, adota qualquer forma, é indeterminado por sua plasticidade. O cristal é como se fosse uma água petrificada, a água adota a forma do recipiente que é colocada, assim é o valor, uma espécie de cristal, e quem dá o tom é o trabalho abstrato, é ele que determina o *valor de troca* de uma determinada mercadoria.

Nesse processo há uma relação dialética, onde a mercadoria é um conteúdo representado, não sendo um conteúdo em si, a sua forma é uma representação do conteúdo em si que está no valor de uso, na matéria. O valor se apresenta como uma contradição do *valor*

de uso, tem-se uma dualidade entre essência e forma. O *abstrato* tem como pressuposto o *concreto*, sendo a essência o fundante e a forma o fundado, ou seja, o conteúdo material (*concreto*) possibilita a criação da forma, aparência (*abstrato*) que acaba por negar a própria essência (*concreto*) a partir da percepção que se dá de forma invertida, ou seja, o homem comum acredita que o que percebe, a aparência, é a essência, o conteúdo, a realidade, o *concreto*.

Para Marx o que é concreto não é percebido pelos sentidos, não é uma coisa, os sentidos humanos percebem apenas a aparência das coisas, e não a sua essência, o que elas são de fato. Assim o homem comum, aquele que não tenta desvendar a realidade, acaba por não conhecê-la, daí a diferença entre consciência filosófica e não-filosófica. A consciência filosófica quer desvendar a realidade, ou seja, conhecê-la, de fato, e não se contentar com a visão distorcida da mesma.

A realidade aparece invertida, a filosofia quer ir para além, quer desvendar essa realidade que se apresenta invertida. Para entender essa inversão tem-se o exemplo do reflexo do espelho, que cria uma duplicação entre a coisa mesma e a coisa espelhada, a coisa mesma relaciona-se ao valor, e a coisa espelhada relaciona-se ao *valor de troca*. Esse *valor de troca* tem um caráter metafísico, ou seja, mágico, por espelhar o valor modificado, distorcido. O valor de troca distorce a realidade, distorce o valor, e é justamente a forma como o homem comum percebe a realidade, toma como real o que na verdade é uma distorção.

O dinheiro é a forma de manifestação do valor, porém é forma e não conteúdo, ou seja, é abstrato e não concreto, é a aparência e não o real. É forma brilhante, oculta um determinado conteúdo, não é valor e nem mede o valor, o que mede o valor é o tempo de trabalho, o dinheiro é apenas uma representação desse tempo, desse valor.

A consciência filosófica desvenda o que o homem comum não vê, vai além da percepção distorcida dos sentidos diante dessa realidade, que é mera aparência e distorção da essência. O olhar meramente empírico do homem comum vê a distorção apenas, esse olhar não permite conhecer a realidade das coisas nessa sociedade, onde o que predomina são as noções abstratas, produtos do pensamento humano.

Essa forma aparente, distorcida, invertida, abstrata, mágica é o que Marx chama de *fetichismo*. Essa forma é dada pelo *valor de troca*, pelo *quantum* de trabalho abstrato nela contido. Como foi visto, o trabalho abstrato transforma *valor de uso* em *valor de troca*, transforma a coisa em mercadoria, esse *quantum* de trabalho abstrato transforma as formas das matérias naturais em formas úteis ao homem, em coisas fisicamente metafísicas. Esse

caráter místico provém da duração do dispêndio do homem no trabalho, da quantidade de trabalho humano.

O dispêndio de força de trabalho do homem assume a forma de grandeza de valor dos produtos do trabalho, ou seja, o valor de uma mercadoria é dado pela quantidade de trabalho humano nele contido, trabalho na sua forma geral, trabalho abstrato que assume uma forma social, à medida que os produtores se relacionam no mercado, pela troca dos seus produtos, fruto do trabalho.

Passa a existir uma contradição nesse processo, para o produtor a mercadoria não tem *valor de uso*, mas possui *valor de uso* para o outro, àquele que a adquire. Assim, ela tem *valor de uso* para o alheio, ou seja, serve ao consumo alheio, segue regras alheias. Esse é o processo de alienação de seu produtor em relação ao seu produto. O produto, ao se separar do produtor, ganha uma vida autônoma, durante a produção não circula como mercadoria, mas como coisa, e cada indivíduo só participa de uma fase.

A vida autônoma do produto, a partir do momento que ele se separa do produtor, é regulada pela lei do valor, que é uma lei objetiva, porém os homens a veem como fantasmagórica. A lei do valor é dada socialmente através da média dos trabalhos abstratos, essa noção de trabalho abstrato rompe o particularismo, faz o esvaziamento da vida humana, torna o sujeito também abstrato, genérico, assim, o indivíduo perde a sua identidade. Esse processo, junto com a alienação do produto e das etapas da produção, torna o homem cada vez mais cego quanto à realidade em volta dele, assim, sem visão, começa a interpretar tudo tal como se apresenta para ele, sem senso crítico, sem uma consciência filosófica que o permita enxergar essa realidade. Tudo fica cada vez mais distorcido e invertido.

O que é dado socialmente é visto então como um sujeito independente, autônomo, cria-se toda uma atmosfera mística em cima do mercado, da lei do valor, e não se enxerga que essa é uma realidade meramente objetiva, fruto das relações sociais. O trabalhador não tem uma consciência filosófica por ser alienado, desapropriado, sujeitado, não controla o processo. O trabalhador não vê que toda a riqueza da sociedade capitalista é gerada por ele, portanto não pertence a ele, é expropriada, tomada, mas não a partir da violência direta, mas por meio de uma violência econômica.

O que existe na sociedade capitalista é uma série de falsas verdades, por exemplo, a de que todo homem é livre. Realmente é livre mesmo, livre de qualquer coisa, inclusive do que a ele deveria pertencer, a riqueza que produz. O trabalhador é livre no sentido de ser desapropriado de tudo que deveria ser dele, e não é.

Para se enxergar além do que aparece, é preciso usar a razão, e não só os sentidos. É preciso aprofundar, questionar, e não aceitar as coisas como se apresentam. Essa é a consciência filosófica proposta por Marx, para se entender a sociedade cheia de aparências e ilusões, é preciso desvendá-la a partir do uso da razão, da consciência filosófica, para que se chegue ao concreto dado pelo pensamento.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Jadir. *A crítica de Marx à epistemologia de Ricardo*. Texto inédito fornecido pelo autor, Toledo, PR, 2007.
- ARON, Raymond. *O marxismo de Marx*. [tradução de Jorge Bastos] – São Paulo: Arx, 2005.
- BENOIT, Hector. Da lógica com um grande “L” à lógica de O Capital. In: ARMANDO Boito; Caio Navarro de Toledo e outros. (Org.). *Marxismo e Ciências Humanas*. São Paulo: Xamã, 2003.
- CORAZCA, Gentil. *Métodos da Ciência Econômica*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- GORENDER, JACOB. Apresentação. In: MARX, KARL. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Coleção *Os Pensadores*.
- HEGEL. *Ciência de la Lógica*. [tradução de Augusta e Rodolfo Mondolfo] Volume I e II. Buenos Aires: Libreria Hachette, 1956.
- ILYENKOV, Evald. *Dialectics of the Abstract & the Concrete in Marx's Capital*. 1960. Disponível em < <http://www.marxists.org/archive/ilyenkov/works/abstract/index.htm> > acesso em 24/04/2009.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da economia política*. Livro Primeiro, vol. I, Tomo I, São Paulo: Nova Cultural, 1996a. Coleção *Os Economistas*.
- _____. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996b. Coleção *Os Pensadores*.
- SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*. V. 1, São Paulo: Nova Cultural, 1996. Coleção *Os Economistas*.
- RICARDO, David. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1985. Coleção *Os Economistas*.
- ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. [tradução de César Benjamin] Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.
- INWOOD, M. *Dicionário Hegel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.